



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

PRISCILA RODRIGUES DOS SANTOS

**ESTUDO SOBRE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA ÓTICA DOS  
PROFISSIONAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

BRASÍLIA – DF,  
2015

PRISCILA RODRIGUES DOS SANTOS

**ESTUDO SOBRE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NA ÓTICA DOS  
PROFISSIONAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB).

**Orientador:** Professor Mestre Márcio Bezerra da Silva

BRASÍLIA – DF,  
2015



**Título: Estudo sobre segurança da informação na ótica dos profissionais da Câmara dos Deputados .**

**Aluna:** Priscila Rodrigues dos Santos.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 14 de fevereiro de 2015.

**Marcio Bezerra da Silva** - Orientador  
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Mestre em Ciência da Informação

**Raphael da Silva Cavalcante** – Membro externo  
Mestre em Ciência da Informação

**José Antônio Machado do Nascimento** – Membro externo  
Mestre em Ciência da Informação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237e	SANTOS, Priscila Rodrigues dos
	Estudo sobre segurança da informação na ótica dos profissionais da Câmara dos Deputados / Priscila Rodrigues dos Santos. Brasília, 2015. 108 f. : il.
	Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação (FCI), 2015. Orientador: Prof. Me. Márcio Bezerra da Silva
	1. Informação. 2. Biblioteca Especializada Legislativa. 3. Segurança da Informação. 4. Política de Segurança da Informação. I. Título.
	CDU 027.5:004.056

***Dedico à minha família, em especial, a  
minha filha Pietra.***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu pai por sempre ter acreditado em mim, até mesmo quando eu mesma não confiava, por ter me dado apoio em tudo e ser a minha base na vida, dedicando amor, zelo, cuidado e paciência, tornando-se um exemplo pra mim.

À minha mãe por ser a segunda mãe da Pietra, cuidando com todo carinho enquanto eu estava na Faculdade de Ciência da Informação (FCI) e no estágio.

À minha filha Pietra, um ser tão iluminado que me faz a cada dia crescer e querer alcançar meus objetivos, me mostrando a cada instante a alegria de se viver.

Aos professores da FCI, da Universidade de Brasília (UnB), por cada ensinamento e experiência trocada, cada palavra de incentivo e por transmitir a importância da área que escolhi.

Ao Professor Márcio Bezerra por aceitar esse desafio de conclusão de curso junto comigo, compartilhando seu conhecimento e experiência, dedicando sua paciência, tempo e esforço, e por mostrar um mundo que vai além da Faculdade, tornando-se um exemplo de profissional.

Aos amigos que conheci nessa trajetória acadêmica, em especial Daniel Guimarães, Elton Mártires, Fernanda Diogo, Fernanda Maciel, Hélio Delfino, Jaqueline Rodrigues, Inês Iacira e Maria Helena, que estiveram junto a mim desde o início do curso.

Aos meus colegas do Grupo Caixa Seguros, Cleber, Kênia Laura, Régio, Aisla, Diogo e Rafaela, que de alguma forma me ajudaram a amadurecer a escolha do tema, seja com conselhos, idéias ou conhecimentos.

A minha chefe na Câmara dos Deputados, Kátia Braga, por ser compreensível e uma excelente amiga, com quem tenho a honra de trabalhar e compartilhar os ensinamentos adquiridos na academia.

## RESUMO

Pesquisa que objetiva analisar a visão dos profissionais da Câmara dos Deputados acerca da segurança da informação (SI). Discute na fundamentação teórica: biblioteca, com ênfase na especializada legislativa; informação, destacando a legislativa; e SI, abordando a política de segurança da informação (PSI). Constitui-se de um estudo exploratório, que utiliza as técnicas de pesquisa aplicada e bibliográfica, com abordagem de coleta de dados quantitativa e qualitativa. Apresenta, como resultados do estudo, a maioria dos pesquisados com formação em biblioteconomia, arquivologia e tecnologia da informação (TI); considera o entendimento sobre SI como bom; atua com SI até dois anos; nunca trabalhou com SI fora da Câmara dos Deputados; conhece alguma norma/política de segurança fora e na própria Câmara dos Deputados e as conhecidas encontram-se atualizadas; conhece o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI); acredita que os sistemas da Câmara dos Deputados já sofreram algum ataque, tendo como causa principal a atuação de *hackers*; responde que PSI foi a maior medida de SI já implementada na Câmara dos Deputados; e aprova a participação do bibliotecário no CGSI e obtenção de conhecimento relativos as técnicas de SI condicionados a aquisição de competências tais como conhecer normas nacionais, internacionais e institucionais de SI; trabalhar com métodos e técnicas de organização da informação no ambiente digital; ter noções básicas em redes de computadores, controle de acesso, banco de dados (BD) e sistemas de informação; dominar a língua pátria e o inglês; possuir raciocínio lógico; e compreender sobre metadados e validação de requisitos para criação e desenvolvimento de sistemas de informação corporativos; além de acrescentamos o domínio da linguagem técnica a legislativa. Conclui-se que SI não é mais um tema apenas dos profissionais de TI, mas de outras áreas que enxergam a informação como objeto de estudo, entre elas a biblioteconomia, enquanto campos que se complementam para permitir o acesso e uso da informação autêntica conforme orientações pré-definidas, que por sua vez são determinadas pelos profissionais dos campos aqui relacionados e assim estabelecendo os requisitos de armazenamento e disseminação que materializarão a denominada PSI.

**Palavras-chave:** Biblioteca Especializada Legislativa. Informação Legislativa. Câmara dos Deputados. Segurança da Informação. Política de Segurança da Informação.

## ABSTRACT

Investigation that aims to analyze the opinions of professionals in the House of Representatives about the information security (IS). Discusses the basis theory of study: library, with emphasis on legislative expertise, information, pointing out the legislative, and IS, directing the information security policy (ISP). It consists of an exploratory study, using research techniques applied and literature, with approach of collection of data quantitative and quantitative. Presents, as the study results, the majority of respondents with training in biblioteconomy, archival and information technology (IT), considers the understanding about IS as good; works with the IS to two years, never worked with IS outside the House of Representatives, know any standard/security policy out and of the House of Representatives and the known are updated, knows the Manager of Information Security Committee (MISC), knows that the systems the House of Representatives have already suffered an attack, and the principal cause the performance of hackers, replies that ISP was the largest measure of IS in place in the House of Representatives, and approves the librarian participation in MISC and obtaining knowledge regarding the IS techniques conditioned the acquisition of skills such as knowing national standards, international and institutional SI, work with methods and information organization techniques in the digital environment, have basic knowledge in computer networks, access control, database (DB) and information systems, master the native language and English, have logical reasoning, and understand about metadata and validation requirements for creation and development of corporate information systems, plus the domain of the legislative technical language. Concludes that IS isn't longer a working mechanism only for IT professionals, but other areas who see information as an object of study, including the Library, while fields that complement each other to allow access and use of authentic information according to pre-defined guidelines, which in turn are defined by professional fields related here and defining the storage disclosure requirements to materialize the ISP.

**Keywords:** Library Legislative Specialized. Legislative Information. House of Representatives. Information Security. Security Policy Information.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Biblioteca de Assurbanipal	20
<b>Figura 2</b>	Tábuas de argila	21
<b>Figura 3</b>	Ruínas da biblioteca de Alexandria	22
<b>Figura 4</b>	Ruínas da biblioteca de Pérgamo	24
<b>Figura 5</b>	Congresso Nacional	28
<b>Figura 6</b>	Biblioteca do Congresso Americano	29
<b>Figura 7</b>	Assembleia Legislativa da Bahia	31
<b>Figura 8</b>	Câmara Legislativa do Distrito Federal	32
<b>Figura 9</b>	Níveis hierárquicos da informação	35
<b>Figura 10</b>	Níveis hierárquicos da informação competitiva	36
<b>Figura 11</b>	PSI e seus relacionamentos	53
<b>Figura 12</b>	Praça dos Três Poderes	60
<b>Figura 13</b>	Palácio do Planalto	61
<b>Figura 14</b>	Supremo Tribunal Federal	61
<b>Figura 15</b>	Organograma da Câmara dos Deputados	62

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Bibliotecas legislativas estaduais	32
<b>Quadro 2</b>	Tipos de fontes de informação	42
<b>Quadro 3</b>	Classificação dos ativos	45
<b>Quadro 4</b>	Classificação da proteção	48
<b>Quadro 5</b>	Quantidade de deputados por Estado	63
<b>Quadro 6</b>	Quantidade de senadores por Estado	63

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Nível de instrução	68
<b>Gráfico 2</b>	Setor de atuação na Câmara dos Deputados	69
<b>Gráfico 3</b>	Tempo de atuação no setor informado	69
<b>Gráfico 4</b>	Função exercida no setor CEDI-CELEG	70
<b>Gráfico 5</b>	Entendimento sobre SI	71
<b>Gráfico 6</b>	Tempo de trabalho com SI	73
<b>Gráfico 7</b>	Tempo de trabalho com SI fora da Câmara dos Deputados	74
<b>Gráfico 8</b>	Conhecimento sobre norma/política de SI fora da Câmara dos Deputados	76
<b>Gráfico 9</b>	Tempo de trabalho (diretamente/indiretamente) com SI na Casa	77
<b>Gráfico 10</b>	Forma de atuação com SI na Câmara dos Deputados	78
<b>Gráfico 11</b>	Norma/política na Câmara dos Deputados	80
<b>Gráfico 12</b>	Normas/políticas atualizadas	82
<b>Gráfico 13</b>	Área estratégica da SI na Câmara dos Deputados	83
<b>Gráfico 14</b>	Comitê Gestor de PSI na Câmara dos Deputados	83
<b>Gráfico 15</b>	Ataques provenientes de hackers no sistema da Casa	84
<b>Gráfico 16</b>	Tipos de causa	85
<b>Gráfico 17</b>	Medidas de SI já implementadas na Câmara dos Deputados	86
<b>Gráfico 18</b>	Técnicas de SI e participar do CGSI da Câmara dos Deputados	88

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Acre
AGU	Advocacia Geral da União
AL	Alagoas
ALBA	Assembleia Legislativa da Bahia
AM	Amazonas
AP	Amapá
APF	Administração Pública Federal
ASINF	Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
ATI	Agência Estadual de Tecnologia da Informação
BA	Bahia
BC	Banco Central
BS	British Standard
CAINF	Coordenação de Administração de Infraestrutura de Tecnologia da Informação de Comunicação e Suporte ao Usuário
CE	Ceará
CEDI	Centro de Documentação e Informação (Câmara dos Deputados)
CEDIS	Centro de Documentação e Informação (Grupo Caixa Seguros)
CEFOR	Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
CELEG	Coordenação de Organização da Informação Legislativa
CENIN	Centro de Informática
CGI	Comitê Gestor da Internet do Brasil
CGSI	Comitê Gestor de Segurança da Informação
CI	Ciência da Informação
COARQ	Coordenação de Arquivo
COBEC	Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais
COBIB	Coordenação de Biblioteca
COEDI	Coordenação de Edições Câmara dos Deputados
COGES	Coordenação de Apoio a Governança e a Gestão de Tecnologia da Informação
CORPI	Coordenação de Relacionamento Pesquisa e Informação
DF	Distrito Federal
DoS	Denial of Service
DOU	Diário Oficial da União
ES	Espírito Santo
EUA	Estados Unidos da América
FCI	Faculdade de Ciência da Informação
GCS	Grupo Caixa Seguros
GERCON	Gerência de Conformidade
GESEG	Gerência de Segurança
GO	Goiás
GSIPR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IEC	Comissão Eletrônica Internacional
IN	Instrução Normativa
ISO	Organização Internacional para Padronização
LAI	Lei de Acesso a Informação

LEGIN	Base de Dados de Legislação Federal Brasileira
LFB	Legislação Federal Brasileira
MA	Maranhão
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
NUGEO	Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária
NUTEC	Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações
PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PGR	Procuradoria Geral da República
PI	Píauí
PR	Paraná
PSI	Política de Segurança da Informação
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SERAD	Serviço de Administração
SETIL	Serviço de Tratamento da Informação Legislativa
SI	Segurança da Informação
SILEG	Sistema de Informação Legislativa
SOTIC	Coordenação de Relacionamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCP	Transmission Control Protocol
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TO	Tocantins
UDP	User Datagram Protocol
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
1.2 JUSTIFICATIVA.....	16
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	18
2.1 GERAL.....	18
2.2 ESPECÍFICOS.....	18
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	19
3.1 BIBLIOTECA: da antiguidade aos tempos modernos.....	19
<b>3.1.1 Biblioteca Especializada Legislativa</b> .....	27
3.2 INFORMAÇÃO: recurso decisório nas bibliotecas.....	34
<b>3.2.1 Informação Legislativa: um recurso especializado</b> .....	39
3.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	42
<b>3.3.1 Política de Segurança da Informação</b> .....	51
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	55
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	55
4.2 AMBIENTES DA PESQUISA: Câmara dos Deputados.....	58
<b>4.2.1 Setores CEDI-CELEG e CENIN</b> .....	65
<b>5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA</b> .....	68
5.1 PERFIL DOS PESQUISADOS.....	68
5.2 TRABALHO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	69
5.3 CONHECIMENTO E ATIVIDADES COM SI.....	71
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	93
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	96
<b>APÊNDICE</b> .....	105

## 1 INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico e o aumento da oferta e produção de informação, cresceu também os riscos de invasão de *hackers* em sistemas computacionais, sejam de empresas privadas ou órgãos públicos. Neste sentido as instituições dificultam o acesso alheio às informações, através de ferramentas de bloqueio, por exemplo. De forma ampla podemos dizer que a iniciativa de controlar o acesso e impedir o uso indevido é formada por um conjunto de iniciativas que resultam na intitulada segurança da informação (SI). A Organização Internacional para Padronização/Comissão Eletrotécnica Internacional 17.799:2005 (ISO/IEC 2005)<sup>1</sup> define SI (2005, p.1) como uma estratégia que objetiva “prevenção da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade da informação”.

Para tanto se faz necessário elaborar e implementar uma política de segurança da informação (PSI). Será justamente a referida governança que definirá, nas organizações, o nível hierárquico de acesso a partir da exigência de classificar que tipo de usuário terá tal permissão como também qual informação o mesmo terá acesso. Entretanto, o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG, 2005, p. 3) declara que existe atualmente um grande desnível cultural e tecnológico entre os órgãos que formam a PSI, como é o caso das unidades de informação, ao afirmarem que “observa-se atualmente um grande desnível cultural e tecnológico entre os órgãos que formam a Administração Pública Federal – APF”.

Mesmo com a problemática supracitada, ao citarmos o MPOG, existe uma tradição de que as organizações costumam concentrar toda a informação em apenas um lugar para facilitar seu acesso e diminuir o tempo de procura, ou seja, na biblioteca. Este ambiente promulga o armazenamento do conhecimento necessário para o desenvolvimento de uma atividade ou auxílio de tomada de decisão de alguma área, pois, além de terem obras instrutivas e de referências para os funcionários, estagiários e colaboradores, encontram-se documentos de memória técnica da Instituição, que muitas vezes contam a história e assim precisam ser conservadas.

As bibliotecas, como centros de armazenamento de informação, têm sua origem desde muito cedo na história da humanidade, visto que necessidade-preservar a memória é uma ação inerente ao homem, pois “havendo registros, haverá uma

---

<sup>1</sup> Seção Tecnologia da informação – Técnicas de segurança – Código de prática para a gestão da segurança da informação.

biblioteca, porque os homens precisam repartir o pensamento criado, disseminando-o para garantir a posse do conhecimento” (MILANESI, 2007, p.12).

Existem vários tipos de bibliotecas, que atendem aos mais diversos grupos, entre os quais citamos as públicas, comunitárias, nacionais, escolares, universitárias e as especializadas. No caso da especializada é a biblioteca mais comum nas Instituições, independente do caráter privado ou público, enquanto “[...] centros processadores da informação, os quais podem ser locais de suporte à informação, exercendo o papel de veicular a informação relevante para o planejamento, a tomada de decisão e a solução de problemas” (SALASÁRIO, 2000, p. 106).

No âmbito das bibliotecas especializadas encontram-se as jurídicas, que são classificadas em legislativa (normativa), jurisprudência (interpretativa) e doutrina (descritiva). A legislativa pode ser considerada a base para as demais, pois é dela que saem projetos de leis, emendas constitucionais, normas jurídicas entre outros tipos de documentos, como as bibliotecas instaladas no Congresso Nacional<sup>2</sup>, que têm como função fornecer o suporte informacional necessário e auxiliar as atividades legislativas e parlamentares dos membros políticos e servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

No mundo atual, a informação é um diferencial que abre oportunidades para quem a possui, deixando a Instituição detentora em posição de destaque em um mercado cada vez mais competitivo, transformando assim o citado insumo de valor no principal elemento para a tomada de decisão. O panorama vislumbrado apresenta a exigência de que as informações sejam armazenadas com segurança e acessíveis aos usuários autorizados conforme uma política pré-estabelecida. Neste sentido, levando presente contexto à realidade da Câmara dos Deputados<sup>3</sup>, especificamente quanto à proteção da informação, surgem as perguntas que instigaram este trabalho de conclusão de curso (TCC): *De que forma é vista a segurança da informação pelos profissionais da Câmara dos Deputados? Há política de segurança da informação na Câmara dos Deputados? Qual é o perfil do bibliotecário para atuar com segurança da informação?*

---

<sup>2</sup> Website: <http://www.congressonacional.leg.br/portal/>.

<sup>3</sup> Website: <http://www2.camara.leg.br/>.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema surgiu de uma inquietação adquirida durante o estágio realizado no Grupo Caixa Seguros<sup>4</sup> (GCS), atuando diretamente com a Gerência de Segurança (GESEG). O setor informado funciona a partir da preocupação em proteger informações de âmbito estratégico da organização, especialmente pelo panorama de um mercado extremamente competitivo, enquanto responsável pela criação, aprovação e atualização da (PSI) do GCS. A informação é objeto de segurança no setor GESEG enquanto responsabilidade dos seus profissionais de tecnologia da informação (TI). Por outro lado a informação apresenta-se como um elemento tratado, organizado e disseminado pelos bibliotecários do Centro de Documentação Institucional (CEDIS).

Na dinâmica entre os dois setores, nos atos de tratamento e proteção de informação, o CEDIS serve de suporte a GESEG, tendo em sua posse documentos, variando entre digitalizados e nascidos digitalmente, tais como atas de reuniões; assinaturas de diretores e do presidente; memorandos; autorizações; políticas institucionais entre outros.

Conforme a PSI estabelecida, as informações são disponibilizadas às pessoas autorizadas de acordo com as leis de conformidade, que são um conjunto de normas, resoluções e princípios a serem seguidos. As leis devem ser impostas pela própria Instituição ou por algum órgão regulador e devem estar acessíveis a qualquer momento, quando solicitadas, apresentando o período, regras e recursos acordados entre os responsáveis pela PSI, a diretoria/presidência da Instituição, a bibliotecária do CEDIS, o setor GESEG e o setor de Gerência de Conformidade (GERCON), que é responsável por analisar qualquer documento produzido e se o mesmo atende a regulamentação de controles para posterior publicação. Com isso, o fato do CEDIS estar em uma área crítica de planejamento estratégico na organização exige um diálogo entre os setores que trabalham com informação/documento, como as bibliotecas e os arquivos, ou seja, no caso do GCS entre a bibliotecária do CEDIS e o setor da GESEG, especialmente no processo de elaboração da PSI a fim de aperfeiçoar o acesso e a fidelidade dos materiais oferecidos aos funcionários ao

---

<sup>4</sup> Website: [www.caixaseguros.com.br](http://www.caixaseguros.com.br).

mesmo tempo em que estarão em conformidade com as normas de segurança do próprio GCS.

Após a experiência de trabalhar com SI em uma empresa de caráter privado e ter uma visão mais voltada para o campo competitivo, atualmente estagiando na Câmara dos Deputados, instituição pública que vem nos proporcionando contato com os integrantes do recente criado Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) da Instituição. A Câmara dos Deputados tem um histórico de invasão de terceiros ao seu sistema, seja para roubo, modificação ou exclusão de informações, como também a implantação (e posterior divulgação) de notícias falsas.

As preocupações com a proteção de informações surgiram com a portaria n. 34 de 2009, da Diretoria Geral da Câmara dos Deputados, ao qual era estipulada a criação e utilização de senhas e de recursos de autenticidade. Posteriormente foram criadas outras portarias, em complemento ao documento de n. 34, e decretos na intenção de acompanhar a evolução tecnológica na Câmara dos Deputados para padronizar os serviços realizados na Instituição. O ato da mesa n. 47 de 2012 estipula a criação da CGSI, responsável pela elaboração, implementação e atualização da PSI da Instituição.

Por ser uma área recente, a CGSI ainda passa por adequações para atender as normas, aplicações, controles e atualizações pré-estabelecidas, nos criando à curiosidade de saber como atualmente a Câmara dos Deputados lida com SI, a existência ou não de uma PSI e qual a participação do bibliotecário no âmbito em discussão.

Na busca por material bibliográfico sobre SI, no âmbito das bibliotecas, percebemos ser escasso. Em outras palavras, por ser um novo contexto para o bibliotecário, vislumbramos ser um assunto pouco explorado, tanto academicamente, quanto profissionalmente. Neste sentido, amplia o presente interesse em conhecer, entre opiniões e valores de importância do ponto de vista dos bibliotecários e dos profissionais de TI da Câmara dos Deputados, a presença da SI na organização, especialmente em sua biblioteca.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 GERAL

- Analisar o conhecimento dos profissionais da Câmara dos Deputados sobre segurança da informação.

### 2.2. ESPECÍFICOS

- Verificar a existência de uma política de segurança da informação;
- Investigar a possível participação do bibliotecário no Comitê Gestor de Segurança da Informação;
- Detectar o perfil do bibliotecário para atuar com segurança da informação sob a ótica dos pesquisados.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica, ou revisão de literatura, é o processo de levantamento e análise de informações documentais já publicados acerca do tema escolhido, sendo de grande importância para a pesquisa, pois contribui para uma visão ampla do assunto estudado e assim auxilia no conhecimento e solução do problema. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 79), a fundamentação teórica “avalia o conhecimento produzido em pesquisas prévias, destacando conceitos, procedimentos, resultados, discussões e conclusões”.

No caso da presente pesquisa, a fundamentação teórica constitui-se em estudos e definições sobre biblioteca, com destaque para as especializada; conceitos de informação, relacionados às bibliotecas legislativas; e discussão sobre SI, com enfoque na existência e adoção de políticas.

#### 3.1 BIBLIOTECA: aspectos de segurança desde a antiguidade

As bibliotecas têm sua origem desde muito cedo na história da humanidade, surgindo de uma necessidade do ser humano em guardar todo conhecimento produzido por ele. Para tanto, com fins de facilitar o manuseio e o acesso aos registros produzidos, às cidades reuniam, em um mesmo local, toda a criação intelectual. A resultante desta ação foi à constituição de coleções, que mais tarde apresentariam a denominação que conhecemos hoje, ou seja, o termo biblioteca. A variedade de conhecimento contido nas bibliotecas da época “passaram a indicar o grau de riqueza de uma sociedade, e o número de unidades espalhadas por um determinado território revelava seu grau de desenvolvimento social” (MILANESI, 2007, p. 11).

A palavra biblioteca tem várias definições, mas é unânime a sua formação terminológica. Fonseca (2007, p. 48, grifo do autor) define a origem da palavra vinda do “[...] grego *bibliothéke*, através do latim *bibliotheca*, tendo como raiz *biblíon* e *théke*”. *Biblíon* possui o significado de livro, enquanto *théke* pode ser qualquer suporte que ofereça proteção, como prateleiras, caixas, estantes entre outros instrumentos. Contudo, apesar do termo ser usado sem divergências, para alguns autores, a definição dada por Fonseca é contraditória com a origem das bibliotecas, pois são anteriores aos livros. Martins (1996, p. 74) deixa esta indicação mais consistente quando assegura que “a biblioteca exige um estudo anterior ao do livro propriamente

dito e de seus ancestrais, os rolos de papiros e de pergaminho”. Já para Canfora (1989, p. 74, grifo do autor) a palavra biblioteca (*bibliothéke*) “[...] significa antes de mais nada “estante”: estante em que cujas prateleiras se colocam os rolos”.

Independente de qual seja a definição, as bibliotecas são grandes centros de produção, organização, disseminação e preservação do conhecimento. O registro mais antigo que se tem de uma biblioteca vem da Antiguidade, a partir da biblioteca de Assurbanipal com sua escrita cuneiforme, também conhecida como biblioteca de Nínive. Ela recebe este nome por sua localização ser no interior do palácio de Assurbanipal, em Nínive, cidade que margeia o rio Tigre. Nesse tempo o citado palácio representava a capital do Império Assírio, correspondendo ao Iraque nos tempos atuais.

A biblioteca de Assurbanipal (figura 1) foi fundada pelo soberano que recebe o mesmo nome da biblioteca. Assurbanipal foi um importante rei Sírio e que viveu entre os anos 690 a.C. a 627 a.C. reinando do ano 668 a.C. até o fim de sua vida. Vale salientar que o seu reinado foi marcado pelo desenvolvimento cultural, sendo lembrado até nos tempos atuais.

**Figura 1:** Biblioteca de Assurbanipal.



Fonte: Google Imagens, 2015.

Com um acervo formado aproximadamente por 30 mil tábuas de argila, quantia essa alcançada graças ao feito dos escribas que copiavam os escritos de todas as culturas conhecidas, Wright (1993, p. 86) apresenta o seguinte relato sobre Assurbanipal:

[...] organizou círculos de escribas, enviando-os para todas as partes do império para localizar e copiar documentos sumério-babilônicos, e até aprendeu ele mesmo a arte dos escribas, fim de montar a "Biblioteca do Congresso" assíria em Nínive. A operação resultante representa o conteúdo básico, e, possivelmente, o corpus completo, da tradição dos escribas da Mesopotâmia.

Báez (2006, p. 38) relata que a quantidade supracitada foi possível pelo incentivo do próprio soberano Assurbanipal, que não teve um reino calmo, lutando até mesmo contra o seu próprio irmão e o derrotando, passando os últimos anos de vida em guerra. Em suma, o “[...] seu reinado foi difícil, mas ele, primeiro rei a obter instrução necessária para escrever tabletas, esmerou-se em estimular uma atividade cultural e religiosa que preservasse seu nome do esquecimento”, perdurando através dos séculos.

O que foi a destruição da maioria das unidades de informação da Antiguidade, foi à salvação da biblioteca de Assurbanipal: o fogo. Baéz (2006), em sua obra, cita o arqueólogo, historiador da arte e diplomata inglês Austen Henry Layard pelo fato do estudioso acreditar que um incêndio na biblioteca tenha cozinhado as tábuas de argila (figura 2), tornando-as resistentes. Com o clima quente na região, a maioria delas se mantiveram conservadas até a sua descoberta em 1842 por um grupo de arqueólogos coordenados pelo próprio Austen.

**Figura 2:** Tábua de argila.



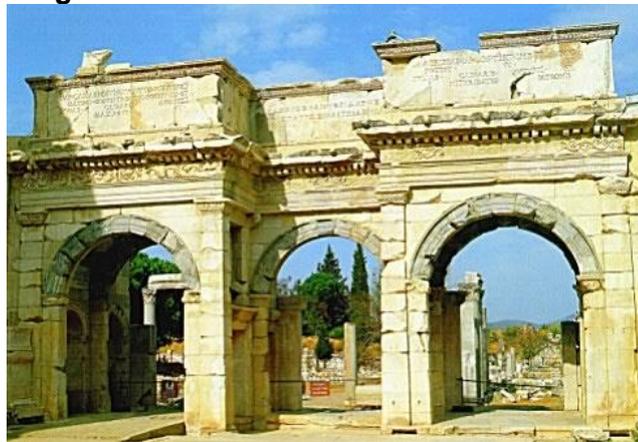
Fonte: Google Imagens, 2015.

Ainda na Era em discussão, enquanto o registro de escritos mais antigo remete à biblioteca de Assurbanipal, a unidade de informação mais conhecida de todas as bibliotecas, por seu acervo grandioso, refere-se à de Alexandria, fundada por Ptolomeu Soter durante o seu reinado.

Demétrio exercia grande influência sobre o rei Ptolomeu, que em determinado momento o convenceu a construir um edifício dedicado às musas<sup>5</sup>, o que acabou sendo uma ótima oportunidade para aumentar a influência que o rei exercia sobre a cidade de Alexandria. Baéz (2006, p. 63) afirma que a construção desse prédio, “por um lado contribuía para substituir na região a cultura egípcia pela cultura grega e, de outro, serviu ao rei em seu objetivo de aumentar o prestígio de suas ações. Logo o museu contou com uma incrível biblioteca”. Além disso, para atender o desejo de Demétrio, que era aumentar o número de livros e chegar ao total de meio milhão de unidades, Ptolomeu “mantinha um exército de copistas, empregados, às vezes, em tarefas inesperadas” (MARTINS, 1996, p. 75).

A biblioteca de Alexandria (figura 3) era dividida em duas partes, a primeira ficava no templo das musas, também conhecido como museu<sup>6</sup>, e a segunda no templo de Serápio. Dedicado ao Deus Serápis e criado pelo próprio Ptolomeu, o objetivo dessa divindade, segundo Lobianco (2012), era atestar o poder ptolomaico e, em seguida, o romano sobre o Egito.

**Figura 3:** Ruínas da Biblioteca de Alexandria.



Fonte: Google Imagens, 2015.

<sup>5</sup> As Deusas Musas, filhas de Zeus e de Mnemosýne ("Memória"), manifestam-se no canto e na dança [...]. Elas constituem o fundamento transcendente dos cantos e, ao mesmo tempo, a garantia divina da verdade que nesses cantos se revela. (TORRANO, 1995, p. 2).

<sup>6</sup> [...] Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015).

Sobre a biblioteca de Alexandria ser dividida em duas partes, Martins (1996) afirma que 400.000 volumes foram armazenados em um bairro, em Alexandria, chamado de Bruchium, enquanto as novas aquisições formaram uma biblioteca auxiliar localizada em outro bairro da cidade, chamada Serápio.

Ptolomeu não media esforços para elevar o reconhecimento de sua biblioteca. Era comum o rei solicitar originais de obras e devolver as cópias, mantendo assim em Alexandria os artefatos originais. Segundo Baéz (2006, p. 64) “uma prática habitual consistia em pagar direitos para obter originais e poder copiá-los. Nem sempre os devolviam”. Diante desta iniciativa, a biblioteca de Alexandria “ostentava singularidade de possuir manuscritos únicos de grande número de obras da Antiguidade” (MARTINS, 1996, p. 75), constituindo um acervo, segundo Battles (2003), com mais de 700 mil rolos.

A biblioteca de Alexandria não é famosa apenas pelo seu acervo, mas também pelos vários incêndios que a atingiram ao longo de sua existência. O primeiro grande incêndio foi ocasionado acidentalmente por Caio Júlio César ao chegar a Alexandria, no ano de 74 a.C. Neste sentido, Baéz (2003, p.68) diz que “César mandou lançar archotes incendiários contra a frota egípcia, reduzindo a cinzas em poucas horas [...] Sêneca, de fato, confirma a perda de quarenta mil rolos nesse acontecimento”. Este momento representou a primeira grande perda sofrida por Alexandria. A segunda perda expressiva da biblioteca teve como mandante o bispo Teófilo, que ordenou a demolição de todos os templos pagãos, derrubando assim a parte dois da biblioteca de Alexandria, que se localizava em Serápio.

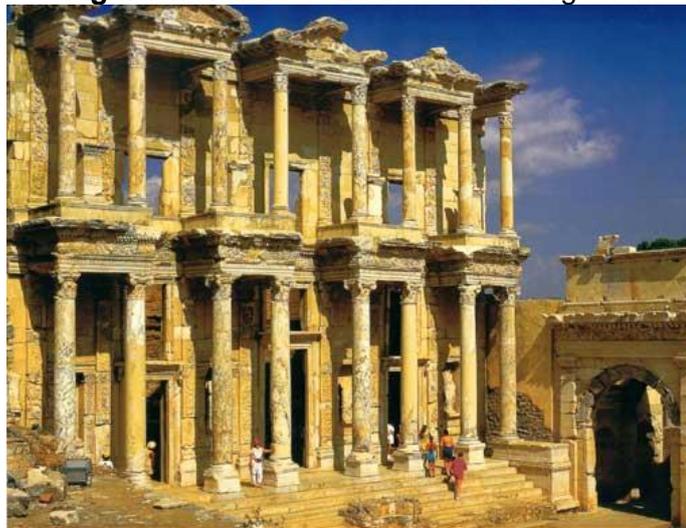
Sobre a destruição dos livros, que ficava na primeira parte da biblioteca, o museu, os historiadores não entram em um consenso de como se deu o fim desse espaço, onde todo o conhecimento ali registrado, de várias nações, inclusive os originais, foram perdidos para sempre. Na busca por explicações sobre este acontecimento, existem várias hipóteses, sintetizadas assim por Báez (2006):

- Os romanos que durante uma rebelião em Alexandria, saquearam a biblioteca;
- Um terremoto devastador que em 365 destruiu vários prédios;
- A negligência causada pelos diversos embates políticos que fizeram faltar orçamento para as atividades da biblioteca.

Rivalizando historicamente com a biblioteca de Alexandria, a história da Antiguidade apresenta a biblioteca de Pérgamo. Fundada pelo rei Eumênio, no século II a.C, a criação da última citada tinha a intenção de provocar os monarcas de Alexandria. O seu acervo chegou a conter mais de 200 mil volumes copiados em pergaminho, material mais resistente. Segundo Báez (2006, p.75), “[...] o uso do pergaminho se deveu à negativa de Ptolomeu V de exportar mais papiro, com a finalidade de aniquilar a fonte de trabalho dos bibliotecários de Pérgamo”.

A biblioteca pública de Pérgamo (figura 4), apesar do seu estranho desaparecimento e por não ser tão famosa quanto a de Alexandria, foi magnífica, chegando “[...] também a gozar de grande reputação e a conter cerca de duzentos mil volumes, desapareceu junto com a de Alexandria” (MARTINS, 1996, p. 76).

**Figura 4:** Ruínas da Biblioteca de Pérgamo.



*Fonte: Google Imagens, 2015.*

Novamente conforme Báez (2006, p.76), a rivalidade entre as bibliotecas e o desaparecimento de todos os livros de Pérgamo pode ser assim resumido:

A rivalidade acabou em arremedo, mero esgar. Já não importando se os livros acabaram nas prateleiras da biblioteca de Alexandria ou foram destruídos em Pérgamo: todos desapareceram e a biblioteca é hoje um monte de ruínas.

De forma ampla, não houve grandes mudanças na estrutura das bibliotecas da Antiguidade para as unidades de informação da Idade Média. Neste sentido, Martins (1996, p.71) relata que:

As bibliotecas medievais são, na verdade, simples prolongamentos das bibliotecas antigas, tanto na composição, quanto na organização, na natureza, no funcionamento: não se trata de dois “tipos” de biblioteca, mas de um mesmo tipo que sofreu modificações insignificantes decorrentes de pequenas divergências de organização social.

As bibliotecas da Idade Média tinham seu caráter religioso, não por causa do conteúdo de seus livros, mas sim pela natureza das instituições mantenedoras, que eram as igrejas, e geralmente se encontravam em mosteiros e conventos. Os religiosos foram os grandes responsáveis pela produção e preservação do conhecimento da Idade Média, apresentados por Vieira (2014, p. 9) como monges, que atuavam da seguinte forma:

[...] escreviam para aprender a ler a copiar as escrituras, que inicialmente eram escritas em pequenas tábuas cobertas com cera, o que deu origem ao formato do livro que conhecemos atualmente, e que na Idade Média era conhecido como códice.

Por causa da natureza religiosa que essas bibliotecas tinham, era comum destruir, sempre que possível, os livros considerados pagãos, “assim, por exemplo, alguns concílios tinham proibido aos bispos a leitura dos livros pagãos” (MARTINS, 1996, p. 83). Os livros pagãos geralmente constituíam-se de escritos em língua nativa do local: enciclopédias, crônicas, canções dos romances cortesões entre outros. No geral, o que era estranho à religião, ou não estava de acordo com os ensinamentos religiosos, tornava-se literatura pagã.

Mesmo com esse pensamento, de se destruir os livros de caráter pagão, muito foram salvos, através de várias cópias feitas por monges, que para outros religiosos mais cautelosos, deveriam ser destruídas para sempre. Sendo assim, na Idade Média “com maior ou menor interesse profano, com maior ou menos penetração leiga, são os mosteiros que salvam, para o mundo moderno, a riqueza literária da Antiguidade” (MARTINS, 1996, p. 82).

Exatamente ao fim da Idade Média deflagra-se a evolução das bibliotecas, que vieram com a fuga dos sábios de Bizâncio para o Ocidente, levando consigo o conhecimento e manuscritos, após a conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453. Com o seu declínio, a Idade Média presenciou mudanças como a transição do feudalismo ao capitalismo; modificações econômicas, sociais e políticas; transformações culturais e manifestações ideológicas; e o humanismo renascentista.

Todas as mudanças supracitadas deram início a um novo período da história conhecido como Renascimento. Martins (1996) cita um movimento causado pelos mosteiros e bibliotecas bizantinas e não pelos monges ocidentais, pois as bibliotecas do Ocidente preservavam apenas a literatura latina e a cultura, enquanto que as bizantinas eram núcleos da civilização helênica, ou seja, “sem o helenismo não haveria igualmente a renascença” (MARTINS, 1996, p. 87). A Renascença, antes de ser a reaparição da cultura latina, é o reconhecimento da cultura grega até então quase desconhecida no Ocidente. Martins defende que o grande feito do Renascentismo é a da cultura grega, ao afirmar que:

Tradição literária ocidental é e continua sendo, nos países sugestivamente chamados de “neolatinos”, a tradição romana, apenas colorida pela contribuição grega, cuja “penetração essencial” é muito menor que a outra. Mas, a sua descoberta bastou para que ocorresse o milagre da Renascença. (MARTINS, 1996, p. 87)

A mudança de perfil das bibliotecas e sua evolução começaram com a criação das primeiras bibliotecas universitárias na Idade Média (VIEIRA, 2014) e a influência dos monges bizantinos na cultura ocidental, momento considerado primórdio das bibliotecas atuais. No momento histórico em discussão, caracterizado pelo Renascimento, surgem às bibliotecas intituladas como modernas, diferenciadas das fases anteriores “por quatro caracteres principais: 1) laicização; 2) democratização; 3) especialização; 4) socialização” (BÁEZ, 1996, p. 323). O desenvolvimento das bibliotecas modernas acompanhou a evolução social, que a partir do Renascimento foi percebida cada vez mais laicizada, passando a desfrutar de um estatuto de instituição leiga, pública e aberta para todos. A consequência foi tornar a biblioteca em um ambiente democrático, disposto a atender todo tipo de usuário, qualquer que seja a informação.

Por muito tempo as bibliotecas tentaram guardar todo o conhecimento existente no mundo em um grande esforço humano, com enfoques únicos, porém aos poucos elas foram especializando suas coleções para atender aos públicos específicos. A especialização das bibliotecas mostra a ascensão do homem à informação, ação anteriormente exclusiva a uma minoria, especialmente os monges da Idade Média.

As características evolutivas das bibliotecas deram origem às várias categorias que conhecemos atualmente: pública, comunitária, nacional, escolar, universitária, comunitárias, especializada, etc. Entre essas categorias a biblioteca pode ser

organizada em um caráter especializado, comum em instituições, independente do seu caráter público ou privado. A biblioteca especializada visa atender a um grupo específico de usuários, sejam pesquisadores, funcionários ou estudantes, que buscam informações sobre determinada área do conhecimento com certo enfoque.

O que diferencia a biblioteca especializada das demais é o local onde se está localizada, a limitação de assunto que seu acervo possui, o tipo de usuário que a procura em busca de informação e, por fim, o seu tamanho. Neste caso, a biblioteca legislativa se enquadra no perfil especializado, pelo tipo de material do seu acervo, tamanho e missão, sendo encontrada em órgãos públicos de âmbito decisório para a sociedade.

### 3.1.1 Biblioteca Especializada Legislativa

No Brasil existe uma produção elevada de informações na escala dos três poderes governamentais: executivo, judiciário e legislativo. Silva (2005, p. 23) fortalece essa ideia afirmando que:

[...] ocorre uma grande produção de informações nos poderes Legislativos, Executivos e Judiciários, os quais elaboram e editam um emaranhado de leis, decretos, instruções, medidas provisórias, emendas constitucionais, súmulas e jurisprudências, gerando um acúmulo de informações muito grande.

Na esfera legislativa existem informações disponíveis em vários tipos de suporte, tanto no formato impresso, quanto digital, entre livros; súmulas; periódicos jurídicos; diário oficial da união (DOU) e do Estado; leis; doutrinas; códigos; jurisprudência; bases de dados; decreto; *website* etc.

Os órgãos legislativos são o principal poder para deliberar, debater e aprovar leis em um Estado democrático. Além dessa função, compete também ao poder legislativo a fiscalização do poder executivo.

A informação jurídica pode ser produzida, armazenada e recuperada em três diferentes categorias, entre legislativa (normativa), jurisprudência (interpretativa) e doutrina (descritiva). Marques Júnior (1997) discorre sucintamente sobre os três tipos de informação jurídica citados anteriormente:

- **Legislativa:** conjunto de normas jurídicas por extensão da documentação pertencente ao processo de sua composição, destacando-se as proposições (ementa constitucional, projeto de lei e veto a proposição de lei);
- **Jurisprudência:** conjunto de decisão judicial em relação a determinado assunto, ou seja, processo de tomada de decisões nos tribunais;
- **Doutrina:** conjunto de literatura técnica produzida por especialistas na área jurídica, como tese, artigos, trabalhos de congresso, livros etc.

Dentro deste contexto “faz-se necessário o conhecimento de técnicas para organizar e gerenciar de maneira prática e eficaz todos esses documentos, facilitando sua pesquisa e utilização pelos profissionais da área”. (SILVA, 2005, p. 23), exigência que deve ser absorvida pelo Congresso Nacional (figura 5), composto pela Câmara dos Deputados<sup>7</sup> e pelo Senado Federal<sup>8</sup>.

**Figura 5:** Congresso Nacional.



*Fonte: Google Imagens, 2015.*

As bibliotecas voltadas para o campo legislativo são consideradas especializadas, como afirma Dias (1990, p.278):

O objetivo principal de uma biblioteca especializada é o de satisfazer as necessidades de informação da instituição que a mantém ou à qual está vinculada. Essa é uma definição que se observa na literatura e na prática da biblioteconomia e da ciência da informação.

---

<sup>7</sup> Website: <http://www2.camara.leg.br/>.

<sup>8</sup> Website: <http://www.senado.leg.br/>.

Além de serem encontradas nos órgãos governamentais, podem ser classificadas em três níveis: municipal, estadual e federal. Entretanto, independente do seu nível de órgão, a algo em comum em todas as bibliotecas legislativas como apresentado por Dias (1990, p. 278):

[...] a coleção dessas bibliotecas pode definir-se como de concentração na área de ciências sociais, de uma forma ampla. Não faria sentido, por exemplo, que elas possuíssem livros especializados em áreas como medicina ou engenharia. A natureza da coleção, por sua vez, determina outros tantos parâmetros como, por exemplo, a importância de materiais mais antigos, se se compara uma biblioteca dessas com uma biblioteca da área de ciências exatas ou naturais.

Entre as bibliotecas legislativas destaca-se a do Congresso Americano<sup>9</sup> (figura 6), localizada em Washington, nos Estados Unidos da América (EUA), e considerada um modelo de referência para as demais pelo mundo. Inaugurada em 1800, a biblioteca possuía um dos melhores acervos das Américas já na época. Além de ser famosa pelos seus incêndios, também é considerada a que possui o maior acervo catalogado no mundo, ultrapassando 150 milhões de exemplares.

**Figura 6:** Biblioteca do Congresso.



Fonte: Google Imagens, 2015.

Apesar de ser aberta aos usuários externos, a biblioteca não é considerada pública. Segundo Dias (1990, p. 281), “a biblioteca do Congresso resolveu estender suas coleções e serviços ao público externo porque tinha coleções e serviços que

---

<sup>9</sup> Website: <http://www.loc.gov/>.

poderiam ser de real utilidade para esse público”. Com isso, seu objetivo ficou mais amplo do que apenas atender ao Congresso internamente. Mesmo assim foi criada uma biblioteca exclusiva para prestar serviços de informação somente para o Congresso.

No Brasil, na escala federal, podemos citar a biblioteca da Câmara dos Deputados, sendo a representante maior em matéria de informação legislativa no país, juntamente com a biblioteca do Senado Federal<sup>10</sup>. Segundo o *website* da Câmara dos Deputados (2015), a biblioteca possui um acervo com mais de 200 mil exemplares, sendo especializada em Ciências Sociais. Oferece ainda serviços abertos à sociedade.

Para auxiliar ambas as Casas Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal, existe no Brasil na escala estadual, 26 assembleias legislativas, sendo uma em cada Estado, como a apresentada na figura sete (7), mais a Câmara Legislativa do Distrito Federal<sup>11</sup> (DF) (figura 8).

Entre as mais antigas do país está a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA)<sup>12</sup>, instituída em 1834 com o Ato Adicional à Constituição<sup>13</sup> que criou as Assembleias Legislativas Provinciais. Inicialmente composta por 36 deputados provinciais, em 1855 esse número aumentou para 42. Até 1857 funcionou no Convento do Carmo e em 1858 “a Assembléia Legislativa Provincial passou a funcionar na ala esquerda do Paço Municipal” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, 2015). A ALBA permaneceu instalada no último local citado até o Decreto nº 714 de 20 de novembro de 1889, que extingue as assembleias legislativas provinciais e fixa provisoriamente as atribuições dos governadores dos Estados. Em 1912 mudou-se de local, passando “[...] a funcionar em um antigo solar da fidalguia portuguesa, hoje demolido, situado à Ladeira da Praça, nº 19, adquirido pelo Poder Público” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, 2015), ocupando este local até 1920. Ainda no mesmo ano a Câmara dos Deputados foi instalada no Palacete Machado, na Praça Duque de Caxias, durando até o fechamento dos legislativos estaduais, em 1930. Em 1934, após a criação do Código Eleitoral pelo Getúlio Vargas, tomaram posse no Palacete Machado 42

---

<sup>10</sup> Website: <http://www.senado.gov.br/>.

<sup>11</sup> Website: <http://www.cl.df.gov.br/>.

<sup>12</sup> Website: <http://www.al.ba.gov.br/>.

<sup>13</sup> Website: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>.

<sup>14</sup> Website: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662-publicacaooriginal-1-pe.html>.

parlamentares da recém-criada Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. No ano de 1974 “[...] se mudou para o primeiro edifício construído especificamente para abrigar este Poder, a sua sede atual, no Centro Administrativo da Bahia” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA, 2015), local onde permanece até os tempos atuais.

**Figura 7:** Assembleia Legislativa da Bahia.



*Fonte: Google Imagens, 2015.*

A Câmara Legislativa do DF (figura 8) se localiza na rua de ligação entre o Setor de Indústrias Gráficas e o Setor Hoteleiro Sul no Cruzeiro, cidade de Brasília. Sua criação foi “[...] após intensa luta pela autonomia política do Distrito Federal” (CÂMARA LEGISLTATIVA DO DISTRITO FEDERAL, 2015). Feito esse garantido pela Constituição Federal<sup>15</sup> de 1988. No ano de 1986 os brasilienses conseguiram eleger seus representantes no Congresso Nacional pela primeira vez, entretanto, somente em 1990 foram eleitos os primeiros deputados distritais.

Uma característica exclusiva da Câmara Legislativa do DF é que ela tem um papel duplo, ou seja, “[...] absorve as funções de Estado e de Município, sua Casa Legislativa atua como um misto de Assembléia [Estadual] e Câmara Municipal (CÂMARA LEGISLTATIVA DO DISTRITO FEDERAL, 2015). Atualmente tem o total de 24 deputados distritais, eleitos de quatro em quatro anos, que compõem a Câmara Legislativa.

---

<sup>15</sup> Website: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

**Figura 8:** Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Fonte: Google Imagens, 2015.

Assim como a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas têm o poder de produzir leis para reger a sociedade, fiscalizar de forma permanente a aplicação das normas e cobrar o uso dos recursos públicos por parte do Governo e demais órgãos da administração, contribuindo desta forma para o fortalecimento do poder legislativo. Porém nem todas têm ou disponibilizam informações em seus *websites* especificamente sobre as suas bibliotecas ou existência das mesmas, como se pode constatar no quadro um (1).

**Quadro 1:** Bibliotecas legislativas estaduais.

<b>Estados</b>	<b>Websites</b>	<b>Bibliotecas</b>
Acre (AC)	<a href="http://www.al.ac.leg.br/">http://www.al.ac.leg.br/</a>	Não
Alagoas (AL)	<a href="http://www.assembleia.al.gov.br/">http://www.assembleia.al.gov.br/</a>	<a href="http://www.assembleia.al.gov.br/index.php/biblioteca">http://www.assembleia.al.gov.br/index.php/biblioteca</a>
Amazonas (AM)	<a href="http://www.al.ap.gov.br/">http://www.al.ap.gov.br/</a>	Não
Amapá (AP)	<a href="http://www.ale.am.gov.br/deputados/">http://www.ale.am.gov.br/deputados/</a>	Não
Bahia (BA)	<a href="http://www.al.ba.gov.br/">http://www.al.ba.gov.br/</a>	<a href="http://www.al.ba.gov.br/servicos/Biblioteca.php">http://www.al.ba.gov.br/servicos/Biblioteca.php</a>
Ceará (CE)	<a href="http://www.al.ce.gov.br/">http://www.al.ce.gov.br/</a>	Não
Distrito Federal (DF)	<a href="http://www.cl.df.gov.br/">http://www.cl.df.gov.br/</a>	<a href="http://www.cl.df.gov.br/biblioteca">http://www.cl.df.gov.br/biblioteca</a>
Espírito Santo (ES)	<a href="http://www.al.es.gov.br/portal/">http://www.al.es.gov.br/portal/</a>	<a href="http://www.al.es.gov.br/portal/frmBibliotecaSubsite.aspx">http://www.al.es.gov.br/portal/frmBibliotecaSubsite.aspx</a>
Goiás (GO)	<a href="http://al.go.leg.br/">http://al.go.leg.br/</a>	Não
Maranhão (MA)	<a href="http://www.al.ma.leg.br/">http://www.al.ma.leg.br/</a>	Não
Minas Gerais (MG)	<a href="http://www.al.mt.gov.br/">http://www.al.mt.gov.br/</a>	Não
Mato Grosso do Sul (MS)	<a href="http://www.al.ms.gov.br/">http://www.al.ms.gov.br/</a>	<a href="http://www.al.ms.gov.br/tabid/368/Default.aspx">http://www.al.ms.gov.br/tabid/368/Default.aspx</a>
Mato Grosso (MG)	<a href="https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/">https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/</a>	Não
Pará (PA)	<a href="http://www.alepa.pa.gov.br/portal/">http://www.alepa.pa.gov.br/portal/</a>	Não
Paraíba (PB)	<a href="http://www.al.pb.gov.br/">http://www.al.pb.gov.br/</a>	Não
Pernambuco (PE)	<a href="http://www.alep.pr.gov.br/">http://www.alep.pr.gov.br/</a>	Não
Piauí (PI)	<a href="http://www.alepe.pe.gov.br/home/index.php">http://www.alepe.pe.gov.br/home/index.php</a>	Não
Paraná (PR)	<a href="http://www.alepi.pi.gov.br/">http://www.alepi.pi.gov.br/</a>	<a href="http://servleg.al.pi.gov.br:8080/bibliore3/?idMenu=36">http://servleg.al.pi.gov.br:8080/bibliore3/?idMenu=36</a>
Rio de Janeiro (RJ)	<a href="http://www.alerj.rj.gov.br/">http://www.alerj.rj.gov.br/</a>	<a href="http://www.alerj.rj.gov.br/biblioteca1.htm">http://www.alerj.rj.gov.br/biblioteca1.htm</a>

Rio Grande do Norte (RN)	<a href="http://www.al.rn.gov.br/portal/">http://www.al.rn.gov.br/portal/</a>	Não
Rondônia (RO)	<a href="http://www.al.rs.gov.br/site/">http://www.al.rs.gov.br/site/</a>	Não
Roraima (RR)	<a href="http://www.al.ro.leg.br/">http://www.al.ro.leg.br/</a>	Não
Rio Grande do Sul (RS)	<a href="http://www.al.rr.gov.br/portal/">http://www.al.rr.gov.br/portal/</a>	Não
Santa Catarina (SC)	<a href="http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/">http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/</a>	<a href="http://www.alesc.sc.gov.br/portal/biblioteca/">http://www.alesc.sc.gov.br/portal/biblioteca/</a>
Sergipe (SE)	<a href="http://www.al.sp.gov.br/">http://www.al.sp.gov.br/</a>	<a href="http://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/">http://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/</a>
São Paulo (SP)	<a href="http://www.al.se.gov.br/">http://www.al.se.gov.br/</a>	Não
Tocantins (TO)	<a href="http://www.al.to.gov.br/">http://www.al.to.gov.br/</a>	Não

Fonte: Do autor, 2015.

Por ser um tipo de biblioteca especializada, as legislativas têm o seu acervo mais homogêneo. O campo temático restrito permite uma correspondência mais próxima ao perfil do público, ou seja, seu acervo será mais preciso e assim, teoricamente, será menor o tempo gasto no acesso ao documento e posterior recuperação da informação.

As bibliotecas legislativas trabalham de acordo com os objetivos das instituições que estão ligadas. Como qualquer outra biblioteca, “os objetivos de uma biblioteca legislativa são os de prover a informação de natureza técnico-científica necessária ao órgão legislativo a que está vinculada” (DIAS, 1990, p. 279). A biblioteca em discussão está ligada a um órgão que elabora leis para reger uma sociedade, conseqüentemente o seu acervo possui materiais em Direito, como afirmado anteriormente. Neste sentido, independente das suas particularidades, não estaria incorreto chamá-las de bibliotecas legislativas jurídicas.

Barité e Guimarães (1999, p. 77-78) classificam a biblioteca jurídica em quatro tipos, sendo a especializada que se enquadra no âmbito legislativo:

- Bibliotecas jurídicas gerais, que agregam documentos de qualquer tipo, fonte e procedência referentes a direito;
- Bibliotecas jurídicas especializadas por fontes do direito, como o caso de uma biblioteca que concentra somente documentos de legislação;
- Bibliotecas mistas, onde a especialidade jurídica é compartilhada com outras disciplinas, como administração, economia, sociologia etc.;
- Bibliotecas especializadas em outros domínios temáticos, onde os documentos de direito, ainda assim, [têm] um peso significativo na coleção.

Em suma, a principal atividade que a biblioteca especializada em legislação realiza é a organização da informação sobre assuntos relevantes e específicos, com destaque na área do direito, por se tratar de um órgão responsável pela criação e

aprovação das leis que regem um país. Neste sentido, compreender o significado de informação e a correta tipologia usada nas atividades, pelos profissionais, torna-se fundamental para o alcance da missão proposta pela organização.

### 3.2 INFORMAÇÃO: recurso decisório nas bibliotecas

O termo informação tem sua conceituação ambígua e incerta, variando entre as diversas áreas do conhecimento que a investigam. Não é destoante vislumbramos que tal amplitude de definições conduz a várias interpretações e geram conflitos, provocando, desta maneira, entendimentos distintos.

Na tentativa de conceituá-la Foina (2001, p. 17) afirma que “[...] podemos definir informação como um valor, ou dado, que possa ser útil para alguma aplicação ou pessoa”. Para Le Coadic (2001, p. 4), “[...] informação é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impresso ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. Na ótica de já para Dudziak (2003, p. 24), “[...] informação é o conjunto de representações mentais codificada e socialmente contextualizadas”. Enquanto que para Sêmola (2003, p. 45), informação é vista como um:

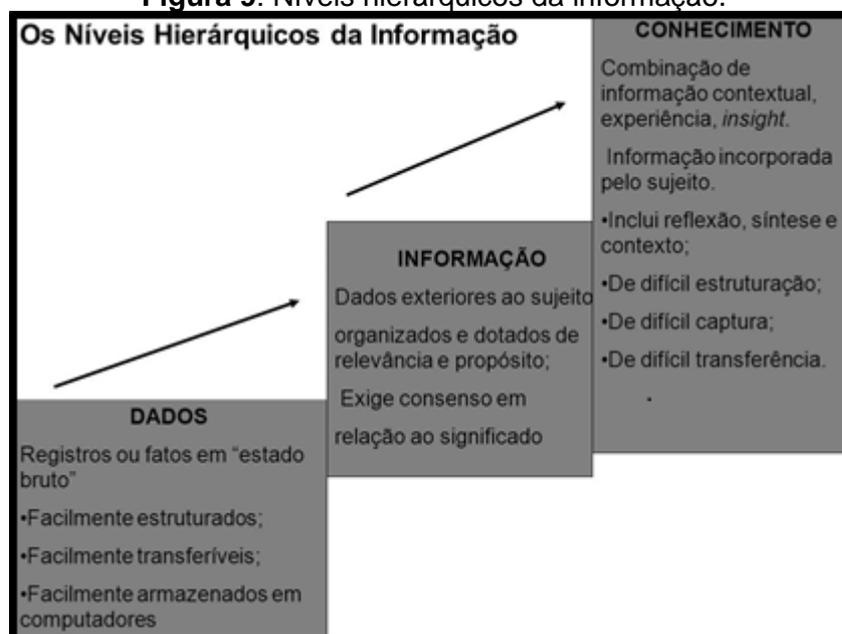
Conjunto de dados utilizados para a transferência de uma mensagem entre indivíduos e/ou máquinas em processos comunicativos (isto é, baseados em troca de mensagens) ou transacionais (isto é, processos em que sejam realizadas as operações que envolvam, por exemplo, a transferência de valores monetários).

Em outras palavras, a informação é o resultado do processo, manipulação e organização dos dados em um estado que se agrega ao conhecimento da pessoa que o recebe. Neste contexto, enquanto o dado se insere na discussão como um fato em sua forma bruta, e quando esses fatos são organizados de forma coerente, eles se transformam em informação, e que por sua vez podem gerar e/ou editar um conhecimento, definido por Le Coadic (2001, p. 5, grifo do autor) como “[...] ‘um saber’ [...]”, ou seja, é o resultado do ato de conhecer ou apreender um objeto e formar uma ideia sobre alguma coisa. Neste sentido, observamos, a partir da tentativa de conceituar o elemento informação, um relacionamento intrínseco entre três elementos (tríade), ou seja, o dado, a própria informação e o conhecimento.

Segundo Beal (2004, p. 11), “um conjunto de dados não produz necessariamente uma informação, nem um conjunto de informação representa necessariamente um conhecimento”. Do mesmo modo que a informação é produzida por meio de dados, o conhecimento tem como origem também a informação, quando as mesmas são associadas com outros fatores.

Nota-se, entre os termos da tríade, uma mudança com relação ao nível hierárquico de dificuldade e pertinência de cada um (figura 9) (BEAL, 2004), ou seja, acrescenta-se valor na transição de dado para informação e, em seguida, agrega-se outros elementos ao conhecimento.

**Figura 9:** Níveis hierárquicos da informação.



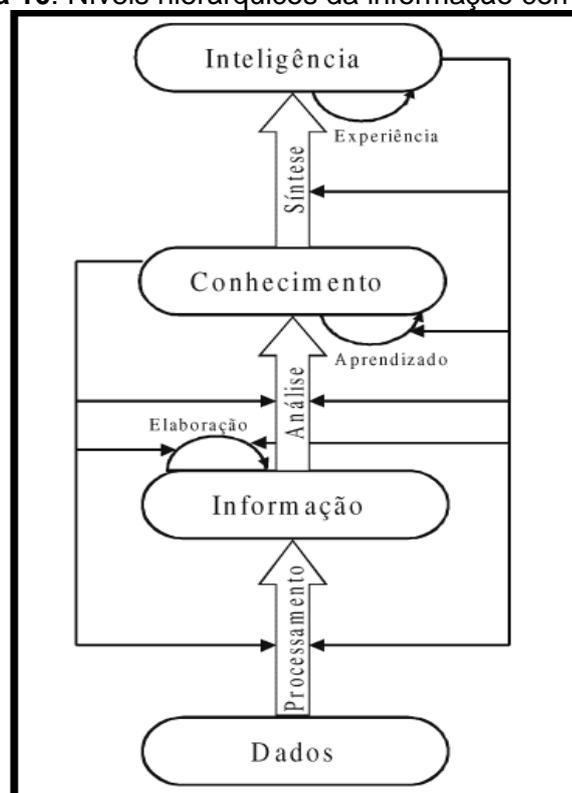
Fonte: Beal (2004, p. 12).

Em um direcionamento discursivo voltado à inteligência competitiva, Dantas (2011, p. 11) apresenta, da seguinte forma, mais um elemento além da tríade supracitada:

Os dados compreendem a classe mais baixa da informação. A informação propriamente dita são os dados que passam por algum tipo de processamento para serem utilizados de uma forma inteligível. O conhecimento é a informação cuja relevância, confiabilidade e importância foram avaliadas, e é obtido pela interpretação e integração de vários dados e informações para iniciar a construção de uma situação. A inteligência é a informação com oportunidade, ou seja, é a parte do conhecimento que habilita a tomada das melhores decisões.

Beuren (2000) aborda o conceito de informação de um ponto administrativo, sendo necessária no apoio ao processo estratégico de tomada de decisão, tanto quanto no controle das operações da organização. Analogamente, Moresi (2000) apresenta os níveis hierárquicos da informação competitiva (figura 10) no processo decisório da organização, sendo quatro níveis diferentes da informação: dados, informação, conhecimento e inteligência. A inteligência, neste caso, encara a “informação como oportunidade, ou seja, o conhecimento contextualmente relevante que permite atuar com vantagem no ambiente considerado” (MORESI, 2000, p.18).

**Figura 10:** Níveis hierárquicos da informação competitiva.



Fonte: Moresi (2000, p. 18).

Como já exposto anteriormente, o conceito de informação apresentará variação nas mais diversas áreas do conhecimento. Em uma perspectiva psicológica, Machlup e Mansfield (1983) definem a informação como um evento humano, dirigida e recebida por mentes humanas, ao passo que envolve pessoas que transferem e recebem mensagens no âmbito de suas prováveis atividades.

Em uma visão filosófica e/ou antropológica Capurro (2007, p. 161) define informação da seguinte maneira:

Uma categoria antropológica que diz respeito ao fenômeno de mensagens humanas, cujas estruturas verticais e horizontais estão relacionadas ao conceito grego de mensagem (*angelia*), bem como discurso filosófico (*logos*).

No caso do campo do direito, a “informação é somente mais um dos bens jurídicos tutelados” (SANTOS NETO, 2014), entre valores materiais, como um livro, e imateriais, como a informação e o conhecimento que ela pode gerar. No campo semântico, Dretske (1981, p. 63-64) apoia-se em uma diferenciação própria feita entre informação e significado. A “informação não necessita de um método de interpretação, embora seja um caráter básico a obtenção de conhecimento”. Ainda na percepção do autor não existe informação falsa, pois este objeto “[...] é capaz de produzir conhecimento e uma vez que o conhecimento requer verdade, a informação também a requer” (DRETSKE, 1981, p. 45), ao mesmo tempo em que o significado pode não conter verdade. O significado é uma crença, sendo um estado mental que pode ser verdadeiro ou falso. A informação representa o elemento subjetivo do conhecimento com relação à compreensão durante o procedimento de aprendizagem. De uma forma sucinta, Dretske (1981) usa o exemplo dos computadores que não tem capacidade de usarem a informação (verdade), não significando nada pra eles, ou seja, sem valor semântico. Por outro lado, o único elemento manipulado pelos computadores é o símbolo (significado).

A definição de informação de Dretske não inclui, a princípio, o conhecimento pré-existente do receptor. Por essa omissão, Israel e Perry (1990) elaboraram a teoria situacional e semântica situacional, para assim conceituar o elemento informação. Para ambos, não existe uma definição simples da informação, mas sim a existência de dois tipos: a informação pura e a informação incremental.

A informação pura, ainda segundo Israel e Perry (1990, p. 10), é exemplificada pela seguinte situação:

Sempre que há um estado de casos que consistem de algum raios-X que tem um padrão em um tempo (t), então, há um estado de assuntos envolvendo uma perna de cachorro como sendo objeto daquele raios-X e daquela perna que está quebrada com (t). Assim o propósito indicado é que há um cachorro neste raio-X e que sua perna está quebrada. A informação pura é sobre o raio X, mas não sobre Jackie, ou sua perna.

Conforme o exemplo supracitado é possível compreender que a informação pura não é uma propriedade de fatos aleatórios, mas sim um elemento dependente do contexto e das limitações. Por sua vez, a informação incremental é assim apresentada por Israel e Perry (1991, p. 147-148, grifos dos autores):

Informação específica que pode resultar no final das “arquiteturas de fluxos de informação”. Uma distinção é feita entre “conteúdo informacional” e “informação”: “conteúdo informacional” é somente informação quando as restrições e os fatos interligados são reais. As relações causais entre os conteúdos de um “sistema de informação” são chamados de “arquitetura”.

Diferentemente do conteúdo, a própria informação não tem um conceito incontestável, pois se podem obter níveis diferentes da mesma sobre uma fonte, sendo inerente em relação ao conhecimento pré-existente de quem está recebendo a mensagem, já que o citado pré-conhecimento humano, estabelecido pelo receptor, o ajuda a diferenciar o que lhe é importante frente às fontes ruins, pois “a informação é o que é capaz de produzir conhecimento e uma vez que o conhecimento requer verdade, a informação também a requer” (DRETSKE, 1981, p. 45).

Vemos uma abordagem semelhante sobre informação com Pignatari (1977) ao defender que só existe informação quando se tem uma dúvida que precisa ser sanada, supondo-se que um conjunto de alternativas possa reduzir ou eliminar a inquietação. Desta forma, deduz-se que a informação reduz a incerteza.

Na linha da comunicação, Dervin (1977, p. 22) divide a informação em três tipos, com base na relação indivíduo *versus* ambiente, comumente discutida na CI:

- Informação 1, aquela que descreve a realidade, sua estrutura original ou seu padrão, e é externa ao homem;
- Informação 2, que consiste em um repertório subjetivo: as ideias, estruturas ou imagens imputadas ao ambiente externo pelas pessoas;
- Informação 3, que é a forma como cada indivíduo lida com as informações 1 e 2 para consolidar seu processo decisório.

Para Dervin (1977) existe uma informação clara, externa, que não depende do homem, e uma informação abstrata, interna, intrínseca ao homem, e que não depende da realidade clara. Assim, estes três tipos de informação podem ser simplificados da seguinte maneira: uma informação objetiva como um artigo, por exemplo); uma informação subjetiva como o processamento da informação contida no artigo pelo

cognitivo humano; e a informação resultante das duas fases anteriores, gerando uma nova informação.

A visão de Dervin remete a informação enquanto fomentador da produção de conhecimento registrado, ótica defendida por Belkin (1978) ao interpretá-la como uma estrutura comunicável possível de mudar a estrutura cognitiva do receptor. Por sua vez, de forma similar a Belkin, Brookes (1980) define informação como uma pequena parte de uma estrutura maior, que neste caso é o conhecimento, sendo objetivo como os registrados em livros, documentos e revistas; e subjetiva enquanto um conhecimento que ocorre no espaço privado de cada pessoa.

No contexto específico da CI, Miranda e Simeão (2003), em um aspecto documental, entendem que a informação equivale ao conceito de conteúdo. Os autores explicam que o conteúdo é a parte essencial do documento e que indica o seu tipo. Já Cunha e Cavalcanti (2008), no dicionário de biblioteconomia e arquivologia, defendem que a informação seria o registro do conhecimento para ser utilizado futuramente, abrindo-se um posto de reflexão sobre a importância da preservação da informação.

Ainda no âmbito da biblioteconomia, Williams (1998, p. 174) comenta sobre as palavras de uma bibliotecária especializada que observou a função da informação do ponto de vista das bibliotecas especializadas ao defender que “antes de qualquer coisa, a biblioteca especializada é um bureau de informação. A principal informação da biblioteca geral é deixar livros disponíveis. A função da biblioteca especializada é tornar informação acessível.” De forma ampla e conforme a presente tentativa de conceituar o objeto informação, aliados ao pensamento da bibliotecária citada por Williams, a informação que representa determinada realidade e apresenta-se de forma específica ao ambiente se encontra nas bibliotecas especializadas.

### **3.2.1 Informação Legislativa: um recurso especializado**

O tipo de informação utilizada em uma organização está intimamente ligado a sua missão e objetivos. Para a realização dessa missão, os funcionários e/ou colaboradores precisam de informação para executar as suas atividades, oriundo externamente à Instituição ou do próprio ambiente interno. No caso do poder legislativo brasileiro, sua missão e objetivos são definidos pela Constituição Federal, delegando diretrizes aos órgãos que são responsáveis pelo processo legislativo e as

informações que direcionarão o funcionamento da organização, aqui intitulada de informação legislativa, definida por Alarcão (2011, p. 11) da seguinte forma:

É oriunda do exercício das funções de elaboração legislativa e de fiscalização que advêm da competência constitucional acima referida, como também dos atos de representação praticados por seus membros no que se refere aos direitos e deveres inerentes ao mandato ou a ele relativos.

Conforme a autora supracitada, a informação legislativa é conceituada no âmbito da Câmara dos Deputados, como também provinda das funções legislativas:

[...] é aquela produzida ou recebida pela Câmara dos Deputados, tratada por regras e políticas corporativas, que serve aos seus propósitos ou a relativa a seus membros, decorrentes das funções institucionais estabelecidas formalmente e que estejam disponíveis em algum suporte para uso na execução dos trabalhos internos e para a sociedade. (ALARCÃO, 2011, p. 23)

Entretanto, a informação legislativa não tem sua conceituação absolutamente clara na literatura, e por vezes é confundida com informação jurídica, como afirma Dalbosco e Godoy Vieira (2012 *apud* BASTOS, 2013, p. 30, grifo dos autores):

De natureza e linguagem jurídica, a legislação criada pelo poder legislativo pode ser fácil objeto de análise por advogados, promotores, juristas e outros profissionais do Direito, mas apresenta especificidades que comprometem seu entendimento por parte da totalidade da população ou até mesmo de determinada parcela social que será «atingida» pela legislação em questão.

A informação legislativa é gerada pelos órgãos legisladores do país com um conteúdo destinado a sociedade como um todo e é disseminada em vários tipos de suportes para facilitar o seu acesso. Na visão de Passos (2004, p. 13), a informação legislativa não se compromete apenas ao poder federal, compreendida como sendo “[...] aquela que resulta do processo legislativo federal, estadual ou municipal: as proposições legislativas, substitutivos, pareceres, emendas, relatórios, etc.”.

Ainda segundo Passos e Barros (2009, p. 94, grifo dos autores) a informação legislativa possui as seguintes características:

- 1) ser produzida apenas pelo poder estatal competente;
- 2) ser pública, ou seja, pode ser utilizada, coletada, arranjada, selecionada ou reproduzida por qualquer pessoa, apesar de o governo ter proibido a divulgação, com fins lucrativos, em outros sítios da Internet, de informações contidas na base de dados da Presidência da República e na versão eletrônica do *Diário Oficial* da União, como leis, medidas provisórias, decretos e portarias. Essa proibição foi estabelecida em portarias. Uma delas, a nº. 1091<sup>16</sup>, de 16/6/2003, da Casa Civil da Presidência da República, exige a fonte (Presidência da República) na reprodução de dados de sua base e exige a autorização para a divulgação, no caso de mais de 20 atos distintos em volume superior a 50 cópias [...];
- 3) ser insubstituível, pois em relação à legislação não podemos admitir similares, cada dispositivo legal é único sobre o caráter normativo que procura regulamentar [...];
- 4) possuir caráter imperativo, pois deve ser obedecida por todos;
- 5) ter caráter geral, pois se aplica a todos indiscriminadamente, apesar de existirem alguns casos de 'leis sob encomenda' que foram criadas para beneficiar uma pessoa ou grupo específico de pessoas;
- 6) possuir validade geográfica e temporal delimitada;
- 7) possuir regras próprias de redação.

Complementando, no poder legislativo, as informações podem ser encontradas, como já informado na subseção 3.1.1, em documentos como:

- Emenda;
- Parecer;
- Representação popular;
- Requerimento;
- Recurso;
- Mensagem;
- Substitutivo;
- Normas: o grau de hierarquia à Constituição, emenda constitucional, lei complementar, medida provisória; lei ordinária, lei delegada e Decreto.

A informação legislativa também é considerada uma fonte de informação primária. Em suma, é um tipo de informação apresentada em sua forma original, completa e transmitida de forma inédita (em primeira mão). O quadro dois (2) apresenta as fontes primárias do poder legislativo.

---

<sup>16</sup> Portaria nº. 1091, de 16/6/2003, da Casa Civil da Presidência da República: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/P1091-03-ccivil.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/P1091-03-ccivil.htm).

**Quadro 2:** Tipos de fontes de informação primária.

<b>Categoria</b>	<b>Fontes Primárias</b>
Legislativo	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lei;</li> <li>2. Diário Oficial da União;</li> <li>3. Diários Oficiais dos Estados;</li> <li>4. Diário da Justiça.</li> </ol>

*Fonte: Adaptação de Barros (2004), Passos e Barros (2009).*

A informação legislativa é aquela gerada ou recebida por um órgão legislativo, obedecendo às regras e políticas corporativas, e servindo aos propósitos de seus membros acordados formalmente, além de disponibilizada em algum tipo de suporte para a execução das funções internas e acesso da sociedade.

Mesmo variando conceitualmente, o objeto informação aproxima diferentes áreas do conhecimento pela realização dos processos de fluxo informacional, que acarretam na disseminação e compartilhamento de informação dentro de uma organização, como é o caso do poder legislativo. Para tanto, essas informações devem receber tratamento diferenciado, único, ou seja, respeitar a sua proveniência, acesso, finalidade, importância e utilidade. Contudo, este tratamento deve objetivar a integridade (proteção) e confidencialidade das informações segundo normas/políticas de SI pré-estabelecidas.

### 3.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A área da SI é um conjunto de boas práticas que visa um controle mais elevado quanto ao acesso e uso da informação e, conseqüentemente, a sua proteção e autenticidade, diminuindo assim os riscos de perda e edições indevidas que uma organização pode sofrer. O termo SI significa, segundo o Decreto nº 3.505 (2015):

Proteção dos sistemas de informação contra a negação de serviço a usuários autorizados, assim como contra a intrusão, e a modificação desautorizada de dados ou informações, armazenados, em processamento ou em trânsito, abrangendo, inclusive, a segurança dos recursos humanos, da documentação e do material, das áreas e instalações das comunicações e computacional, assim como as destinadas a prevenir, detectar, deter e documentar eventuais ameaças a seu desenvolvimento

A busca por diferentes tipos de ações para preservar a informação se dá pela crescente competitividade global e o surgimento de ameaças e/ou ataques cada vez mais avançados tais como terrorismos, crimes eletrônicos, fraudes, espionagem industrial, guerra cibernética entre outros, a segurança tem alcançado cada vez mais importância nas organizações. Estas ameaças e/ou ataques afetam qualquer tipo de ambiente em menor ou maior grau, seja disponibilizando informações pessoais de um indivíduo ou dados privilegiados de uma instituição.

É considerado ataque qualquer ação que coloque em risco as informações pessoal ou organizacional, apresentado por Scotti (2005) em dois tipos:

- Ataques passivos: são os que buscam obter informações para se beneficiarem delas, sem impedir o funcionamento do sistema invadido. Furtos de senhas, de endereços de e-mails, espionagem digital, fraude bancária e esquemas de desvio de dinheiro são exemplos de ataques do tipo passivo;
- Ataques ativos: são os que além do atacante tentar obter informações que lhe traga benefícios, buscam afetar o funcionamento do sistema invadido, através de desativação de serviços críticos em servidores. São exemplificados pela pichação de sites, destruição intencional de dados, desperdício de recursos do sistema (processamento, memória, documentos de impressão), suspensão dos serviços e até desativação por completo de um alvo, e, potencialmente, danos físicos ao equipamento envolvido.

Independentemente do tipo de ataque, a sua causa pode ser vinda de vários fatores como dos próprios funcionários, *hackers*, prestadores de serviço, vírus ou até mesmo ser desconhecida. Entre as causas supracitadas, normalmente associasse os ataques aos *hackers*, definidos, segundo Silveira (2010, p. 32), como “um programador de computador talentoso que poderia resolver qualquer problema muito rapidamente, de modo inovador e utilizando meios não convencionais”.

Silva, Ribeiro e Rodrigues (2004) conceituam a palavra *hackers* como pessoas que não tem autorização para acessar os computadores/sistemas de terceiros sem a intenção de modificá-los. Ainda segundo os autores, muitos *hackers* trabalham em parceria com empresas do governo compartilhando conhecimento, ou seja, fazendo o bem. Em complemento a fala dos autores supracitados, Freitas (2009, p. 36, grifo do autor) menciona que os *hackers* “[...] em geral atuam como “justiceiros” por causa que entendem como sendo justas, defendendo a liberdade de conhecimento, ainda que nem sempre sejam legais”, entretanto este é um lado desconhecido por grande parte da sociedade.

A Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI)<sup>17</sup> (2015), do Estado de Pernambuco, lista os tipos de ataques mais comuns praticados por aqueles que querem burlar os mecanismos de segurança, prejudicando pessoas físicas ou Instituições:

- **Negação de Serviços** (DoS – *Denial of Service*): ação de tirar um ou vários computadores de operação;
- **Sniffing**: captura de informações como senhas que navegam sem criptografia, *e-mail* ou qualquer outra informação que seja de interesse;
- **Ferramenta de Varredura de Portas**: forma de adquirir informação que são acessíveis e definidas por meio do mapeamento das portas TCP<sup>18</sup> e UDP<sup>19</sup>;
- **Ataque Físico**: furto ou dano a qualquer forma de ativo, seja ele um equipamento ou um *software*;
- **Engenharia Social**: técnica de explorar as fraquezas humanas sem explorar a tecnologia.

Pelos fatores de ataques, geralmente são os profissionais de TI os responsáveis pela SI, que buscam a proteção dos ativos<sup>20</sup> de informação contra possíveis violações aos sistemas, buscando a redução das incidências, como as fraudes no sistema institucional; dos efeitos, como o nível de danos ou perda de dados; e dos riscos, como a combinação de fatores de um evento e de suas consequências, ou seja, quando ocorre, por exemplo, a entrada no controle de acesso lógico de forma não autorizada por uma pessoa em decorrência de erros na definição de permissão.

Uma das maneiras de se alcançar essa meta é encontrar e tratar as várias fragilidades conhecidas dentro das organizações, criando proteções e/ou melhorando as que possuem defeitos. Partindo desta contextualização, de uma forma simples, SI é definida da seguinte maneira:

---

<sup>17</sup> Website: <http://200.238.107.80/web/site-ati/formas-de-ataque-e-codigos-maliciosos>.

<sup>18</sup> *Transmission Control Protocol*.

<sup>19</sup> *User Datagram Protocol*.

<sup>20</sup> É qualquer coisa que possui valor para a organização.

Um estado no qual estamos livres de perigos e incertezas. Dentro de uma organização, esta segurança costuma se aplicar a tudo aquilo que possui valor e, conseqüentemente, demanda proteção. São os chamados ativos. (RAMOS *et al.*, 2008, p. 16)

Esses ativos podem ser de diversos tipos, podendo ser classificados por meio de diferentes propriedades, que por sua vez servem para agrupar os ativos de características semelhantes baseados nas necessidades, estratégia e mecanismos de proteção das organizações, conforme apresentado no quadro três (3).

**Quadro 3:** Classificação dos ativos.

<b>Categoria de ativos</b>	<b>Exemplo</b>
Tangíveis	Informações impressas ou digitais Impressoras Móveis de escritório
Intangíveis	Imagem de uma empresa Confiabilidade de um órgão federal Marca de um produto
Lógicos	Dados armazenados em um servidor Sistema de ERP <sup>21</sup> Rede de VoLP <sup>22</sup>
Físicos	Estação de trabalho Sistema de ar-condicionado Fábrica
Humanos	Empregados Prestadores de serviço

Fonte: Adaptado de Ramos *et al.* (2008, p. 17).

Reforçando a ideia de proteção da informação em seus variados meios, para Caciato (2004, p. 10), SI possui certo valor de implementação:

Deve ser implantada em todas as áreas da organização, pois são encontradas em diversos meios como: impresso ou escrito em papel, armazenado eletronicamente, enviado pelo correio ou através de meios eletrônicos.

A ISO elaborou e oficializou, no final dos anos 90, mecanismos para a proteção da informação a partir de padrões criados na Inglaterra, especificamente a norma ISO/IEC<sup>23</sup> 17.799, considerada uma das primeiras sobre SI e que “estabelece

<sup>21</sup> Sistema de *Enterprise Resource Planning*.

<sup>22</sup> Rede de *Voice Over Internet Protocol*.

<sup>23</sup> *International Electrotechnical Commission*.

diretrizes e princípios gerais para iniciar, implementar, manter e melhorar a gestão de segurança da informação em uma organização” (ISO/IEC 17.799, 2005, p. 1).

A aceitação foi tanta que no início dos anos 2000 a organização ISO resolveu optar por uma numeração destinada a SI, também conhecida como família de normas 27.000. É possível encontrar, dentro da família de normas em questão, seis documentos divididos em:

- A) ISO 27.001 – especificação para um sistema de gestão da segurança da informação;
- B) ISO 27.002 – seria a principal norma da família e especifica um conjunto de melhores práticas para a segurança da informação em uma organização (foi originalmente a ISO/IEC 17.799);
- C) ISO 27.003, 27.004, 27.005 e 27.006 – metodologias e padrões de gestão de sistemas, riscos e certificações. (CASTRO, 2012, p. 103)

Partindo da definição encontrada na ISO/IEC 27.001 (2006, p. 2), SI possui a seguinte função:

Preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação; adicionalmente, outras propriedades, tais como autenticidade, responsabilidade, não repúdio e confiabilidade, podem também estar envolvidas.

Na ISO/IEC 17.799 (2005, p. x) encontramos ainda conceitos sobre SI, mesmo ela sendo uma norma que trás códigos de prática para a sua gestão, diferentemente da ISO/IEC 27.001 (2006), que tem um foco nos sistemas e nos seus requisitos.

Segurança da informação é a proteção da informação de vários tipos de ameaças para garantir a continuidade do negócio, minimizar o risco ao negócio, maximizar o retorno sobre os investimentos e as oportunidades de negócio.

No Brasil existe o Decreto de número 3.505, de junho de 2000, que define SI da seguinte forma:

Proteção dos sistemas de informação contra a negação de serviço a usuários autorizados, assim como contra a intrusão, e a modificação desautorizada de dados ou informações, armazenados, em processamento ou em trânsito, abrangendo, inclusive, a segurança dos recursos humanos, da documentação e do material, das áreas e instalações das comunicações e computacional, assim como as destinadas a prevenir, detectar, deter e documentar eventuais ameaças a seu desenvolvimento.

A definição de SI disponibilizada pelo decreto 3.505 (2000) destina-se as entidades da administração pública federal, não sendo ampla, pois não contempla os diversos tipos de seguranças abrangidos pela SI, assim como apresentada pela família de normas ISO 27.000. Entretanto, qualquer se seja o padrão seguido (norma, lei e decreto) deve-se levar em consideração três pontos: o nível de dependência da Instituição no uso da informação como ferramenta de trabalho; os meios de transmissão desses dados; e o comprometimento das áreas ligadas a SI em evitar possíveis vazamentos de informações.

Para Pemble (2004), SI deve ser delimitada em conteúdo conforme as responsabilidades atribuídas aos profissionais que são responsáveis por ela, fornecendo informações necessárias para a tomada de decisão sobre questões de SI ligada a organização. São resumidos em três principais segmentos os campos de atuação dos profissionais de SI, entendidos como:

- Campo operacional: preocupado com o impacto que os incidentes podem causar a instituição;
- Campo da reputação: voltado para as consequências causadas pelos incidentes sobre o valor da marca ou o valor das ações;
- Campo financeiro: direcionado aos custos de eventuais ocorrências de incidentes.

A SI pode ser definida como uma área do conhecimento destinada à proteção de ativos da informação contra a entrada não autorizada (SÊMOLA, 2003). Da mesma maneira que esses ativos da informação necessitam de proteção, conforme as suas características distintas, os profissionais responsáveis pela SI devem utilizar abordagens específicas para suprir às demandas de segurança.

As ações, que visam livrar os ativos de circunstâncias que possam trazer perdas, são denominadas de proteção. Assim como os ativos podem ser classificados, a proteção também possui sua categorização, como exibido no quadro (4).

**Quadro 4:** Classificação da proteção.

<b>Categoria de ativos</b>	<b>Exemplo</b>
Lógicos	Permissões em sistema de arquivos <i>Firewalls</i> Perfis de usuários em aplicações
Físicos	Portas Fechaduras Guarda
Administrativa	Políticas Normas Procedimento

Fonte: Adaptado Ramos et al. (2008, p. 18).

No caso das organizações governamentais, o conceito de SI é conceituado pela Instrução Normativa de número um (1) (IN01) de 2008, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR)<sup>24</sup>, enquanto um conjunto de “ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações”. Sendo assim, as ações tomadas para a SI são feitas com o propósito de garantir um conjunto de quatro princípios de informação, a saber: disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade, conhecidas também pelo acrônimo “DICA”, composto pela letra inicial de cada palavra dos princípios citados.

Compreender o significado de cada princípio que constitui a “DICA” é fundamental para entender o conceito de SI. Ramos et al. (2008, p. 20) fala da importância desses princípios na SI enquanto um conjunto de ações que “[...] busca a proteção contra situações nas quais os prejuízos são causados por conta de danos diretos aos ativos ou por situações inesperadas”. Disponibilidade é definida como a “propriedade de estar acessível e utilizável sob demanda por uma entidade autorizada” (ISO/IEC 27.001, 2006). Já o GSIPR, na IN01 de 2008 conceitua disponibilidade como “propriedade de que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física, por um órgão ou sistema”. Ambos os conceitos atribuem a SI ao uso de alguém, entretanto o primeiro adota a expressão “entidades autorizadas” para este indivíduo, enquanto que o segundo remete a “uma pessoa física, órgão ou sistema”. No caso da integridade, trata-se da “propriedade que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental” (IN01 GSIPR, 2008).

<sup>24</sup> Website: <http://www.gsi.gov.br/>.

[Integridade] [...] refere-se ao compromisso de que o governo aja de modo coerente e fundamentado em princípios com todos os seus cidadãos, afim de estender a cada um os padrões fundamentais de justiça e equidade. (DWORKIN, 2003, p. 201-202)

Conforme as citações supracitadas sobre integridade, a palavra pode ser vista por diferentes aspectos, porém, para a SI, ela está ligada ao processo de gestão de risco, que por sua vez assegura o reconhecimento de ações que possam prejudicar a durabilidade da informação. O terceiro princípio, a confidencialidade, é a “propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada à pessoa física, sistema, órgão ou entidade não autorizado e credenciado” (IN01 GSIPR, 2008). A confidencialidade possui uma classificação própria, de grau de sigilo, variando entre: reservado, confidencial, secreto.

Vale salientar que, além da classificação de grau de sigilo, a criptografia também é um instrumento importante para a proteção da informação, pois torna a informação ilegível caso seja roubada, tornando-a acessível novamente após a resolução de um problema matemático, geralmente algoritmos programados. Moreno, Pereira e Chiaramonte (2005, p. 26) abordam a importância da criptografia na proteção da informação diante da seguinte compreensão:

É uma solução prática para proteger informações sigilosas. Independentemente do algoritmo criptográfico utilizado, sempre ocorrerá transformação de um texto legível em um ilegível. Mesmo que o invasor obtenha o conteúdo de um arquivo, este será ilegível. Para ter acesso à informação original, o invasor terá que resolver um problema matemático de difícil solução. A criptografia pode adicionar também maior segurança ao processo de identificação de pessoas, criando identidades digitais fortes.

Por fim, a autenticidade, quarto princípio, é vista como uma “propriedade de que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, ou por um determinado sistema, órgão ou entidade” (IN01 GSIPR, 2008). A autenticidade associa-se com a comprovação de autoria, o reconhecimento e a legitimidade da informação.

Mesmo levando-se em consideração os quatro princípios fundamentais, especialmente diante dos recentes avanços tecnológicos, que trouxeram uma série de benefícios para as sociedades, os mesmos avanços trouxeram consigo vários perigos, inclusive pessoas mal intencionadas. Neste sentido, a concentração de

informação em sistemas cada vez mais integrados deixa os ativos vulneráveis a um ataque realizados por *hackers*. Por causa disso, diversas leis e regulamentos são propostos e criados na tentativa de impor controles, trazendo benefícios para a organização, ao mesmo tempo em que aumenta o trabalho dos profissionais responsáveis pela proteção da informação.

Para tanto os respectivos profissionais seguem a ISO/IEC 17.799 (2005, p. 4), que por sua vez divide-se em 11 seções de controle da SI, sendo elas:

- Política de Segurança da Informação;
- Organizando a Segurança da Informação;
- Gestão de Ativos;
- Segurança em Recursos Humanos;
- Segurança Física e do Ambiente;
- Gestão das Operações e Comunicações;
- Controle de Acesso;
- Aquisição, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de Informação;
- Gestão de Incidentes de Segurança da Informação;
- Gestão da Continuidade do Negócio;
- Conformidade

Entre as seções elencadas, a PSI é a que descreve quais são os objetivos que todas as atividades ligadas a segurança informacional devem atingir dentro de uma Instituição. Campos (2007, p. 131) aborda a sua crescente utilização ao redor do mundo e até mesmo no Brasil:

Atualmente, a PSI é adotada em grande parte das organizações em todo o mundo, inclusive no Brasil. Mesmo aquelas empresas que ainda não tem uma política efetiva, reconhecem a necessidade de elaborar e implementar uma.

A busca por uma PSI nas organizações se deve pela alta quantidade de informação produzida atualmente. Como consequência, a PSI vem com o objetivo de especificar, entre várias ações, mecanismos que estabeleçam como o armazenamento e circulação da informação serão efetuados e quais os tipos de mídias que podem ter acesso e transportar a informação.

### 3.3.1 Política de Segurança da Informação

A PSI serve como um guia para todas as atividades desempenhadas na própria SI em uma organização, sendo responsável pela descrição do que a instituição permite ou não em matéria de conduta. A PSI é tida como linhas-mestras por sua importância, pois é por meio das diretrizes de implementação nela contidas que a estratégia de segurança é desenvolvida e repassada para as demais áreas envolvidas com a SI, nas mais diversas esferas.

O objetivo de uma PSI é auxiliar os usuários com informações sobre como executarem suas tarefas do dia a dia, de forma a não prejudicar a segurança macro informacional da organização. Sobre sua importância, Ramos *et al.* (2008, p. 88) afirma que:

Políticas de segurança da informação são importantes ao trabalho de praticamente todos os colaboradores de uma organização, tendo ainda importância para aqueles que trabalham na sua aplicação como profissionais de tecnologia e segurança.

Segundo a ISO/IEC 17.799 (2005, p. 8), o objetivo da PSI “é prover uma orientação e apoio da direção para a segurança da informação de acordo com os requisitos do negócio e com as leis e regulamentações pertinentes”, ou seja, esta política tem que estar em conformidade com as ações, atividades e iniciativas estratégicas da Instituição. Para tanto, a PSI precisa ser apresentada aos envolvidos de forma clara, assim como exposto na ISO/IEC 17.799 (2005, p. 8):

Convém que a direção estabeleça uma clara orientação da política, alinhada com os objetivos do negócio e demonstre apoio e comprometimento com a segurança da informação por meio da publicação e manutenção de uma política de segurança da informação para toda a organização.

Seguindo os objetivos propostos e atuação da organização, na visão de Marciano (2006, p.131), a PSI é definida e formalizada da seguinte maneira:

Um conjunto de regras, normas e procedimentos que regulam como deve ser gerenciada e protegida a informação sensível, assim classificada pela organização ou pelo estado, além dos recursos e usuários que com ela interagem. Todo o ciclo de vida da informação deve ser objeto da política.

De maneira objetiva, Castro (2002) mostra a PSI como sendo um manual que contém mecanismos e descrevem como os meios que trabalham com as informações de uma empresa devem ser cuidados e usados, estabelecendo também investimentos em recursos humanos e tecnológicos.

Conforme Sousa (2006), o desenvolvimento de uma política é à base da SI em uma instituição, mas que esta afirmação seja concretizada, algumas normas internacionais e padrões de segurança foram criados por organizações normalizadoras, como as normas da família ISO 27.000, anteriormente citada, e a British Standard (BS) com o número 7799 de 2002. Vale salientar que a norma ISO 27.001 (2006), também já elencada nesta subseção, é a evolução da norma BS 7799-2 (2002), que se trata de um padrão britânico que lida com as definições das exigências para um sistema de SI.

O guia de boas práticas elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (2012, p. 26), entre as suas instruções, apresentada a seguinte definição sobre PSI:

Política de segurança de informações é um conjunto de princípios que norteiam a gestão de segurança de informações e que deve ser observado pelo corpo técnico e gerencial e pelos usuários internos e externos. As diretrizes estabelecidas nesta política determinam as linhas mestras que devem ser seguidas pela organização para que sejam assegurados seus recursos computacionais e suas informações.

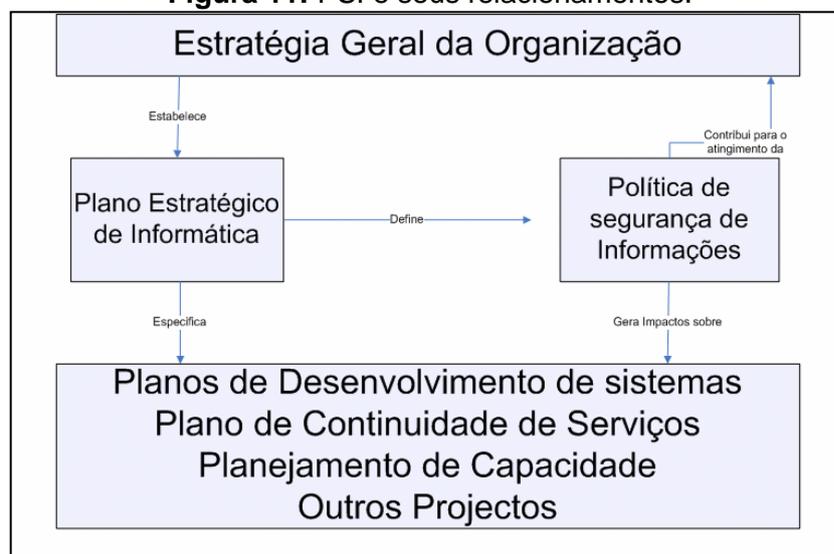
As diretrizes impostas na política definem os processos que a organização deve seguir, para garantir a proteção dos recursos computacionais e suas informações. Entretanto, para que se torne possível à implementação de uma PSI, primeiramente é necessário que ela seja aprovada pela direção da organização e, em seguida, ser publicada e comunicada de maneira clara aos funcionários. Em suma, seis são as etapas que envolvem a implantação de uma PSI de maneira normativa, a saber:

- a) Uma definição de segurança da informação, suas metas globais, escopo e importância da segurança como um mecanismo que habilita o compartilhamento da informação;
- b) Uma declaração do comprometimento de direção, apoiando as metas e princípios da segurança da informação, alinhada com os objetivos e estratégias do negócio;
- c) Uma estrutura para estabelecer os objetivos de controle e os controles, incluindo a estrutura de análise/avaliação e gerenciamento de risco;

- d) Breve explanação das políticas, princípios, normas e requisitos de conformidade de segurança da informação específicos para a organização, incluindo:
  1. Conformidade com a legislação e com requisitos regulamentares e contratuais;
  2. Requisitos de conscientização, treinamento e educação da informação;
  3. Gestão de continuidade de negócio;
  4. [Consequências] das violações na política de segurança da informação;
- e) Definição das responsabilidades gerais e específicas na gestão da segurança da informação, incluindo o registro dos incidentes de segurança da informação;
- f) Referencias à documentação que possam apoiar a política, por exemplo, políticas e procedimentos de segurança mais detalhados de sistemas de informação específicos ou regras de segurança que os usuários devem seguir. (ISO/IEC 17799, 2005, p. 8)

Normalmente cria-se uma visão sobre PSI diretamente relacionada com os recursos computacionais e/ou sistemas de informação. Laureano (2005) amplia essa ótica ao associar a segurança com a política institucional, as metas e ao planejamento estratégico da organização. Neste sentido, a figura 11 mostra o relacionamento da PSI com o plano estratégico da instituição.

**Figura 11:** PSI e seus relacionamentos.



Fonte: Adaptado de Laureano (2005, p. 34).

Uma PSI é dividida em três níveis para facilitar o seu desenvolvimento e revisão, sendo eles apresentados por Ramos *et al.* (2008, p. 97, grifos do autor):

- a) **Diretrizes** (nível estratégico): São regras de alto nível que apresentam os princípios básicos que a organização resolveu incorporar à sua gestão de acordo com a visão estratégica de alta direção. Servem como base para que as normas e os procedimentos sejam criados e detalhados da maneira como as áreas responsáveis (Segurança e Tecnologia) acharem mais adequada e eficaz;
- b) **Normas** (nível tático): Especificam no plano tático, por assim dizer, as escolhas tecnológicas e os controles que deverão ser implementados para alcançar a estratégia definida nas diretrizes;
- c) **Procedimentos** (nível operacional): As instruções detalham, no plano operacional, as configurações de um determinado produto ou funcionalidade que devem ser feitas para implementar os controles e tecnologias estabelecidas nas normas. Já os procedimentos detalham atividades passo a passo, que normalmente envolvem a interação entre áreas e/ou pessoas.

Para que uma PSI funcione nos três níveis estratégicos de forma plena e correta é necessário, e de extrema importância, que a mesma seja revisada periodicamente, em um esforço contínuo da organização para proteger seus ativos de maneira eficaz e, se possível, reduzindo em condições aceitáveis os gastos. O ciclo de segurança serve para aprimorar os processos de proteção já existentes na instituição, a fim de se adaptarem às constantes demandas do mercado. Caso contrário, ou seja, a desatualização de uma PSI possivelmente implicará em problemas como os gastos, que poderiam ser evitados em uma manutenção periódica, falta de tempo para a formulação das mudanças devidas, maior probabilidade de inadequação da política entre outros fatores.

A revisão, evitando a desatualização, passa pela proteção, monitoramento, teste e aperfeiçoamento, formando um conjunto de ações conhecido também como ciclo de segurança. Caso a revisão não seja respeitada, bem como as diretrizes impostas no documento da PSI, a organização deve estipular penalidades para aqueles que não agirem conforme tais diretrizes, evitando que as orientações sejam facilmente ignoradas, variando entre medidas administrativas e/ou legais.

Em linhas gerais, a PSI deve ter instruções claras e simplificadas, que favoreça a realização das atividades pelos funcionários de forma adequada nos ambientes considerados complexos da organização, com destaque aos espaços digitais. Além disso, a política deve ser revisada e atualizada com certa constância, para atender as necessidades da instituição, estar em conformidade com as agências reguladoras e, principalmente, deixar assegurado os seus ativos, tanto no sentido da informação, como também na proteção.

## 4 METODOLOGIA

A metodologia é o caminho a ser percorrido durante a pesquisa, sendo um conjunto de procedimentos aplicados para a elaboração de determinado estudo. Gerhardt e Souza (2009, p. 11), apresenta a metodologia da seguinte forma:

Estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Em geral, o método científico compreende basicamente um conjunto de dados iniciais e um sistema de operações ordenadas adequado para a formulação de conclusões, de acordo com certos objetivos predeterminados.

De forma geral, a metodologia é percebida como uma interação entre a verificação da aplicação, do valor do método e dos procedimentos conforme os objetivos delineados. Neste sentido, o presente percurso metodológico possui características que permitam analisar a visão dos profissionais da Câmara dos Deputados sobre SI, especialmente no âmbito dos bibliotecários (biblioteca).

### 4.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Para que um trabalho seja de caráter científico, ele deve cumprir às etapas que são estabelecidas na metodologia, entre métodos e técnicas de pesquisa. Com isso, Tomanik (2004, p. 110) compreende o método da seguinte maneira:

[...] uma sequência de procedimentos, mais ou menos padronizada, que é eficaz para a realização de determinado tipo de investigação. O método é o que garante a padronização dos vários tipos de planejamento possíveis para a pesquisa. Não há um método melhor que os demais, o que há são métodos diferentes, adequados a diferentes objetivos.

Os métodos podem ter sua origem de diferentes naturezas, entre elas o indutivo, utilizado na presente pesquisa para representar uma amostragem populacional composta por dois setores da Câmara dos Deputados. Para Silva e Menezes (2001, p. 26), a lógica do método indutivo é “[...] a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta”, permitindo que o pesquisador crie

interpretações, a partir de um grupo (parcial), sobre determinada realidade (total), como exemplificado por Gerhardt e Silveira (2009, p. 29):

Antônio é mortal.  
Benedito é mortal.  
Carlos é mortal.  
Zózimo é mortal.  
Ora, Antônio, Benedito, Carlos,... e Zózimo são homens.  
Logo, (todos) os homens são mortais.

Além do método, existem as técnicas de pesquisa, que por sua vez darão suporte as aplicações práticas direcionadas à solução de um problema específico. Considerando este contexto de aplicação, com embasamento teórico formal, constatamos baixa produção sobre o tema em debate. Diante disso o presente trabalho pode ser considerado, do ponto de vista dos objetivos, como pesquisa exploratória. Segundo Gil (2008) a pesquisa exploratória tem o objetivo de ocasionar maior familiaridade com o problema, podendo envolver levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos, que estimulem a compreensão.

Em relação aos procedimentos técnicos adotamos a pesquisa bibliográfica, que objetiva apresentar a visão de vários autores sobre o tema pesquisado. Para isso foram exploradas diversas fontes de informação como: livros, *websites*, entre outros. Gil (2008) define pesquisa bibliográfica como sendo o desenvolvimento de estudo com base em materiais já existentes, composto praticamente de livros e artigos científicos. Conforme Silva e Menezes (2001, p. 38), este tipo de pesquisa contribui para “obter informações sobre a situação atual do tema ou problema pesquisado”, assim como desejado no trabalho em questão.

Quanto à abordagem de coleta de dados modela-se como quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa tende a ser mais apropriada para verificação de opiniões, permitindo a análise das características do perfil dos indivíduos estudados. De acordo com Silva e Menezes (2001), na pesquisa quantitativa tudo pode ser transformado em números para posterior agrupamento e análise. Por outro lado, a pesquisa qualitativa é a representação do aspecto mais profundo das relações. Silva e Menezes (2001, p.20) novamente contribuem conceituando a pesquisa qualitativa como sendo uma forma de “[...] relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Como instrumento para a coleta de dados adotamos um questionário semiestruturado, entre perguntas abertas e fechadas, aplicado aos funcionários da Coordenação de Organização da Informação Legislativa (CELEG), lotados no Centro de Documentação e Informação (CEDI), e aos profissionais de TI do Centro de Informática (CENIN). A escolha desses setores se deu pelo fato que ambas lidam com informação dentro da Câmara dos Deputados, pautados na preocupação do controle e disseminação de forma legítima.

O CEDI foi instituído por meio da Resolução<sup>25</sup> nº 20, de 30 de novembro de 1971, com orientações sobre a biblioteca na subseção VIII. Nesta resolução, especificamente no artigo 81, define-se sua estrutura básica e subdivisões, além de ser chamada de setor de Estudos Legislativos, sua antiga denominação.

A CELEG é responsável por gerenciar o sistema de tramitações das proposições legislativas, manter atualizada a base de dados de Legislação Federal Brasileira (LFB) e gerenciar o sistema de registro de dados cadastrais, biografia e de atuação dos deputados. Outro motivo para a escolha da CELEG ocorre pela presença de profissionais de TI que fazem parte do CGSI da Instituição. No caso do CENIN, por se tratar de um trabalho que aborda o tema SI, o citado espaço é o setor que trabalha com segurança, políticas e gerencia todas as informações dentro da Câmara dos Deputados.

Contudo se fez necessário, além de selecionar os ambientes supracitados, aplicar um questionário semiestruturado junto aos seus profissionais, afim de que apresentassem respostas, indícios e panoramas sobre o conhecimento e uso da SI nas suas atividades. O questionário apresenta-se conforme os objetivos delineados, substanciados pelo levantamento bibliográfico realizado. Quanto aos sentidos das perguntas, estabelecem uma relação com a necessidade de explorar a forma como o tema é encarado na Câmara dos Deputados e de que maneira os bibliotecários se encaixam neste contexto.

Em suma, constituído o percurso metodológico, a presente pesquisa está compreendida a partir dos seguintes passos:

---

<sup>25</sup> Website: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/rescad/1970-1979/resolucaodacamaradosdeputados-20-30-novembro-1971-321275-publicacaooriginal-37908-pl.html>.

1. Pesquisa bibliográfica a partir de levantamento teórico de autores em livros, artigos, revistas, *websites*, TCC e notícias;
2. Pesquisa de campo com os profissionais dos setores (CELEG) e (CENIN) da Câmara dos Deputados;
3. Confeção do questionário semiestruturado por meio da ferramenta *Drive (Google forms)* no período de 10 a 15 de janeiro;
4. Aplicação do questionário, por *e-mail*, em 16 de janeiro de 2015;
5. Coleta e tratamento dos dados objetivando alcançar, através da pesquisa exploratória, uma visão geral acerca do tema pesquisado e como os profissionais da Câmara dos Deputados compreendem o assunto discutido;
6. Interpretação e considerações finais sobre o entendimento dos profissionais dos setores CEDI-CELEG e do CENIN, da Câmara dos Deputados, a respeito do tema SI, com destaque ao papel do bibliotecário neste contexto de pesquisa.

#### 4.2 AMBIENTES DA PESQUISA: Câmara dos Deputados

A história da Câmara dos Deputados tem seu primeiro resquício de criação no Rio de Janeiro (RJ), em 17 de abril de 1823, na abertura da Primeira Sessão Preparatória da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Porém suas atividades só tiveram início quando Napoleão Bonaparte, imperador da França, declara a deposição da Dinastia de Bragança, ordenando a invasão às terras portuguesas. Essas ações fizeram com que a Família Real e da Corte lusitana se mudassem para o reino americano diante do exército francês.

Em sete de março de 1821, no RJ, o rei D. João VI expede um decreto ordenando proceder a nomeação dos deputados às Cortes portuguesas. Em 23 de março o luso rei retorna a Portugal, mas determinando, segundo o *website* da Câmara dos Deputados (2015), que “[...] sem perda de tempo, se façam as eleições dos deputados para representarem o Reino do Brasil nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, convocadas em Lisboa”.

Após a partida do rei D. João VI, as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, da nação portuguesa, são estabelecidas somente com os deputados de Portugal e que se encontravam em Lisboa, excluindo os ausentes e/ou os não eleitos

nos domínios ultramarinos da América, África e Ásia. Na América, especificamente no Brasil, as eleições dos primeiros deputados aconteceram com atraso, respeitando ao decreto e às instruções expedidas em sete de março de 1821, que dizia:

Todas as províncias brasileiras existentes à época – então Reino Americano Unido à Monarquia Portuguesa – fazem a escolha de seus representantes para as Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

Neste contexto foram eleitos, ao todo para as Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa, 97 deputados, procuradores e delegados, entretanto apenas 51 parlamentares comparecem às Cortes Constituintes.

Ao contrário dos deputados que tinham suas escolhas feitas por cada província brasileira, os senadores eram eleitos pelo rei ao respectivo cargo político de forma vitalícia, como apresentado pelo Jornal do Senado<sup>26</sup> (2006):

Os senadores no Império eram escolhidos pelo monarca a partir de listas tríplexes de candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. O cargo, vitalício, só podia ser ocupado por brasileiros com 40 anos ou mais e rendimento anual acima dos 800 mil-réis.

Com o enfraquecimento das relações políticas que ainda existiam entre Portugal e Brasil, e sua separação eminente, na data de três de agosto de 1822, o príncipe regente D. Pedro de Alcântara determina a publicação do decreto que comporta as instruções para as eleições de deputados à Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil, convocada para o ano seguinte. Definidos os atuantes, a primeira sessão, preparatória da Câmara dos Deputados, ocorreu em 29 de abril de 1826, no RJ, a partir da “[...] reunião conjunta da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Senadores [...]” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Ainda em 1826, no dia seis de maio, após três anos e meio da proclamação da Independência do Brasil, os deputados e senadores puderam participar ativamente do processo legislativo brasileiro, regulamentando os instrumentos constitucionais e criando as instituições previstas na Carta Outorgada<sup>27</sup>, aos quais deflagraram a

---

<sup>26</sup> Website: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2006/05/22/sessao-imperial-instalou-camara-e-senado>.

<sup>27</sup> Constituição do Império do Brasil.

tradição do bicameralismo ao se inspirarem na Carta monárquica francesa, elaborada após a queda de Napoleão Bonaparte.

O bicameralismo nacional é formado pela Câmara dos Deputados juntamente com o Senado Federal, constituindo o Congresso Nacional que é um dos três edifícios monumentais que definem a Praça dos Três Poderes (figura 12), sendo o Palácio do Planalto<sup>28</sup> (figura 13) e o Supremo Tribunal Federal<sup>29</sup> (STF) (figura 14) como as demais casas, inaugurados em 1960 em Brasília e projetados por Oscar Niemeyer<sup>30</sup>.

**Figura 12:** Praça dos Três Poderes.



Fonte: Google Imagens, 2015.

Localizada no final da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, capital do Brasil, a Praça dos Três Poderes é formada pelas três sedes do poder da República: Legislativo (Congresso Nacional, espaço 1), Executivo (Palácio do Planalto, espaço 2) e Judiciário (Supremo Tribunal Federal, espaço 3). O Congresso Nacional é responsável por organizar e gerenciar toda a informação legislativa produzida na Casa, como citado anteriormente na subseção 3.1.1. O Palácio do Planalto simboliza a transferência da Capital federal para o centro (centro-oeste) do País, promovida no governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. O Palácio do Planalto “[...] é a sede do Poder Executivo Federal, local onde está o Gabinete Presidencial do Brasil” (PALÁCIO DO PLANALTO, 2015).

<sup>28</sup> Website: <http://www2.planalto.gov.br/>.

<sup>29</sup> Website: <http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>.

<sup>30</sup> Arquiteto brasileiro, considerado uma das figuras-chave no desenvolvimento da arquitetura moderna e que desenhou vários prédios e monumentos na capital federal.

**Figura 13:** Palácio do Planalto.



*Fonte: Google Imagens, 2015.*

O STF é a mais alta instância de poder judiciário no Brasil, responsável pela “[...] guarda da Constituição, conforme definido no art. 102 da Constituição Federal”. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2015).

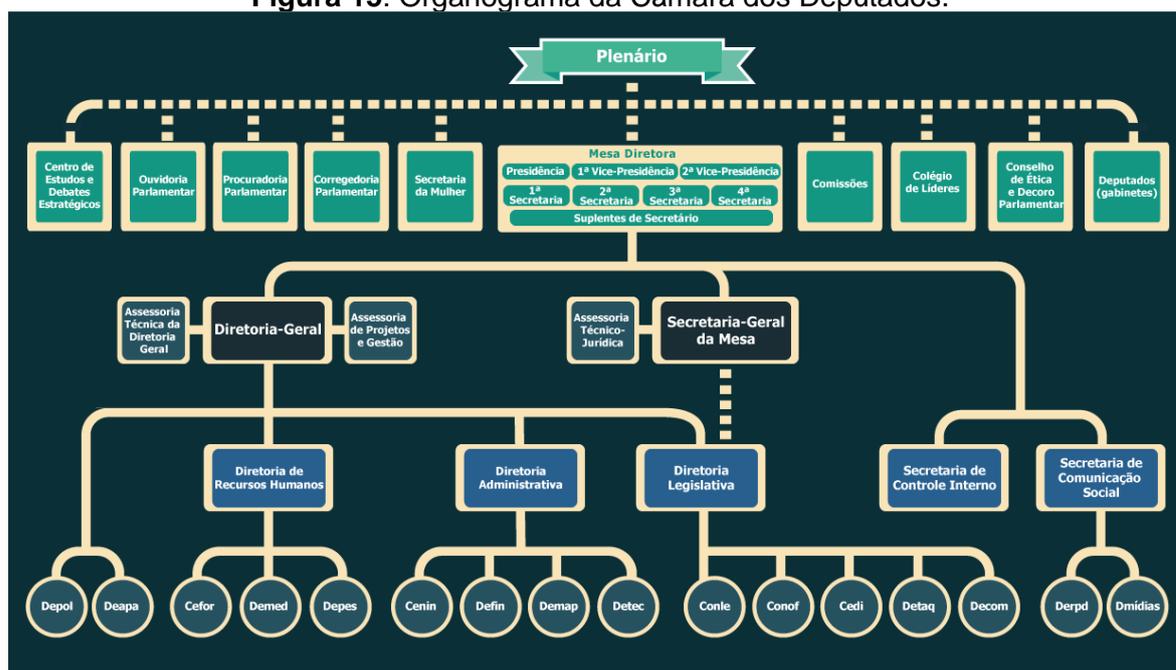
**Figura 14:** Supremo Tribunal Federal.



*Fonte: Google Imagens, 2015.*

Atualmente, a Câmara dos Deputados tem sua estrutura dividida em sete áreas principais (figura 13): Secretaria-Geral da Mesa, Diretoria Geral, Diretoria Administrativa, Diretoria Legislativa, Diretoria de Recursos Humanos, Secretaria de Comunicação Social e Secretaria de Controle Interno.

Figura 15: Organograma da Câmara dos Deputados.



Fonte: Câmara dos Deputados<sup>31</sup>, 2015.

A Câmara dos Deputados é composta por 513 deputados com representantes de todo o país, resultando assim em “[...] um Parlamento com diversidade de [...] [ideias], revelando-se uma Casa legislativa plural, a serviço da sociedade brasileira” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015). Por sua vez, o Senado Federal compõe-se de 81 senadores, sendo três por Estado. Sobre o processo de eleição e tempo de trabalho, existem modelos diferenciados para cada espaço:

Cada mandato de senador dura duas legislaturas. A representação de cada estado e do Distrito Federal é renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Dessa forma, ora a disputa eleitoral preenche 27 vagas (um novo senador para cada ente da federação), ora envolve 54 vagas (dois novos senadores para cada ente da federação). Além disso, cada senador é eleito com dois suplentes (Constituição Federal - art. 46). (SENADO FEDERAL, 2015)

Conforme o *website* da Câmara dos Deputados (2015), os representantes políticos (quadro 5) estão quantificados da seguinte forma, organizados em ordem alfabética por Estado:

<sup>31</sup> Fonte: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaaadm/textoestrutura>.

**Quadro 5:** Quantidade de deputados por Estado.

<b>Estados</b>	<b>Número de representantes</b>
Acre (AC)	08
Alagoas (AL)	09
Amazonas (AM)	08
Amapá (AP)	08
Bahia (BA)	39
Ceará (CE)	22
Distrito Federal (DF)	08
Espírito Santo (ES)	10
Goiás (GO)	17
Maranhão (MA)	18
Minas Gerais (MG)	53
Mato Grosso do Sul (MS)	08
Mato Grosso (MG)	08
Pará (PA)	17
Paraíba (PB)	12
Pernambuco (PE)	25
Piauí (PI)	10
Paraná (PR)	30
Rio de Janeiro (RJ)	46
Rio Grande do Norte (RN)	08
Rondônia (RO)	08
Roraima (RR)	08
Rio Grande do Sul (RS)	31
Santa Catarina (SC)	16
Sergipe (SE)	08
São Paulo (SP)	70
Tocantins (TO)	08

Fonte: Adaptado do website da Câmara dos Deputados, 2015.

No caso do senado federal, a divisão dos assentos no plenário não é aleatória, pois segue uma ordem que inicia-se na esquerda inicial do espaço, com o Estado do AC, e termina no fundo com TO. Todos os Estado e o DF elegem a mesma quantidade de senadores, independente do seu tamanho ou população, como apresentada no quadro seis (6).

**Quadro 6:** Quantidade de senadores por Estado.

<b>Estados</b>	<b>Número de representantes</b>
Acre (AC)	03
Alagoas (AL)	03
Amazonas (AM)	03
Amapá (AP)	03
Bahia (BA)	03
Ceará (CE)	03
Distrito Federal (DF)	03
Espírito Santo (ES)	03
Goiás (GO)	03
Maranhão (MA)	03

Minas Gerais (MG)	03
Mato Grosso do Sul (MS)	03
Mato Grosso (MG)	03
Pará (PA)	03
Paraíba (PB)	03
Pernambuco (PE)	03
Piauí (PI)	03
Paraná (PR)	03
Rio de Janeiro (RJ)	03
Rio Grande do Norte (RN)	03
Rondônia (RO)	03
Roraima (RR)	03
Rio Grande do Sul (RS)	03
Santa Catarina (SC)	03
Sergipe (SE)	03
São Paulo (SP)	03
Tocantins (TO)	03

Fonte: Adaptado do website do Senado Federal, 2015.

Ambos os espaços fazem parte do Congresso Nacional, mas cada um tem uma atribuição específica. A Câmara dos Deputados tem como papel primordial representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Exerce atividades que viabilizam a realização dos anseios da população, mediante discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais, como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras, sem descuidar do correto emprego, pelos Poderes da União, dos recursos arrecadados da população com o pagamento de tributos. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

Já o Senado Federal, conforme o seu próprio *website*, além de definir leis e de fiscalizar os atos do poder executivo, também compete:

- Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Ministros de Estado, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República<sup>32</sup> e o Advogado-Geral da União<sup>33</sup> nos crimes de responsabilidade;
- Aprovar, previamente, a indicação do Presidente da República de magistrados, Ministros do Tribunal de Contas da União, Governador de Território, Presidente e diretores do Banco Central<sup>34</sup>, Procurador-Geral da República, Chefes de missão diplomática e titulares de outros cargos que a lei determinar;

<sup>32</sup> Procurador-Geral da República (PGR).

<sup>33</sup> Advogado-Geral da União (AGU).

<sup>34</sup> Banco Central (BC).

- Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse dos entes federados. Dispor sobre a regulamentação das agências executivas e reguladoras;
- Suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (Constituição Federal - art. 52; Emendas Constitucionais nº19/98 e nº23/99). (SENADO FEDERAL, 2015)

Em matéria de informação, a Câmara dos Deputados tem uma significativa participação no uso/produção de documentos, atuando em dois módulos:

- Legislação interna: resoluções, portarias, instruções, normativos de origem da Câmara dos Deputados;
- Legislação de hierarquia superior: leis, decretos, medidas provisórias, normas entre outros.

O Senado Federal tem uma contribuição também representativa, rica em informação jurídica normativa, como cita Passos (1994, p. 367):

[...] Textos das constituições brasileiras, legislação indigenista, regime jurídico dos servidores civis da União, legislação eleitoral e partidária, estatuto da criança e do adolescente, meio ambiente, defesa do consumidor, direito de greve, entre outros.

Em suma, o tipo de informação produzida pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal funcionam de forma articulada para o exercício das funções do Congresso Nacional, que são de legislar, fiscalizar e controlar o Estado.

#### **4.2.1 Setores CEDI-CELEG e CENIN**

Os registros iniciais sobre os serviços prestados pela biblioteca da Câmara dos Deputados vêm do ano de 1823, na ocasião da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. No mesmo ano, a sessão de dez de maio apresentou indicações, criadas pelos secretários da Assembleia, relacionadas à biblioteca. Segundo o *website da Câmara dos Deputados* (2015), a citada indicação foi assim apresentada: “[...] que se officiasse igualmente ao governo pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império o para se expedirem as ordens necessárias afim de virem

da livraria pública os livros que precesasse e pedisse a Assembléia<sup>35</sup>. As deliberações se deram por José Bonifácio de Andrade e Silva, que desempenhava a função de Secretário de Estado dos Negócios do Império, enviando, após autorização do Imperador, os volumes necessários ao trabalho da Assembleia, retirados da biblioteca Imperial da Corte.

Após se passarem mais de 100 anos de sua criação, a resolução nº 20, no artigo 81, de 30 de novembro de 1971, alterou a estrutura administrativa da Câmara dos Deputados, sendo criado o CEDI, subordinada à Diretoria Legislativa.

Ao Centro de Documentação e Informação compete coordenar, controlar e dirigir as atividades de informação, assessoramento técnico-parlamentar, registro de tramitação das proposições, arquivo e avaliação de documentos, edição de publicações e de automação dos serviços internos em geral. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

O CEDI é composto por dois núcleos, que compõem a assessoria, e por seis coordenações, a saber:

- Assessoria:
  - Núcleo de Gestão Estratégica e Orçamentária (NUGEO);
  - Núcleo de Tecnologia, Comunicação e Relações Institucionais (NUTEC).
- Coordenações:
  - Coordenação de Arquivo (COARQ);
  - Coordenação de Biblioteca (COBIB);
  - Coordenação de Edições Câmara dos Deputados (COEDI);
  - Coordenação de Organização da Informação Legislativa (CELEG);
  - Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais (COBEC);
  - Coordenação de Relacionamento, Pesquisa e Informação (CORPI)).

A CELEG é responsável, conforme o *website* da Câmara dos Deputados (2015), por “[...] estabelecer e manter o padrão da linguagem documentária da Câmara dos Deputados”. Cabe também gerenciar o Sistema de Informação do Legislativo de Proposições (SILEG) atualizar e manter a Base de Dados de Legislação

---

<sup>35</sup> Website: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8571>.

Federal Brasileira (LEGIN) e gerir o sistema de informação do legislativo dos deputados (SILEG) que possui dados cadastrais, biográficas e de atuação dos políticos em questão.

No caso do CENIN, segundo campo de pesquisa, foi criado em 1997. É o setor responsável pela TI da Câmara dos Deputados e que tem como objetivo atender as necessidades de informação por meio de emprego de recursos tecnológicos, valorizando o estado de atualização frequente. São atribuições do CENIN:

[...] realização de estudos técnicos e a gestão instalação, do funcionamento e da manutenção do parque computacional instalado e das redes de comunicação implantadas na Casa, assim como a prestação de apoio técnico aos gabinetes parlamentares e às demais unidades administrativas da Câmara, colaborando na solução de dúvidas relacionadas à correta utilização dos equipamentos, dos programas e dos sistemas de informação tornados disponíveis. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015)

A sua estrutura é constituída pelas unidades seguintes, sendo uma assessoria, três coordenações e um ambiente de serviço:

- Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (ASINF);
- Coordenação de Administração de Infraestrutura de Tecnologia da Informação de Comunicação e Suporte ao Usuário (CAINF);
- Coordenação de Apoio a Governança e a Gestão de TIC (COGES);
- Coordenação de Relacionamento e Soluções de TIC (SOTIC);
- Serviço de Administração (SERAD).

Como afirmado anteriormente, os dois setores, CEDI-CELEG e CENIN, foram escolhidos devido ao fato de ambos trabalharem com informação. A CEDI-CELEG busca a qualidade da informação e seu acesso, enquanto que o CENIN favorece o atendimento informacional por meio de recursos tecnológicos, entre os quais citamos a SI.

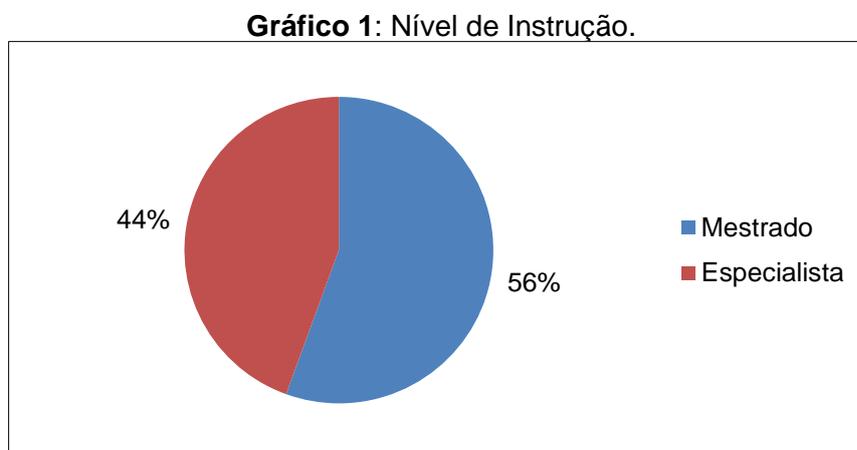
## 5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa foi enviado um questionário *online*, na data de 16 de janeiro de 2015 para os profissionais dos setores CEDI-CELEG e CENIN com a intenção de obter a visão dos mesmos sobre SI e quais seriam as possíveis contribuições e papéis dos bibliotecários no âmbito da própria SI na Câmara dos Deputados. Ao final do recebimento dos questionários, constituídos por 15 questões, sendo duas abertas e 13 de múltipla escolha, no dia 16 de janeiro do corrente ano, a amostragem ficou composta por nove pesquisados.

Para a análise dos dados e processamento das informações foi utilizado *software Microsoft Excel 2013*<sup>36</sup>, programa que permite a elaboração de cálculos, apresentando os resultados no formato de gráficos, tabelas dinâmicas, bancos de dados (BD) etc. A apresentação dos dados analisados está estruturada em três partes: perfil dos pesquisados (pergunta 1), trabalho na Câmara dos Deputados (pergunta 2: 2.1 até 2.3), conhecimento e atividades com SI (pergunta 3, conhecimento sobre PSI e atuação do bibliotecário no âmbito da SI).

### 5.1 PERFIL DOS PESQUISADOS

A primeira pergunta do questionário pretende saber qual é o maior nível de instrução dos entrevistados, tendo o seguinte resultado<sup>37</sup>: 56% possui o mestrado, enquanto 44% são especialistas como observado no gráfico um (1).



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

<sup>36</sup> Website: <http://www.microsoft.com>.

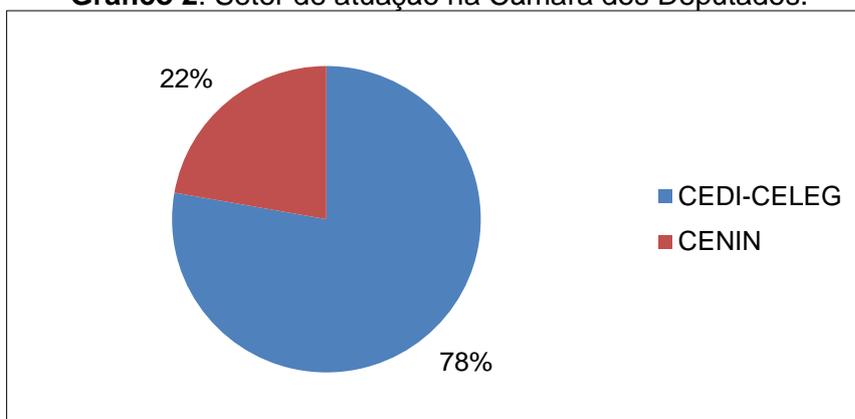
<sup>37</sup> As opções “doutorado”, “graduado” e “técnico” não obtiveram valor.

O resultado pode ter como fator a autonomia que os próprios setores têm de solicitar cursos de especialização com o intuito de melhorar as atividades realizadas na Instituição. A Câmara dos Deputados também incentiva o ensino continuado de seus funcionários ofertando benefícios salariais conforme o nível de instrução.

## 5.2 TRABALHO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A pergunta seguinte tenciona saber o setor de trabalho dos profissionais na Câmara dos Deputados. Como observado no gráfico dois (2), 78% atuam no setor CEDI-CELEG e 22% no CENIN.

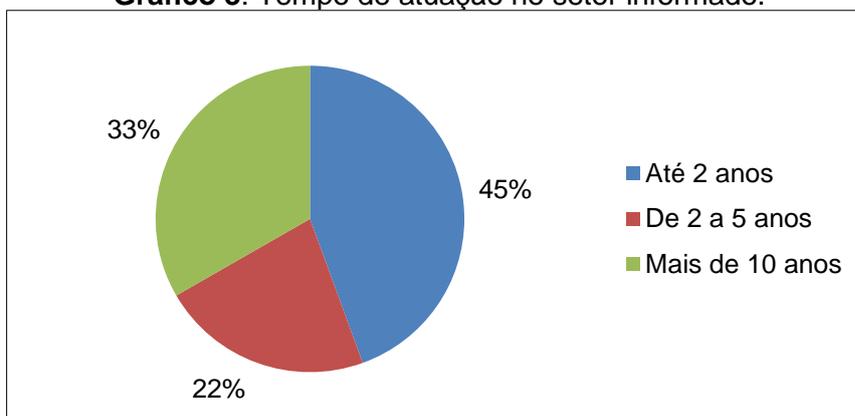
**Gráfico 2:** Setor de atuação na Câmara dos Deputados.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Procurando aprofundar a atuação dos profissionais pesquisados na Câmara dos Deputados, a pergunta 2.1 questiona o tempo de trabalho em seus respectivos setores, conforme o gráfico três (3).

**Gráfico 3:** Tempo de atuação no setor informado.

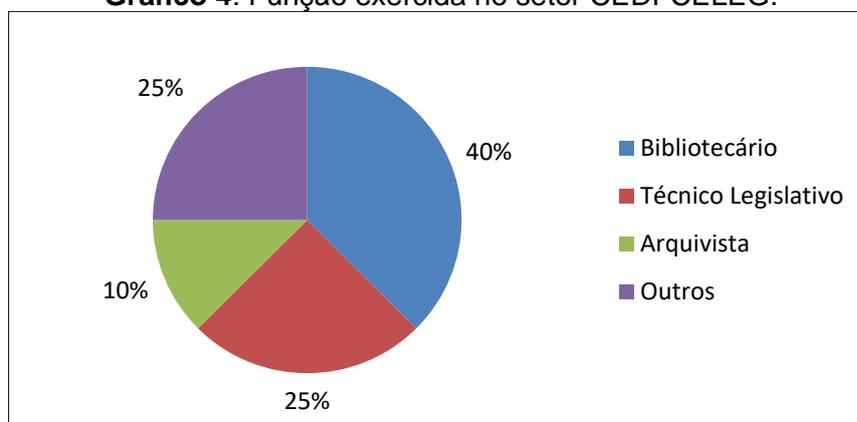


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Entre os pesquisados, 45% responderam ter “até dois anos” de atuação, 33% com “mais de dez anos” e, por fim, a opção com “de dois a cinco anos” representa 22% pesquisados como apresentado no gráfico três (3).

Ainda no quesito de número dois, questionamos a cada pesquisado qual é a função/cargo<sup>38</sup> exercida no setor CEDI-CELEG. Como pode ser visualizado no gráfico quatro (4), 40% atuam como bibliotecários, 25% como técnicos legislativos, 25% com a função/cargo “outros” e 10% responderam função/cargo “arquivista”.

**Gráfico 4:** Função exercida no setor CEDI-CELEG.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

No CENIN, a opção “Outros” foi respondida como “analista legislativo de TI” pelos dois pesquisados do setor. O CENIN, por ser responsável pela parte de informática da Câmara dos Deputados, é composto por sua maioria de profissionais com formação na área de TI, entretanto vale salientar que existe a participação de profissionais com outras formações, mas nenhum bibliotecário.

Apesar da maioria (78%) dos entrevistados se encontrarem na CEDI-CELEG, vale salientar que os entrevistados possuem um tempo de atuação considerado pequeno nos seus respectivos setores, fato este que pode ser justificado pela rotatividade dos profissionais por diversos motivos, tais como a mudança de atividade, por exemplo. Além disso, a localização também contribuiu para o referido resultado, pois ao contrário do CEDI-CELEG, que se encontra concentrado em um mesmo local, o CENIN é dissolvido em vários postos na Câmara dos Deputados, tendo sua base principal localizada no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR).

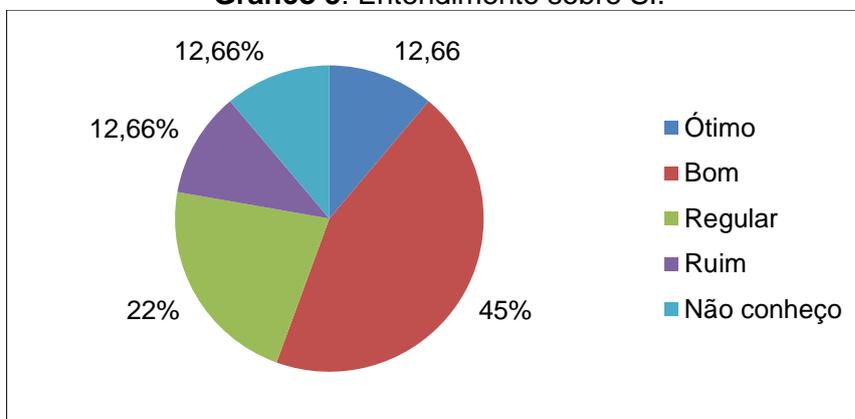
<sup>38</sup> As opções “jurista/advogado”, “jornalista”, “técnico de TI”, “técnico de laboratório de TI” e “estagiário” não obtiveram valor.

Ambos os setores apresentam profissionais que possuem diferentes formações acadêmicas, percepção formada por causa dos cargos exercidos que exigem um nível de instrução específico para a sua execução, principalmente na CEDI-CELEG, que trabalha com a informação legislativa, necessitando de conhecimento sobre ações de tratamento, organização e disseminação, como é o caso dos bibliotecários e arquivistas, ao passo que no CENIN exige-se titulações relacionadas às ferramentas de TI.

### 5.3 CONHECIMENTO E ATIVIDADES COM SI

A pergunta de número três pretende avaliar o grau de entendimento dos pesquisados sobre SI Conforme o gráfico cinco (5), 45% responderam ter “bom” conhecimento sobre SI, ou seja, três pesquisados do total. Outra parcela, correspondente a 12,66% declaram possuir “ótimo” conhecimento sobre o tema em questão, valor que se repete para as opções “ruim” e “não conheço”.

**Gráfico 5:** Entendimento sobre SI.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Aprofundando a terceira questão, solicitamos, aos que selecionaram as opções “ótimo”, “bom” e “regular”, que justificassem suas respostas:

- PA: “Atuo na área de segurança (especificamente, de Redes) há 5 anos, com participação em diversos eventos/treinamentos do gênero e trabalhando ativamente nos controles de segurança da Câmara dos Deputados. Não marquei “ótimo” porque não atuo tanto na parte de compliance, que também envolve segurança de informação”;

- PB: “Recebi treinamento específico nas normas ABNT NBR da família 27000. Participei de projetos de elaboração de Política de Segurança da Informação e de normas relacionadas à segurança da informação. Atuo na área TIC<sup>39</sup> há mais de 30 anos, sendo que há mais de 8 anos diretamente na área de segurança da informação”;
- PC: “Por conhecer os princípios básicos exigidos pelas normas de segurança da informação, acredito ter um nível bom de conhecimento”;
- PD: Ainda não me aprofundei no assunto. Assisti algumas palestras e participei, como ouvinte, de algumas reuniões sobre o assunto.
- PE: “Tenho bacharelado e mestrado em Ciência da Computação”;
- PF: “É um assunto que estou sempre acompanhando junto ao Conselho Internacional de Arquivos e também nas discussões do grupo de pesquisa que participo na UnB<sup>40</sup> e também no Projeto InterPARES<sup>41</sup>”.

A maioria dos perguntados apresenta respostas semelhantes, entre elas a citação sobre participações em eventos e treinamentos na área de SI. A literatura nos mostra o quanto é importante o treinamento para o domínio do assunto. Mitnick e Limon (2003, p. 195) fortalece a referida importância dizendo que “[...] só existe uma maneira de manter seguros os seus planos de produto: ter uma força de trabalho treinada e consciente. Isso envolve o treinamento nas políticas e procedimentos”.

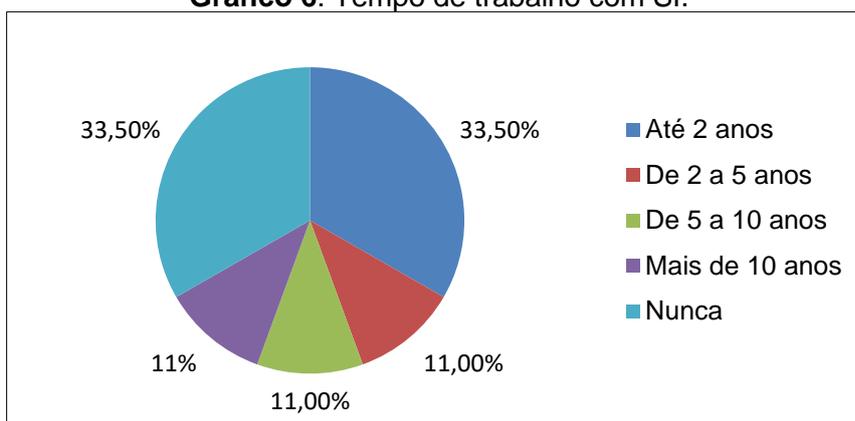
A questão de número quatro (4) pretende verificar o tempo de trabalho, diretamente/indiretamente dos pesquisados com SI. O gráfico seis (6) mostra que 33,50% trabalham a pelo menos “2 anos”, valor que representa também os pesquisados que “nunca” trabalharam com SI. Para 11% o tempo de trabalho corresponde ao período de “mais de 10 anos”, mesmo valor para os que atuam de “2 a 5 anos” e “5 a 10 anos”.

---

<sup>39</sup> Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

<sup>40</sup> Universidade de Brasília.

<sup>41</sup> O Projeto InterPARES - International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos), coordenado pela Universidade de British Columbia, no Canadá, tem desenvolvido conhecimento teórico-metodológico essencial para a preservação de longo prazo de documentos arquivísticos digitais autênticos (ARQUIVO NACIONAL, 2015).

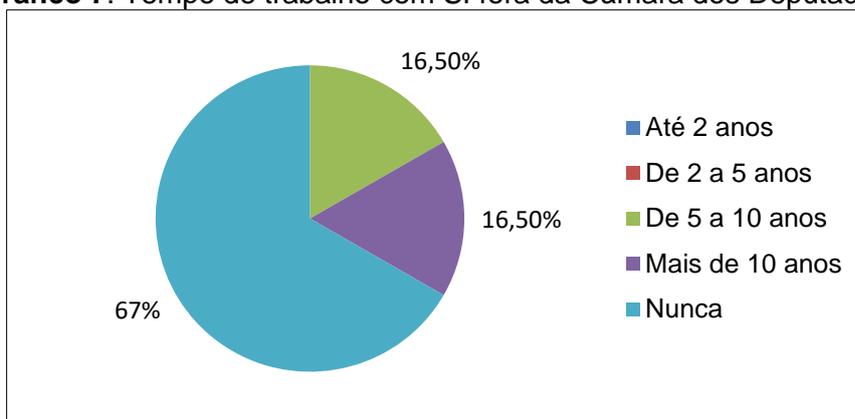
**Gráfico 6:** Tempo de trabalho com SI.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Este resultado, da quarta questão, pode ter como causa a portaria de nº 34 de 2009<sup>42</sup>, momento onde se tem os primeiros indícios de preocupação com SI. Na referida portaria encontram-se normas de utilização dos recursos computacionais, além de recomendações quanto à criação e utilização de senhas e recursos de autenticação. Vale salientar que mesmo não sendo um assunto tão recente, observamos que a atuação em SI na Câmara dos Deputados ainda é considerada nova, pois a maior porcentagem dos entrevistados trabalha de forma direta/indireta com segurança nos últimos dois anos, ou seja, ainda é um campo em amadurecimento dentro da Casa.

A quinta pergunta deseja saber o tempo que os pesquisados trabalham, de forma direta/indireta, com SI fora da Câmara dos Deputados, seguindo as mesmas opções de respostas ofertadas na questão anterior. Como pode ser observado no gráfico sete (7), a maioria, composta por 67% dos pesquisados, nunca trabalhou com SI fora da Câmara dos Deputados, por outro lado, 16,5% dos respondentes trabalham de forma direta/indireta com SI fora da Câmara dos Deputados, valor que se repete por quem atua há mais de dez anos.

<sup>42</sup> Website: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/portar/2009/portaria-34-31-marco-2009-588280-norma-cd-dg.html>.

**Gráfico 7:** Tempo de trabalho com SI fora da Câmara dos Deputados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A pergunta 5.1 questiona a forma de atuação (diretamente/indiretamente) com SI, caso exista, fora da Câmara dos Deputados. Apenas dois entrevistados (22%) responderam selecionando a opção “indireta”. Conforme o resultado da quinta questão, deduzimos que os pesquisados não possuem maiores experiências com SI fora da Câmara, resultado esperado diante do relativo ineditismo da área. Na busca por maiores esclarecimentos quanto aos resultados da pergunta 5.1, a questão 5.1.1<sup>43</sup> solicita justificativas, obtendo única resposta, a saber:

- PA: “Dissemino os procedimentos sugeridos pelo Projeto InterPARES com relação a gestão e preservação de dados arquivísticos digitais”.

Na sequência, a questão 5.2 pede aos pesquisados que informem quais são os locais que atuam/atuaram com SI fora da Câmara dos Deputados. Foram obtidas as seguintes respostas:

- PA: “Coordenação de Infraestrutura de um Tribunal. A área Infraestrutura de TIC do Tribunal contava com uma área dedicada à segurança da informação”;
- PB: “Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (1994-1995), Departamento de Documentação e Comunicação Administrativa/Secretaria de Administração do GDF<sup>44</sup> (1995-1996), IBICT (1996-1997), Funai<sup>45</sup> (1997-1998) e Câmara dos Deputados desde 1998”.

<sup>43</sup> Apenas um pesquisado respondeu.

<sup>44</sup> Website: <http://www.aperj.rj.gov.br/>.

<sup>45</sup> Website: <http://www.funai.gov.br/>.

Os resultados da quinta seção de perguntas mostra que a maioria dos pesquisados não possui experiência em SI fora da Câmara dos Deputados, resultado esperando, pois é um campo de atuação relativamente novo, que vem exigindo atenção das Instituições pela produção cada vez maior de informação e que esta seja armazenada com proteção e acessada com segurança pelo usuário.

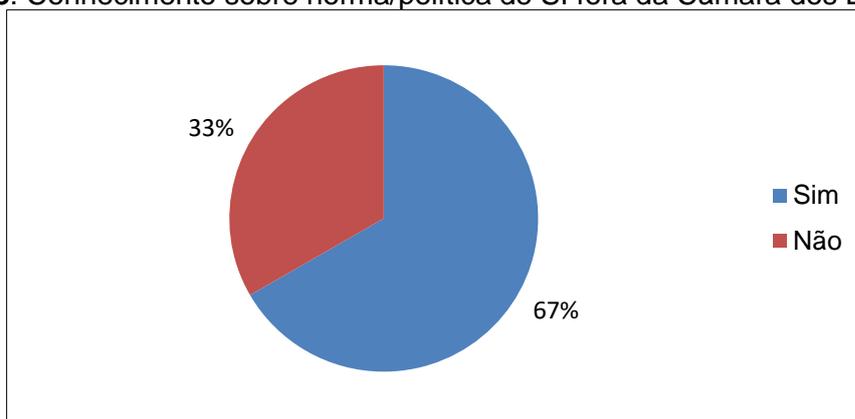
A questão 5.2.1 solicita aos entrevistados que falem, de forma breve, sobre as funções exercidas e os setores de trabalho com SI fora da Câmara dos Deputados. Neste quesito, destacamos as seguintes falas:

- PA: “Na área de TIC do Tribunal, a área de segurança da informação tratava dos aspectos de segurança da infraestrutura (autenticação, controle de acesso a recursos, uso do correio eletrônico, segurança das estações de trabalho, segurança da rede de dados, segurança da interconexão de redes (firewall), proteção contra malware (antivírus), etc.)”;
- PB: “Participação de grupos de trabalhos na elaboração de diretrizes de preservação e de gestão de documentos arquivísticos digitais”.

Constatamos que entre os respondentes, a maioria nunca trabalhou de nenhuma forma com SI, seja diretamente ou indiretamente, fora da Câmara dos Deputados. E os que tiveram algum tipo de atuação com SI fora da Casa, se encontravam em áreas ligadas, em algum nível, com a segurança de suas respectivas Instituições, corroborando com o resultado da questão de número quatro (4), especialmente quanto a nossa percepção de que SI é um campo relativamente novo na Câmara dos Deputados.

A pergunta de número seis busca saber se os entrevistados possuem conhecimento de alguma política/norma de SI existentes fora da Câmara dos Deputados. As normas/políticas de SI são ferramentas que guiam o armazenamento, acesso e uso de informação dentro de uma organização, seja ela privada ou pública. Mitnick e Limon (2003, p.196) as definem como “[...] regras necessárias para orientar o comportamento do empregado para que ele proteja os sistemas corporativos de informações e as informações confidenciais”.

O gráfico oito (8) mostra que 67% dos pesquisados têm conhecimento de algum tipo de política/norma fora da Câmara dos Deputados, enquanto somente 33% desconhece qualquer diretriz.

**Gráfico 8:** Conhecimento sobre norma/política de SI fora da Câmara dos Deputados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

O resultado pode ser considerado como positivo à Câmara dos Deputados, pois os seus funcionários, que atuam com SI, possuem conhecimentos prévios, ou seja, antes de sua contratação, instruindo na implementação de normas/políticas, bem como contribuindo na criação de novas diretrizes e atualização das mesmas.

A questão 6.1 pede aqueles que responderam “sim”, na pergunta anterior, que informassem as normas/políticas conhecidas.

- PA: “Existem normas ABNT, como a 27001; COBIT<sup>46</sup> 5; Política de Segurança da Informação da Administração Pública Federal; entre outras”;
- PB: “Normas da família ABNT NBR ISO/IEC 27000. Cobit 5 (não é uma norma, nem tem foco específico em segurança, mas trata de processos de segurança em seu escopo). Inúmeras Políticas de Segurança da Informação de diversos órgãos públicos e de empresas privadas”;
- PC: “Norma de segurança da informação do Executivo e do Comitê Gestor da Internet do Brasil - CGI.br”;
- PD: “Ato normativo da Câmara dos Deputados que institui a política de Segurança da Informação na Câmara dos Deputados”;
- PE: “As normas ISO 27000 e o Plano de Segurança da Informação do Tribunal Superior Eleitoral<sup>47</sup>”;
- PF: “Diretrizes do preservador e do produtor (Projeto InterPARES) [http://www.interpares.org/ip3/search\\_form.cfm](http://www.interpares.org/ip3/search_form.cfm)”.

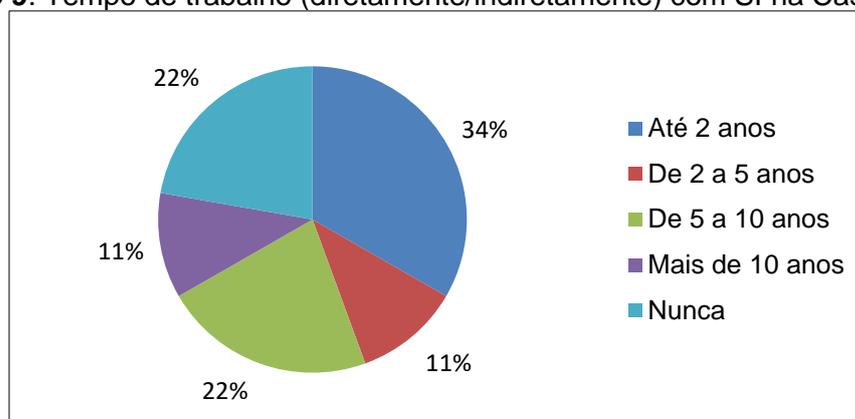
<sup>46</sup> Guia de boas práticas com uma série de recursos que podem servi de modelo de referência para a gestão de TI.

<sup>47</sup> Website: <http://www.tre-se.jus.br/legislacao-e-jurisprudencia/resolucoes/normativas-do-tse/2008/resolucao-tse-22.780-2008>.

As normas ISO, também conhecidas como família 27.000, foram citadas por praticamente todos os entrevistados, por ser uma das pioneiras que abordam técnicas e requisitos em SI. Além disso, trata-se de uma norma de referência internacional que serve de base para a elaboração de mecanismos para SI. Também foram apontadas, pelos pesquisados, algumas normas da própria Câmara dos Deputados, elaboradas pelos órgãos do governo federal, o que demonstra que o Brasil tem uma preocupação em proteger as suas informações.

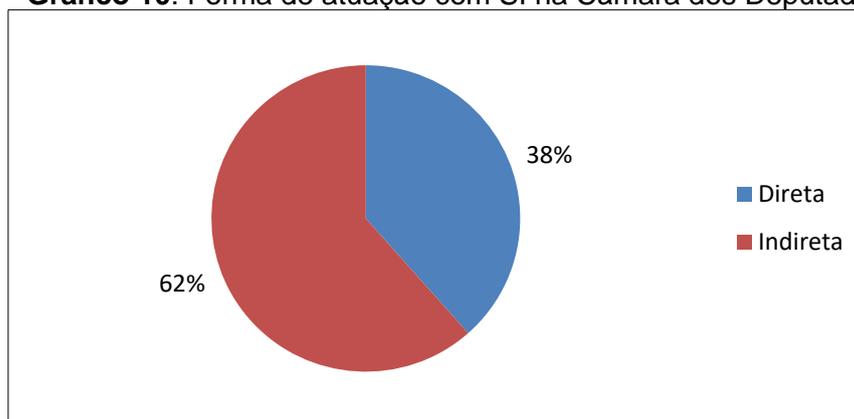
A sétima questão tem a intenção de saber o tempo que os pesquisados trabalham com SI dentro da Câmara dos Deputados. Como é apresentado do gráfico nove (9), 34% trabalham com SI na Câmara dos Deputados nos últimos “dois anos”, 22% trabalham com SI entre “5 a 10 anos”, valor que se repete para a quantidade dos entrevistados que responderam a opção “nunca”, enquanto que 11% trabalham “mais de dez anos”, resultado também reproduzido para os que trabalham de “2 a 5 anos” com SI na Casa.

**Gráfico 9:** Tempo de trabalho (diretamente/indiretamente) com SI na Casa.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Na sequência, a questão 7.1 solicita que seja informado o tipo de atuação (direta/indireta) que os entrevistados têm com SI dentro da Câmara dos Deputados. O gráfico dez (10) mostra que 62% trabalham de forma indireta e apenas 38% atuam diretamente com SI dentro da Câmara dos Deputados.

**Gráfico 10:** Forma de atuação com SI na Câmara dos Deputados.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Acompanhando as questões supracitadas na parte três do questionário, quanto ao conhecimento e atividades com SI, segurança ainda é um assunto recente, principalmente em Instituições públicas. O fato de apenas 38% dos profissionais respondentes trabalharem diretamente com SI pode ser justificado pela existência mínima de concursos específicos para SI, fazendo com que as organizações recrutem profissionais de outros setores de TI para a área em questão.

Buscando um maior aprofundamento, a questão 7.1.1 solicita aos pesquisados justificativas quanto as suas respostas na pergunta anterior:

- PA: “Trabalho com a segurança de rede desde 2008, garantindo a confiabilidade, integridade e disponibilidade dos recursos da rede de computadores da Câmara dos Deputados”;
- PB: “Lido diretamente com a elaboração de políticas, normas e com a promoção de boas práticas em segurança da informação”;
- PC: “Trabalho com permissões de acesso e disponibilidade de dados no portal da Câmara dos Deputados”;
- PD: “Na implantação e uso da arquitetura e organização da informação corporativa é essencial o conhecimento dos princípios e fundamentos da segurança da informação institucional, bem como dos metadados e aspectos técnicos de TI que colaborem para a segurança da informação”;
- PE: “Sou membro do Comitê Gestor de Segurança da Informação”;
- PF: “Adoto os procedimentos da legislação interna da Casa na gestão e na preservação de dados arquivísticos digitais”.

Como todos os pesquisados, dos setores CEDI-CELEG e CENIN, trabalham direta ou indiretamente com informação, exige-se que os mesmos tenham conhecimento sobre SI, em algum nível, até mesmo para o desenvolvimento de suas

atividades, preservando assim a integridade dos documentos, como é demonstrado nas justificativas dos respondentes.

Com intuito de conhecer as áreas dos pesquisados que trabalham com SI, diretamente/indiretamente, a questão 7.2 procura saber dos entrevistados qual é o seu setor de atuação com SI na Câmara dos Deputados, as respostas foram.

- PA: “Seção de Segurança de Rede”;
- PB: “Centro de Informática”;
- PC: “SETIL - Serviço de Tratamento da Informação Legislativa”;
- PD: “Seção de Modelagem de informação do Serviço de Arquitetura da Informação/ Celeg/Cedi”;
- PE: “Arquitetura da Informação”;
- PF: “Não trabalho diretamente, mas apenas como membro com direito de voto no Comitê Gestor de Segurança da Informação”;
- PG: “CELEG/SERAI/SIGAL”.

O resultado da questão 7.2 demonstra que SI não é um campo exclusivo da TI e nem uma área concentrada, podendo estar presente em vários setores que exercem diferentes atividades na Instituição, neste caso, focadas na busca pelo armazenamento, acesso e uso de informação nos parâmetros da proteção e veracidade.

Para finalizar a sétima seção de perguntas, a questão 7.2.1 procura saber, de forma breve, dos respondentes as funções exercidas nos respectivos setores informados no âmbito da SI:

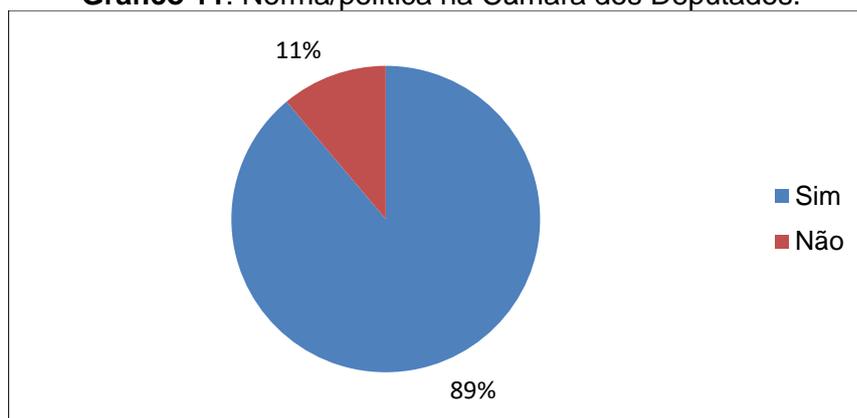
- PA: “Planejamento e implantação da arquitetura de segurança da rede; prospecção de novas ameaças e tecnologias para combatê-las; participação na definição de aspectos das políticas e normas de segurança de TI da Câmara dos Deputados; entre outras”;
- PB: “Normatização. Promoção de boas práticas em segurança da informação no âmbito da TIC”;
- PC: “Trabalho com permissões de acesso e disponibilidade de dados no portal da Câmara dos Deputados”;
- PD: “Análise das políticas de informação da Câmara dos Deputados e observância de metadados necessários para a segurança de informação”;
- PE: “No ano de 2014 o Comitê Gestor de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados elaborou o 1º Plano de Ação em Segurança da Informação”;

- PF: “Integro a equipe do Projeto de Implementação do Repositório Digital (Preservação Digital). Participei da elaboração da Política de Preservação Digital da Câmara dos Deputados que originou o Ato da Mesa 48/2012 (a parte complementar do Ato da Mesa 47/2012)”.

Desta maneira é possível perceber que SI é um tema recente ainda dentro da Câmara dos Deputados, ganhando força após a Lei nº 12.527<sup>48</sup>, de 18 de novembro de 2011 (dados abertos), e o Ato da Mesa nº 48<sup>49</sup>, de 16 de julho de 2012 (PSI da Câmara dos Deputados). O tema SI é extenso e a participação dos profissionais pesquisados é ampla, seja de forma direta ou indireta e em setores diversos, o que demonstra que não é um assunto concentrado apenas em um setor. Todas as áreas citadas exercem atividades que envolvem algum tipo de segurança e que em algum nível seguem diretrizes para manterem a integridade da informação produzida/disseminada pela Casa.

O gráfico 11 é o resultado da questão oito, onde perguntamos aos pesquisados se possuem conhecimento de alguma norma/política de SI adotada na Câmara dos Deputados. A maioria dos respondentes, sendo o total de 89%, informou que conhecem alguma norma/política de SI utilizada na Câmara dos Deputados, ao passo que somente 11% afirmam não conhecer nenhuma diretriz sobre SI usada na Casa.

**Gráfico 11:** Norma/política na Câmara dos Deputados.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O resultado da oitava questão pode ser inferido pelo fato das organizações públicas e privadas no Brasil nos últimos anos, com a grande produção de informação

<sup>48</sup> Website: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/12527.htm).

<sup>49</sup> Website: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-47-16-julho-2012-773827-norma-cd.html>.

e o valor a ela agregada, começaram a elaborar e utilizar normas/políticas, seguindo padrões internacionais para a implementação da SI, que por sua vez auxiliam na confecção das normas/políticas de outras Instituições.

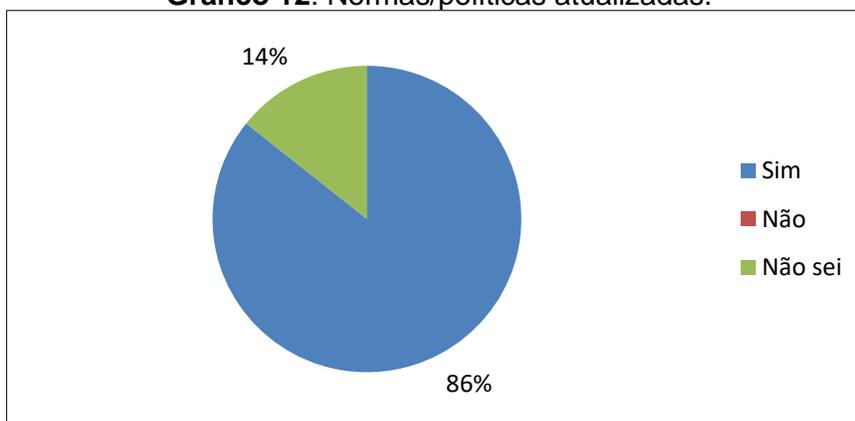
Na sequência solicitamos, caso a resposta anterior fosse positiva, que os pesquisados pontuassem as normas/políticas adotadas pela Câmara dos Deputados:

- PA: “A principal norma da Câmara dos Deputados é o Ato da Mesa N.º 47/2012, que institui a política de segurança da informação da Casa”;
- PB: “Ato da Mesa nº 45/2012: Regulamentação da Lei de Acesso à Informação na Câmara dos Deputados. Ato da Mesa nº 47, de 16/07/2012: Institui a Política de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados e dá outras providências. Portaria nº 96, de 20/08/2004: Disciplina a utilização do Serviço de Correio Eletrônico da Câmara dos Deputados. Portaria n. 34/2009 da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados. Estabelece normas para utilização dos recursos computacionais providos pela Câmara dos Deputados e para criação e utilização de senhas e recursos de autenticação. Portaria nº 438, de 19/10/2012: Estabelece normas para autenticação e controle de acesso aos conteúdos informacionais e aos recursos computacionais da Câmara dos Deputados. Portaria nº 439, de 19/10/2012: Estabelece normas para geração, guarda e uso dos registros de segurança dos recursos computacionais da Câmara dos Deputados. Portaria nº 440, de 19/10/2012: Estabelece normas para geração, guarda e acesso a cópias de segurança dos dados baseados em suporte computacional da Câmara dos Deputados. Portaria nº 441, de 19/10/2012: Estabelece a separação de ambientes computacionais de desenvolvimento, teste, homologação e produção de sistemas de informação na Câmara dos Deputados. Portaria nº 407, de 30/09/2013: Dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Comitê Gestor de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados. Portaria nº 408, de 30/09/2013: Designa os integrantes do Comitê Gestor de Segurança da Informação, em acordo com a Política de Segurança da Informação, instituída pelo Instrução nº 2, de 25/11/2013 Regulamenta os procedimentos para acesso de leitura e de escrita aos dados operacionais da infraestrutura computacional corporativa. Instrução nº 3, de 25/11/2013: Disciplina a concessão de acesso remoto à rede de dados e adota outras providências. Instrução nº 4, de 17/12/2013: Regulamenta a concessão extraordinária de direitos de administrador local de estação de trabalho da Rede Câmara”;
- PC: “ATO DA MESA Nº 47, DE 16/07/2012 Portaria nº 407, de 30/09/2013”;

- PD: “Ato da Mesa nº 47, de 16/07/2012: Institui a Política de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados e dá outras providências; Portaria nº 407, de 30/09/2013: Dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Comitê Gestor de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados”;
- PE: “Elaboração de backups, barreiras quanto ao acesso a determinados sites pelos funcionários”;
- PF: “Política de Segurança da Informação (PSI) da Câmara dos Deputados, instituída pelo Ato da Mesa nº 47 de 2012, estabelece princípios e diretrizes para o tratamento da informação, e atribui responsabilidades e orienta a adoção de ações visando ao aprimoramento da Segurança da Informação nos processos de trabalho da Casa”;
- PG: “LAI<sup>50</sup> e seus normativos; Marco Civil da Internet; AM 45/2012, AM 47/2012; Portarias da CD nº 438, 439, 440 e 441 de 19/10/2012.

A questão 8.1.1 visa saber dos entrevistados se as normas/políticas informadas estão atualizadas ou não. O gráfico 12 apresenta como resultado<sup>51</sup> que 86% responderam “sim”, que estão atualizadas, enquanto 14% não souberam dizer se estavam atualizadas ou não.

**Gráfico 12:** Normas/políticas atualizadas.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Podemos inferir que todos conhecem ao menos uma norma/política adotada pela Câmara dos Deputados. A maioria citou o Ato da Mesa nº 47 de 2012, assunto este muito divulgado da época. Atualmente foi disseminado o resultado do Ato da Mesa nº 47, que é um plano de ação em SI, onde são estabelecidos os princípios e

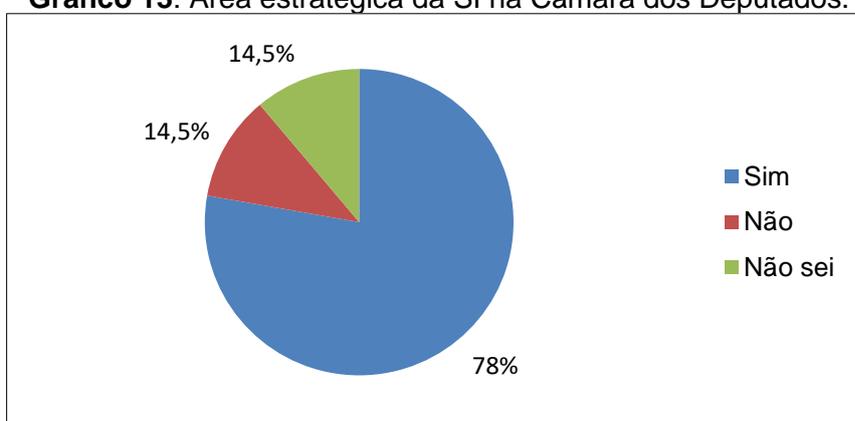
<sup>50</sup> Lei de Acesso a Informação (LAI).

<sup>51</sup> A opção “não” não obteve valor.

diretrizes para o tratamento da informação. Como já abordado anteriormente, SI é um tema recente dentro da Câmara dos Deputados e se encontra em processo de implementação na Casa e adaptação dos funcionários. Um exemplo desta afirmativa é o plano de boas práticas em PSI, que foi concluído recentemente e disponibilizado em 2014, não sendo possível ainda avaliar seu funcionamento.

A questão nove interroga aos pesquisados se eles conhecem alguma área estratégica, dentro da Câmara dos Deputados, que lida com SI. Como resultado o gráfico 13 nos mostra que 78% tem conhecimento de uma área destinada a trabalhar com SI, 14,5% responderam que não existe e outros 14,5% não souberam responder.

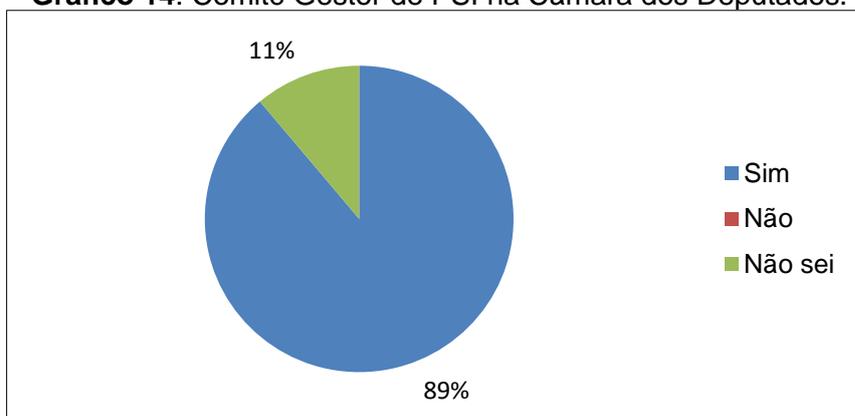
**Gráfico 13:** Área estratégica da SI na Câmara dos Deputados.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A questão dez almeja saber dos respondentes se a Câmara dos Deputados possui algum comitê gestor em PSI. Como se pode observar no gráfico 14, 89% dos pesquisados tem o conhecimento que a Câmara dos Deputados possui um comitê gestor em PSI, por outro lado, 11% não souberam responder.

**Gráfico 14:** Comitê Gestor de PSI na Câmara dos Deputados.

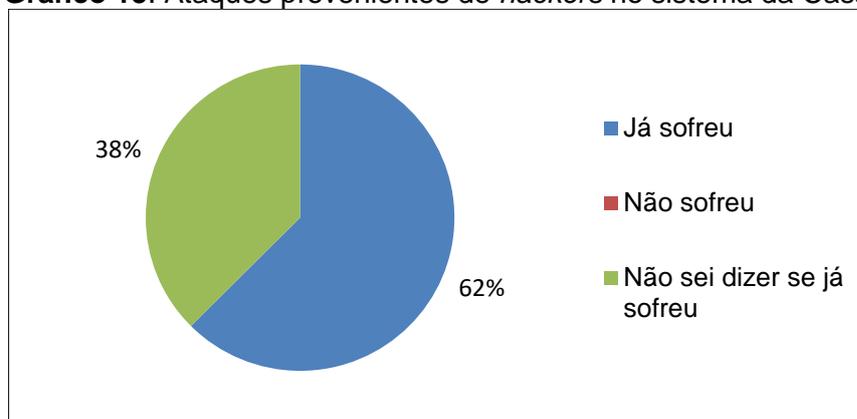


Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O resultado pode ter como resposta a instituição oficial do comitê, ocorrido pelo Ato da Mesa nº 47 de 2012, com o seu plano de ação de boas práticas em PSI concluído, aprovado e divulgado no final de 2014. O citado Ato considera que a alta direção da Casa e os usuários tenham comprometimento com o uso da informação, levando em conta a aderência aos normativos, em especial a Lei nº 12.527 (LAI) quanto a divulgação da informação. A partir da aprovação deste Ato, torna-se conhecido pelos profissionais da área de informação, na Câmara dos Deputados, o setor que elabora as diretrizes da PSI, ou seja, o CGSI, justificando o fato da maioria dos respondentes saberem a existência deste comitê, composto por representantes da Diretoria-Geral; Secretaria Geral da Mesa; Diretoria Legislativa; Diretoria Administrativa; Diretoria de Recursos Humanos; Secretaria de Comunicação Social; Centro de Informática; e Centro de Documentação e Informação.

Na questão 11 perguntamos se o sistema da Câmara dos Deputados já sofreu algum ataque proveniente de *hackers*. O gráfico 15<sup>52</sup> mostra que 62% dos pesquisados disseram que o sistema já sofreu algum tipo de ataque, enquanto os que não sabiam responder representa um total de 38% dos profissionais pesquisados.

**Gráfico 15:** Ataques provenientes de *hackers* no sistema da Casa.



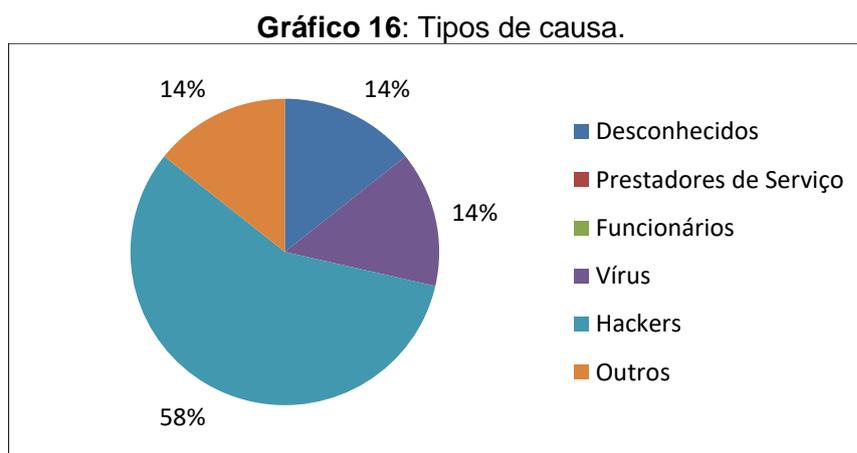
Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Por ser um dos maiores órgãos públicos do Brasil e ter visibilidade alta na mídia, acaba sendo visada por aqueles que desejam atacar os seus sistemas. Informações de cunho comum, que já foram disponibilizadas pela própria Instituição, como notícias sobre invasões de *hackers* no *website* da Câmara dos Deputados, por exemplo, foram

<sup>52</sup> Não foi obtido nenhum valor para a opção “não sofreu”.

modificadas e publicadas por terceiros, ou seja, informações falsas sobre a referida invasão.

Em caso de resposta positiva, a questão 11.1 solicita que fosse informada a causa. É possível visualizar no gráfico 16<sup>53</sup> que 58% dos pesquisados marcaram a opção “*hackers*”, além das alternativas “desconhecida”, “vírus” e “outros” com o valor de 14% respectivamente.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Mesmo a opção *hacker* ser citada por 58% dos respondentes, não é a única causa de invasão. É possível visualizar no gráfico 17 que existem outras mais, representadas por 42%. Para a proteção das informações da Instituição, a PSI precisar estar formalizada em uma visão ampla, não focando apenas em um tipo de causa, mas trabalhando com formas de prevenção a ataques e em qualquer nível de complexidade. Neste sentido, complementando à resposta anterior, caso houvesse a marcação da opção “outros”, solicitamos na questão 11.1.1 que informassem quais seriam as causas de ataque de *hackers*.

- PA: “Inundação no complexo do back-up que fica no subsolo do Anexo III”.

<sup>53</sup> As opções “prestador de serviço” e “funcionários” não obtiveram valor.

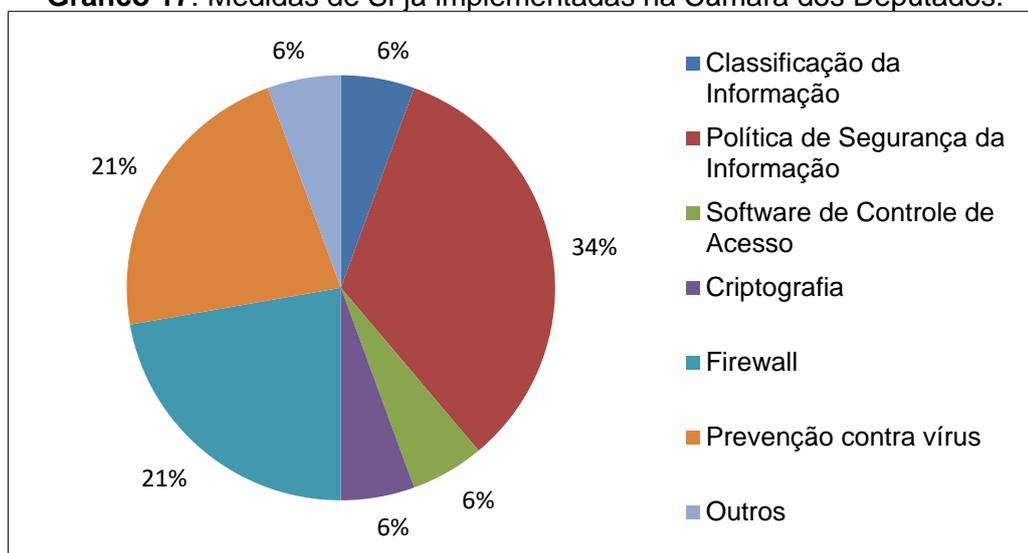
Um dos pesquisados justificou o fato de não ter respondido as questões 11, 11.1 e 11.1.1 a partir do seguinte relato:

- PA: “Não é possível responder a essa questão e às duas anteriores, por motivo de segurança”.

Essa resposta demonstra que a Câmara dos Deputados é visada por ataques, pois trata-se de um Instituição pública que tem a missão de trabalhar para a sociedade e transmitir informações verídicas e atualizadas, que regem toda a nação. Neste sentido acaba sendo um alvo em potencial, especialmente tendo como causa os ataques de *hackers* assim como apresentado no gráfico 16.

Na questão 12 propomos que os pesquisados informassem as medidas de SI que já tinham sido implementadas na Câmara dos Deputados. Como resultado o gráfico 17 apresenta que a PSI foi citada por 34% dos entrevistados, as alternativas “*firewall*” e “prevenção contra vírus” foram a segunda mais mencionada, com 21% cada, 6% indicaram “*software* de controle de acesso”, valor esse repetido para as opções “criptografia”, “classificação da informação” e “outros”.

**Gráfico 17:** Medidas de SI já implementadas na Câmara dos Deputados.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A questão 12.1 pede que fosse justificada a opção “outros” da questão anterior caso fosse selecionada:

- PA: “Acrescento: Intrusion Prevention System; Secure Web Gateway; Endpoint Security; Web Application Firewall; entre outros”;
- PB: “Aqui na CD existe a Política de Segurança da Informação e certamente, na infra, deve implantar mecanismos tais como firewall e prevenção contra vírus, mas nesses aspectos não sei dizer especificamente quais sejam”.

É possível observar que a Câmara dos Deputados tem diferentes tipos de dispositivos de SI, sendo uma forma de proteção e prevenção contra danos aos seus ativos. A PSI é importante, pois ela trás procedimentos que padronizam o gerenciamento da informação dentro de Instituição e conseqüentemente a proteção da mesma, permitindo que cada usuário tenha um acesso personalizado segundo suas obrigações na Casa e autorizando o uso de documentos específicos.

A pergunta 13 é de natureza aberta, onde questionamos aos respondentes o possível perfil do bibliotecário para atuar com SI.

- PA: “Seria desejável que tivesse conhecimento das normas brasileiras e internacionais (família de normas 27000) relativas ao tema e dos normativos internos da Câmara dos Deputados que tratam do assunto, além de conhecimentos em gestão de riscos em segurança da informação”;
- PB: “Conhecimento básico de rede de computadores e controle de acesso”;
- PC: “Métodos e técnicas de organização da informação da informação digital que considerem aspectos de segurança sem prejudicar a disseminação e recuperação da informação; Conhecimento técnicos e teóricos que possibilitem análise, definição de metadados<sup>54</sup> e validação de requisitos para criação e desenvolvimento de sistemas de informação corporativos; Conhecimentos normativos, teóricos e práticos para atuar na Gestão da Segurança da Informação da instituição”;
- PD: “Acho que o bibliotecário está identificado com o assunto por si só. Não vejo como especificar um tipo de perfil”;

---

<sup>54</sup> Os metadados contribuem no reconhecimento de características elementares para a construção da representação documental consistente. (BAPTISTA, 2007).

- PE: “Um bibliotecário que conheça bem os diversos acervos da Câmara dos Deputados, incluindo aí os diversos bancos de dados dos sistemas de informação que automatizam processos de trabalho”;
- PF: “Domínio da língua pátria, inglês, raciocínio lógico, antenado às normas e procedimentos de determinadas áreas, pró-ativo, aberto a troca e a disseminação de experiências entre todos setores da Casa, ser ético”.

Além das competências já exigidas pela profissão em si, pautados na pró-atividade trabalho em grupo e ética, é desejado que o bibliotecário, para atuar com SI, desenvolva outras habilidades, entre as quais destacamos conhecer normas nacionais e internacionais de segurança, e da própria Instituição em que está ligado; trabalhar com métodos e técnicas de organização da informação no âmbito digital; como também ter noções básicas em redes de computadores, controle de acesso, BD e sistemas de informação que automatizem os processos de trabalho; assim como o dominar a língua pátria e o inglês; possuir raciocínio lógico; e compreender sobre metadados e validação de requisitos para criação e desenvolvimento de sistemas de informação corporativos. Também acrescentamos o domínio da linguagem técnica, nesse caso, a legislativa, por ter um vocabulário distinto e pouco conhecido, diferentemente, por exemplo, das expressões aplicadas ao judiciário.

Na pergunta 14 interrogamos se o bibliotecário deveria conhecer as técnicas de SI e, possivelmente, participar do CGSI na Casa. O gráfico 18<sup>55</sup> exhibe que 75% acham que sim, enquanto 25% não souberam responder.

**Gráfico 18:** Técnicas de SI e participar do CGSI da Câmara dos Deputados.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

<sup>55</sup> Não foi obtido valor na opção “não”.

O bibliotecário conhecer as técnicas de SI torna-se um ponto positivo para a Instituição, pois afetará diretamente na forma de organização e fluxo da informação em conformidade com as regras estabelecidas na PSI. Vale salientar que a participação do bibliotecário no CGSI é real, pois existem representantes do setor que contribuem indiretamente na elaboração e aplicação da PSI.

A questão 14.1 busca um maior esclarecimento sobre as respostas do questionamento feito aos pesquisados na pergunta anterior.

- PA: “É importante que os profissionais da área de Ciência da Informação tenham participação na definição da Política de Segurança da Informação da instituição, posto serem a integridade, a disponibilidade e a confidencialidade da informação atributos importantes que qualificam e legitimam a informação. A preservação desses atributos da informação é fator essencial à sua adequada gestão. É desejável que o profissional da área de Ciência da Informação esteja apto a gerir a informação também visando proteger tais atributos”;
- PB: “Vai depender bastante da atuação e direcionamento dos trabalhos do Comitê”;
- PC: “Não entendo necessário que o bibliotecário conheça profundamente aspectos técnicos de TI, porém é fundamental o conhecimento teórico da TI no que tange à organização, disponibilização, disseminação e recuperação da informação em sistemas de informação. É importante conhecer terminologia e conceitos da área no que converge e no que distingue as duas áreas que devem caminhar juntas”;
- PD: “Por que considero um assunto relacionado com os conhecimentos do bibliotecário”;
- PE: “Pelo seu conhecimento sobre como organizar a informação da nossa instituição acredito que não seja necessário conhecer em detalhes as técnicas de segurança da informação, mas sim poder levantar os acervos de informação da Câmara dos Deputados e propor requisitos de segurança para cada um deles”;
- PF: “Já temos representante de profissional da área de informação no Comitê”.

Nota-se que entre os pesquisados existe um pensamento associativo entre as atividades executadas pelo bibliotecário e pelo profissional de SI, onde se complementam. O bibliotecário deve ter noções claras dos mecanismos utilizados na SI para compreender seu funcionamento e não necessariamente suas técnicas de desenvolvimento e implementação, na qual geralmente são os profissionais de TI os

responsáveis. Em suma, o bibliotecário tem a função de auxiliar os profissionais de TI e não de executar a atividade tecnicamente.

A questão 15, também de natureza aberta, solicita que os pesquisados falem, de forma geral, as possíveis contribuições e papéis de atuação do bibliotecário no âmbito da SI na Câmara dos Deputados:

- PA: “A Gestão da Informação, a cargo tanto dos bibliotecários quanto dos arquivistas e demais profissionais da área da Ciência da Informação, deve ser a área que, essencialmente, orienta a gestão da segurança da informação. Assim, o papel desses profissionais é fundamental para que essa gestão seja adequada. Os profissionais de TIC, complementarmente, podem contribuir com técnicas e ferramentas para a proteção da informação em meio digital”;
- PB: “Possibilidade de ofertar uma visão mais ampla sobre o acesso”;
- PC: “O papel de organizar e tratar a informação visando a sua disseminação, recuperação e interoperabilidade é do profissional da informação que tem que facilitar o acesso e uso da informação considerando, inclusive, questões da Lei de Acesso à Informação (Dados abertos), no caso das organizações públicas, sem que coloque em risco a segurança da informação da instituição. Para tanto é imprescindível que o bibliotecário conheça normas, padrões e políticas de Gestão da informação, incluindo aquelas específicas de segurança da informação, procurando atuar em conjunto com profissionais de TI, que também devem compreender aspectos da Ciência da Informação”;
- PD: “Não conheço o assunto para opinar”;
- PE: “Ajudar a estabelecer uma avaliação de riscos para preservação dos ativos de informação e que possa ajudar a realizar um inventário dos ativos de informação mais críticos para a Câmara dos Deputados”;
- PF: “Adoção, disseminação e aplicação das diretrizes emanadas pelas portarias internas à sua equipe e às atividades desempenhadas em seu setor de trabalho”.

A participação do bibliotecário pode ser ampla e oferecer contribuições em diferentes aspectos da SI como demonstrado pela maioria dos entrevistados, ocorrências interessantes, pois desmistificam o pensamento de que o bibliotecário e o profissional de TI não podem trabalhar juntos e que um não pode contribuir para a atividade do outro. A fala da maioria dos pesquisados mostra justamente o contrário, ou seja, que os bibliotecários realizam ações como tratamento, organização, disseminação e recuperação da informação e que podem contribuir com os aspectos

que envolvem a SI, especialmente na confecção de uma PSI. Por serem áreas que trabalham com a informação e são preocupadas com a sua disseminação correta é visível o conhecimento da SI por todos e o auxílio que um setor pode prestar ao outro, fazendo assim um trabalho em parceria para manter a integridade das informações da Câmara dos Deputados.

A pesquisa demonstrou também que é possível a participação na visão dos entrevistados do bibliotecário como integrante do CGSI, por possuir uma visão ampla sobre informação e seus conhecimentos a respeito da organização, tratamento, recuperação e disseminação da mesma. Atualmente no CGSI existe a participação efetiva de profissionais que atuam na biblioteca.

Em suma, os pesquisados possuem como maiores titulações o mestrado e a especialização, com formação em biblioteconomia, arquivologia e TI. A maior parte dos entrevistados encontra-se no setor CEDI-CELEG, sendo ao todo sete profissionais. Sobre o tempo de atuação no setor, a maioria (45%) trabalha no setor a “até 2 anos”, enquanto no CENIN um dos respondentes atua no setor de “dois a cinco anos” e o outro pesquisado respondeu a opção “mais de dez anos”. A maioria (45%) considera o seu entendimento sobre SI como “bom” e justificam sua resposta por trabalharem na área, terem recebido treinamento específico e/ou por conhecerem normas, mas especificamente da família ISO 27.000. Em relação ao tempo de atuação com SI foi obtido à quantidade de 33,5%, que exerce “até dois anos”, mesmo valor para os que nunca trabalharam com SI. Quanto ao tempo de trabalho com SI fora da Câmara dos Deputados, a maioria, correspondente a 67% dos pesquisados, nunca trabalhou com SI fora da Câmara. O conhecimento sobre norma/política, fora da Câmara dos Deputados, teve como resultado 67% para a opção “sim” enquanto que 33% não conhecem nenhuma norma/política. Na sequência, a maioria dos entrevistados (34%) afirmou que atua com SI (diretamente/indiretamente), fora da Câmara dos Deputados, “até 2 anos”. A forma de atuação com a SI fora da Câmara dos Deputados é a indireta, respondida por apenas dois dos pesquisados (22%). Entre os entrevistados, 89% conhece alguma norma/política da própria Câmara dos Deputados e 86% informou que as normas/políticas estão atualizadas. A Câmara dos Deputados possui uma área estratégica para lidar com a PSI, fato este conhecido por 78% dos entrevistados. A existência de um comitê gestor de PSI, na Câmara dos Deputados, é citada por 89% dos respondentes. Enquanto aos ataques provenientes de *hackers* aos sistemas da Câmara dos Deputados, 62% afirma que já sofreu algum

tipo de ataque, enquanto que 38% não soube responder. Entre os tipos de causa, 58% dos entrevistados citaram o *hacker*. Quanto as medidas de SI já implementadas na Câmara dos Deputados, a mais apontada foi a PSI com 34%. Quanto a participação do bibliotecário no CGSI e a obtenção de conhecimento relativos as técnicas de SI, 75% dos respondentes aprovam tal participação, enquanto 25% não soube responder.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a trajetória histórica das bibliotecas é possível verificar a importância desses espaços para a guarda do conhecimento humano, que ao longo do tempo passou a não apenas arquivar, mas também atender as necessidades de seus usuários a partir do acesso a informação.

Tempos depois, com a explosão informacional e o avanço tecnológico proporcionado pelo século XX, muitas organizações começaram a utilizar a informação como insumo para a tomada de decisão, necessitando de um ambiente que pudesse, além não somente receber, armazenar, classificar e disseminar a informação ali contida, mas também protegê-la, ou seja, definindo, implementando e aprimorando mecanismos de segurança para manter a integridade da informação, tanto quanto ao acesso, como também na autenticidade. A partir daí algumas organizações começaram a se preocupar com SI para proteger seus ativos, que por vezes se encontra nas bibliotecas, tais como memória técnica, bases de dados, acervo impresso e digital etc.

É possível observar que as bibliotecas vêm se adequando à qualidade/veracidade das informações e quem deve acessá-las a partir do investimento em instrumentos de segurança, seja em seu meio físico ou digital, e assim aperfeiçoando sua maneira de disseminar a informação e ao mesmo tempo mantendo a integridade da mesma. Com isso se faz oportuno a discussão acerca da SI, especialmente quanto ao desenvolvimento de PSI, presentes em Instituições públicas como é o caso da Câmara dos Deputados. De forma ampla, SI pode ser definida como um conjunto de diretrizes que visa à confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação. Por sua vez, a PSI descreve ações que objetivam o alcance dos três princípios básicos da SI supracitados.

Na busca em analisar o conhecimento dos profissionais da Câmara dos Deputados sobre SI, dados foram coletados nos setores CEDI-CELEG e CENIN. Enquanto no primeiro encontram-se profissionais como bibliotecários, técnicos legislativos e arquivistas, no segundo estão presentes os profissionais de TI.

A partir da análise dos dados coletados foi possível observar que SI é um tema em discussão entre os profissionais que atuam com informação, na Câmara dos Deputados. A SI é vista pelos entrevistados como uma ferramenta que facilita a padronização da informação e do acesso a mesma para o armazenamento,

recuperação e disseminação. Para tanto existe uma PSI, porém em fase de implementação, nos impossibilitando de perceber sua eficácia na Instituição.

Quanto ao perfil do bibliotecário para atuar com SI, descrito pelos entrevistados, trata-se de um profissional versátil, que além das competências provenientes de suas atividades específicas, deve-se ter habilidades básicas ligadas a TI, como compreender rede de computadores, controle de acesso, BD e sistemas de informação; conhecer normas/políticas nacionais, internacionais e institucionais sobre SI; técnicas de organização da informação em ambiente digital; ter domínio da língua pátria e da inglesa; possuir raciocínio lógico e compreender sobre metadados e validação de requisitos para criação e desenvolvimento de sistemas de informação corporativos. Ainda mais acrescentamos o domínio da linguagem técnica, neste caso, a legislativa.

O perfil desenhado na presente pesquisa é desafiador para os bibliotecários que queiram trabalhar com SI, pois exige íntima relação com a TI, indo além do uso de ferramentas que deflagram as TIC. No caso da Câmara dos Deputados, os setores CEDI-CELEG e CENIN possuem funções específicas, mas por trabalharem com o objeto informação, acabam auxiliando as atividades um do outro, oferecendo um produto final com qualidade, ou seja, uma informação tratada, organizada, armazenada e disseminada com fins de recuperação e uso nos âmbitos da SI. Na perspectiva da Câmara dos Deputados, os aspectos técnicos, provenientes da TI são de responsabilidade do CENIN, especialmente ao armazenamento (servidores) e acesso dos documentos. Por outro lado, as ações de tratar, organizar, armazenar (acervo), recuperar e disseminar ficam a cargo dos profissionais da informação, neste caso, entre bibliotecários e arquivistas.

Na pesquisa, percebemos que os entrevistados, de alguma maneira, diretamente ou indiretamente, já tiveram contato com SI, mesmo não compreendendo o seu conceito na plenitude, fato este que pode ser justificado por ambos os setores terem profissionais que trabalham com SI, ou seja, além dos tecnólogos do CENIN, que obviamente trabalham na SI da Instituição, no setor CEDI-CELEG atuam arquivista, analistas legislativos e bibliotecários, com participação no CGSI.

Na SI, a PSI é a que descreve os requisitos de segurança acerca de mecanismos que estabelecem como o armazenamento e a disseminação devem ser feitas e os tipos de mídias que podem transportar a informação. Com isso, a maioria dos pesquisados informou que conhecem alguma norma/política utilizada dentro da Câmara dos Deputados. Ao citarem normas/políticas que conhecem, o Ato da Mesa

nº 45 de 2012 foi a resposta unânime. Esse Ato institui a PSI e os integrantes que irá compor o CGSI da Câmara dos Deputados.

Durante a pesquisa houve algumas dificuldades, entre elas, o próprio material bibliográfico para o embasamento do trabalho, especialmente sobre SI próximo ao âmbito das bibliotecas. Em um segundo momento elencamos a aplicação do questionário, onde o CENIM é um setor desmembrado, dificultando o contato (direto) com seus funcionários. Como solução para a citada problemática, quanto a coleta de dados, optamos pelo questionário *online* devido a abrangência proveniente pela Internet.

Conclui-se que SI não é mais um tema apenas dos profissionais de TI, mas de outras áreas que enxergam a informação como objeto de estudo, entre elas a biblioteconomia, enquanto campos que se complementam para permitir o acesso e uso da informação autêntica conforme orientações pré-definidas, que por sua vez são determinadas pelos profissionais dos campos aqui relacionados e assim estabelecendo os requisitos de armazenamento e disseminação que materializarão a denominada PSI.

Esperamos que este trabalho contribua para futuros estudos sobre SI, especialmente no ambiente das bibliotecas legislativas, como também mostrar de uma maneira ampla que o bibliotecário pode ter participação ativa na SI, como é o caso da Câmara dos Deputados, acreditando que este é um exemplo a ser seguido pelas outras Instituições.

## REFERÊNCIAS

ALARCÃO, C. M. de A. **A gestão da informação legislativa na Câmara dos Deputados**. Curso de Gestão Pública Legislativa, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP). Brasília. 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/10231>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO/IEC 17799:2005**: tecnologia da Informação: técnicas de segurança: código de prática para a gestão da segurança da informação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

\_\_\_\_\_. **NBR ISO/IEC 27001:2006**: tecnologia da Informação: técnicas de segurança: sistema de gestão de segurança da informação: requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BASTOS, E. M. C. F. de M. **Políticas de informação como fundamento para uma arquitetura de informação da Câmara dos Deputados**: a análise do caso da política de indexação. 2013. 68f. Monografia (Especialização) – Curso de Arquitetura e Organização da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13656>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BARITÉ, M.; GUIMARÃES, J. A. C. **Guia metodológica para el acceso, el análisis y la organización temática de documentos jurídicos**. Montevideo: Universidad de la República, 1999.

BIBLIOTECA PEDRO ALEIXO. **Histórico**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/documentos-e\\_pesquisa/biblarq/biblioteca/bibhist.html](http://www2.camara.leg.br/documentos-e_pesquisa/biblarq/biblioteca/bibhist.html)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. **Histórico da ALBA**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/assembleia/Historia.php>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **A história da Câmara dos Deputados**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/sobre-a-cldf>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Sobre a Câmara Legislativa**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/sobre-a-cldf>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. CONGRESSO NACIONAL. **Histórico do Congresso Nacional**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.congressonacional.leg.br/portal/congresso/historico>>. Acesso em: 6 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.505, de 13 de junho de 2000**. Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da administração pública. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3505.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3505.htm)>. Acesso em 20 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. **Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <[http://dsic.planalto.gov.br/documentos/in\\_01\\_gsidsic.pdf](http://dsic.planalto.gov.br/documentos/in_01_gsidsic.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Projeto Interpares**. 2013. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=328&sid=42>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Guia de referência para a segurança da informação usuário final**. [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/guia-de-seguranca-da-informacao/&ei=LTG3VIKfM8rtggSAuYDoDQ&usg=AFQjCNFauashPKcF7U-ahR2QQB0zWK-egA&sig2=25BkN1dp1w6H5G-Kw1wEyA>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. PALÁCIO DO PLANALTO. **Palácio do Planalto**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/palacios-e-residencias-oficiais/palacio-do-planalto>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. . **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**: Institui o estatuto de museus e dá outras providências. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm)>. Acesso em: 18 nov. 2014

\_\_\_\_\_. **Segurança da Informação e Comunicações**. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <<http://dsic.planalto.gov.br/noticias/46-seguranca-da-informacao-e-comunicacoes>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Sobre o Senado Federal e a organização do Estado**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <[http://www.senado.leg.br/senado/alosenado/pdf/Sobre\\_Senado\\_Federal\\_e\\_Organizacao\\_Estado.pdf](http://www.senado.leg.br/senado/alosenado/pdf/Sobre_Senado_Federal_e_Organizacao_Estado.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Institucional**. [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/vertexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfInstitucional>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União (TCU). **Boas Práticas em Segurança da Informação**. 4. ed. Brasília: [S.n.], 2012. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2511466.PDF>>. Acesso em 2 jan. 2015.

BAPTISTA, D. M. O impacto dos metadados na representação descritiva. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 12, n. 2, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/529>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. **Journal of documentation**, [S.l.], v.34, n.1, p.55-85, mar. 1978. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/eb026653>>. Acesso em 3 dez. 2014.

BEUREN, I. M. O papel da informação na elaboração da estratégia empresarial. In: **Gerenciamento da informação**: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BROOKES, B. C. The foundations of information science: Part 1. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v.2, n.3-4, p.125-133, 1980. Disponível em: <<http://comminfo.rutgers.edu/~kantor/601/Readings2004/Week3/r4.PDF>>. Acesso em: 29 maio 2015.

CACIATO, L. E. **Gerenciamento da Segurança de Informação em Redes de Computadores e a Aplicação da Norma ISO/IEC 17799:2001**. Campinas: [S.n.], 2004.

CAMPOS, A. **Sistema de Segurança da Informação: controlando os riscos**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

CANFORA, L. **A biblioteca desaparecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148- 207, jan./abr. 2007.

CASTRO, B. A segurança e a informação. **Fonte: tecnologia da informação na gestão pública**, Minas Gerais, v. 09, n. 12, p.100-103, dez. 2012. Disponível em: <[http://www.prodemge.mg.gov.br/images/revistafonte/revista\\_12.pdf](http://www.prodemge.mg.gov.br/images/revistafonte/revista_12.pdf)>. Acesso em: 28 dez. 2014.

CEZARINO, M. A. da N. Bibliotecas especializadas, centros de documentação, centros de análise da informação: apenas uma questão de terminologia? **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.7, n. 2, p. 218-241, set. 1978.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DANTAS, M. L. **Segurança da informação: uma abordagem focada em gestão de riscos**. Olinda: Livro Rápido, 2011.

DERVIN, B. Useful theory for librarianship: communication, not information. **Drexel library quarterly**, v.13, n.3, 1977. p. 16-32. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/234630277 Useful Theory for Librarianship Communication Not Information](http://www.researchgate.net/publication/234630277_Useful_Theory_for_Librarianship_Communication_Not_Information)>. Acesso em 10 jan 2015.

DIAS, E. J. W. A biblioteca legislativa e seus objetivos. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v.27, n.107, jul./set. 1990. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/175805>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of information**. Cambridge: Bradford Book, MIT Press, 1981.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n.1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652003000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652003000100003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

DWORKIN, R. Uma Questão de Princípio. Tradução de Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOINA, P. R. **Tecnologia de informação: planejamento e gestão**. São Paulo: Atlas, 2001.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FREITAS, E. A. M. **Gestão de riscos aplicada a sistemas de informação: segurança estratégica da informação**. 2009. 71 f. Monografia (Especialização) — Curso de Pós-graduação "lato Sensu" em Gestão Estratégica e Qualidade, Universidade Cândido Mendes, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3564>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

GERHARDT, T. E. I; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopqdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ISRAEL, D.; PERRY, J. What is information? In: HANSON, P. (Ed.). **Information, language and cognition**. Vancouver: University of British Columbia Press, p. 1-19, 1990.

LAUREANO, P. A. M. **Gestão de Segurança da Informação**. [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em <[http://www.mlaureano.org/aulas\\_material/gst/apostila\\_versao\\_20.pdf](http://www.mlaureano.org/aulas_material/gst/apostila_versao_20.pdf)>. Acesso em: 7 jan. 2015

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

LOBIANCO, L. E. Serápis divindade política de Alexandria: Helenismo e Legitimação do Poder Ptolomaico e Romano no Egito à luz da Religião. **Revista Jesus Histórico**: revista de estudo sobre o Jesus histórico e sua recepção, Rio de Janeiro, v. 9, n. 5, p.62-84, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.andrechevitarese.com/revistajesushistorico/arquivos9/LOBIANCO-artigo.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

MACHLUP, F.; MANSFIELD, U. **The study of information**: interdisciplinary messages. New York, NY: Wiley, 1983.

MARCIANO, J. L. P. **Segurança da Informação**: uma abordagem social. 2006. 211 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <[http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde\\_arquivos/1/TDE-2006-11-29T173637Z-494/Publico/joao\\_marciano.pdf](http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_arquivos/1/TDE-2006-11-29T173637Z-494/Publico/joao_marciano.pdf)> Acesso em 24 dez. 2014

MARQUES JÚNIOR, A. M. Fontes de informação jurídica-legislativas. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.163-174, 1997. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003232&dd1=81f93>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1996.

MILANESI, L. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MIRANDA, A.; SIMEÃO, E. (Org). **Ciência da Informação**: teoria e metodologia de uma área em expansão. Brasília: Thesaurus, 2003.

MITNICK, Kevin D.; SIMON, Willian L., **A Arte de Enganar**: controlando o fator humano na segurança da informação. São Paulo: Pearson Makron Books. 2003.

MORENO, E. D.; PEREIRA, F. D.; CHIARAMONTE, Rodolfo Barros. **Criptografia**: em software e hardware. São Paulo: Novatec, 2005.

MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. **Ci.Inf.**, Brasília, v.29, n.1, p. 14-24, jan./abr. 2000.

SANTOS NETO, A. P.; MIRANDA, Z. D. Informação e Direito: noções introdutórias acerca dos conceitos de Informação e Ciência da Informação. **Jus Navigandi**, v. 1, p. 1-2, 2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/33595/informacao-e-direito-nocoos-introductorias-acerca-dos-conceitos-de-informacao-e-ciencia-da-informacao>>. Acesso em: 27 jan. 2015.

PASSOS, E. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.

\_\_\_\_\_. Bibliotecário jurídico: mapeamento de sua produção bibliográfica. IN:

\_\_\_\_\_. Informação jurídica: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. PASSOS, E.

\_\_\_\_\_; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

PEMPLE, M. What do we mean by “information security”? **Computer fraud & security**, v. 2004, n. 5, p.17-19, maio 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1361372304000673>>. Acesso em: 29 maio 2015.

PIGNATARI, D. **Informação. Linguagem. Comunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://www.feevale.br/cultura/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

RAMOS, A. et al (Org.). **Security officer 1: guia oficial para formação de gestores em segurança da informação**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.

SCOTTI, G. **Análise e comparação de tipos de ataques em servidores no Brasil**. 2005. 62 f. Monografia (Especialização) – Curso de Banco de Dados, Diretoria de Pós-graduação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2005.

Disponível em:

<<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/000028/0000280A.PDF>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

SALASÁRIO, M. G. da C. Biblioteca especializada e informação: da teoria conceitual à prática na biblioteca do laboratório de mecânica de precisão - LMP/UFSC. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 5, n. 5, 2000.

SÊMOLA, M. **Gestão da segurança da informação**: uma visão executiva. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SILVA, A.; RIBEIRO, J. A.; RODRIGUES, L. A. **Sistemas de informação na administração pública**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de ensino a distância da UFSC, 2001. 121.p.

SILVA, F. C. C. da. **Bibliotecários Especialistas: guia de especialidades e recursos informacionais**. Brasília: Thesaurus, 2005.

SILVEIRA, S. A. da. **CIBERATIVISMO, CULTURA HACKER E O INDIVIDUALISMO**. São Paulo: Revista Usp, v. 86, p. 28-39, jun./ago. 2010. Trimestral. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13811>>. Acesso em: 28 nov. 2014

SOUSA, B. L. **TCP/IP Básico Conectividade em Redes**. 3. ed. [S.l]: Editora Érica Ltda. 2006

SOUZA, M. C. L. de. **Política de Tecnologia da Informação no Brasil**: Caminho para o século XXI. Brasília: Politec, 2002.

TOMANIK, E. A. **O Olhar no espelho**: conversas sobre a pesquisa em ciências sociais. 2. ed. Maringá: Eduem, 2004.

TORRANO, H. **Teogonia a origem dos deuses**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras Ltda, 1995.

VIEIRA, R. **Introdução à teoria geral da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

WILLIAMS, R. V. The documentations and special libraries movements in the United STATES, 1920-1960. In: HAHN, T. B.; BUCKLAND, M (Ed.). **Historical studies in information science**. Medford, NJ: Information Today, 1998.

WRIGHT, H. C. Assurbanipal. In: WEDGEWORTH, Robert (Ed.). **World encyclopedia of library and information services**. 3. ed. Chicago: American Library Association, 1993.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO

Prezado (a), o presente questionário pretende coletar dados para a pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da aluna **Priscila Rodrigues dos Santos**, orientada pelo **Prof. Mestre Márcio Bezerra da Silva**, do curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa tem como objetivo maior analisar a visão dos profissionais da Câmara dos Deputados sobre segurança da informação (SI), especialmente no âmbito dos bibliotecários (biblioteca). A presente pesquisa trata como amostragem os atuantes da Coordenação de Organização da Informação Legislativa (CELEG), lotados no Centro de Documentação e Informação (CEDI), e os profissionais do Centro de Informática (CENIN), responsáveis pela tecnologia da informação (TI) da Instituição. A aplicação deste instrumento de coleta de dados tem finalidade exclusivamente acadêmica, respeitando o anonimato dos pesquisado. Neste sentido solicito sua colaboração para o preenchimento das questões com a máxima atenção.

Ressalto que sua participação é fundamental para a conclusão deste trabalho!

1) Qual é a sua maior titulação?

Doutorado  Mestrado  Especialista  Graduado  Técnico<sup>56</sup>

2) Qual é o seu setor de atuação na Câmara dos Deputados?

CEDI-CELEG  CENIN

2.1) A quanto tempo você atua no setor informado?

Até 2 anos  De 2 a 5 anos  De 5 a 10 anos  Mais de 10 anos

2.2) Qual é a função/cargo exercido no setor CELEG-CEDI?

Arquivista  Bibliotecário  Jurista/Advogado  Jornalista

Estagiário em (informe):

Técnico em (informe):

Outros (informe):

2.3 Qual é a função/cargo exercido no setor CENIN:

Analista Legislativo de Tecnologia da Informação  Técnico de Tecnologia da Informação  Técnico de Laboratório de Tecnologia da Informação

Estagiário em (informe):

Técnico em (informe):

Outros (informe):

---

<sup>56</sup> Técnico e Ensino Médio.

3) Como você avalia seu grau de entendimento sobre Segurança da Informação?

Ótimo  Bom  Regular  Ruim  Não conheço

3.1) Justifique a sua resposta.

Resposta:

4) A quanto tempo você trabalha (diretamente/indiretamente) com Segurança da Informação? Caso a resposta seja a opção “Nunca”, pule para a questão 6.

Até 2 anos  De 2 a 5 anos  De 5 a 10 anos  
 Mais de 10 anos  Nunca

5) A quanto tempo você trabalha (diretamente/indiretamente) com Segurança da Informação fora da Câmara dos Deputados? Caso a resposta seja a opção “Nunca”, pule para a questão 6.

Até 2 anos  De 2 a 5 anos  De 5 a 10 anos  
 Mais de 10 anos  Nunca

5.1) Caso trabalhe com Segurança da Informação fora da Câmara dos Deputados, informe como seria a atuação:

Direta  Indireta

5.1.1) Justifique a resposta da questão 5.1:

Resposta:

5.2) Caso trabalhe com Segurança da Informação fora da Câmara dos Deputados, quais são/foram os locais que atua/atuou?

Resposta:

5.2.1) Fale brevemente da(s) função(funções) exercida(s) e setor(es) de trabalho no âmbito da Segurança da Informação fora da Câmara dos Deputados:

Resposta:

6) Você conhece alguma norma/política de Segurança da Informação fora da Câmara dos Deputados?

Sim                       Não

6.1) Caso a resposta da questão 6 seja positiva (Sim), informe qual(uais) seria(m) a(s) norma(s)/política(s) de Segurança da Informação conhecida(s):

Resposta:

7) A quanto tempo você trabalha (diretamente/indiretamente) com Segurança da Informação na Câmara dos Deputados? Caso a resposta seja a opção “Nunca”, pule para a questão 8.

Até 2 anos                       De 2 a 5 anos                       De 5 a 10 anos  
 Mais de 10 anos                       Nunca

7.1) Caso trabalhe com Segurança da Informação na Câmara dos Deputados, informe como seria a atuação:

Direta                       Indireta

7.1.1) Justifique a resposta da questão 7.1:

Resposta:

7.2) Qual é o setor que você trabalha com Segurança da Informação na Câmara dos Deputados?

Resposta:

7.2.1) Fale brevemente da(s) função(funções) exercida(s) no âmbito da Segurança da Informação no setor informado:

Resposta:

8) Você conhece alguma norma/política de Segurança da Informação adotada na Câmara dos Deputados?

Sim                       Não

8.1) Caso a resposta da questão 8 seja positiva (Sim), informe qual(quais) seria(m) a(s) norma(s)/política(s) de Segurança da Informação conhecida(s):

Resposta:

8.1.1) A(s) norma(s)/política(s) informadas na questão 8.1 estão atualizadas?

Sim                     Não                     Não sei

9) A Câmara dos Deputados possui alguma área específica para lidar estrategicamente com Segurança da Informação?

Sim                     Não                     Não sei

10) A Câmara dos Deputados possui algum Comitê Gestor de Política de Segurança da Informação?

Sim                     Não                     Não sei

11) O sistema da Câmara dos Deputados ou do CEDI já sofreu algum ataque provenientes de *hackers*?

Já sofreu     Nunca sofreu     Não sei se já sofreu

11.1) Caso a resposta da questão 11 seja “Já sofreu”, informe qual(quais) foi(foram) a(s) causa(s):

Desconhecida                     Funcionários                     *Hackers*  
 Prestadores de Serviço                     Vírus                     Outros

11.1.1) Caso a resposta da questão 11.1 seja a opção “Outros”, informe qual(quais) seria(m) a(s) causa(s):

Resposta:

12) Qual(quais) é(são) a(s) medida(s) de Segurança da Informação já implementada(s) na Câmara dos Deputados:

Classificação da Informação                     Criptografia     *Firewall*  
 Política de Segurança da Informação                     Prevenção contra vírus  
 *Software* de Controle de Acesso                     Outros

12.1) Caso a resposta da questão 12 seja “Outros”, informe qual(uais) é(são) a(s) medida(s) de segurança implementadas que você conhece:

Resposta:

13) Fale sobre o (possível) perfil do bibliotecário para atuar com Segurança da Informação na Câmara dos Deputados:

Resposta:

14) Você acha que o bibliotecário deveria conhecer as técnicas que envolvem o âmbito da Segurança da Informação e possivelmente constituir o Comitê Gestor de Política de Segurança da Informação da Câmara dos Deputados?

( ) Sim                      ( ) Não                      ( ) Não sei

14.1) Justifique sua resposta.

Resposta:

15) De forma geral, fale sobre as (possíveis) contribuições e papéis de atuação do bibliotecário no âmbito da Segurança da Informação na Câmara dos Deputados:

Resposta:

OBRIGADA! 😊  
Priscila Rodrigues dos Santos